OS PRESIDENTES

11º Presidente do Brasil 1919-1922

TRÊS

Edições ISTOÉ

Epitácio Pessoa

Hélio Silva

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

Silva, Hélio, 1904-
S58p Os presidentes / Hélio Silva e Maria Cecília Ri-
v.1-26 bas Carneiro. — São Paulo : Grupo de Comunicação Três, 1983-1984.

1. Brasil - História - República, 1889- 2. Brasil - Presidentes I. Carneiro, Maria Cecília Ribas. II. Título.

83-2156 CDD-923.181
-981.05

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Presidentes : Biografia 923.181
2. República : Brasil : História 981.05

OS PRESIDENTES

Hélio Silva
Maria Cecília Ribas Carneiro

Epitácio Pessoa

1919-1922
O Primeiro 5 de Julho

OS PRESIDENTES

ISBN da obra 85-7368-739-8
ISBN deste volume 85-7368-750-9

Editores: DOMINGO ALZUGARAY / CATIA ALZUGARAY

Coordenação Editorial: ARMANDO GONÇALVES

Arte: SANDRO BEZERRA DE CAMARGO

Capa:
Lay-out: PAULO ROBERTO ALOE
Ilustração: BRASÍLIO

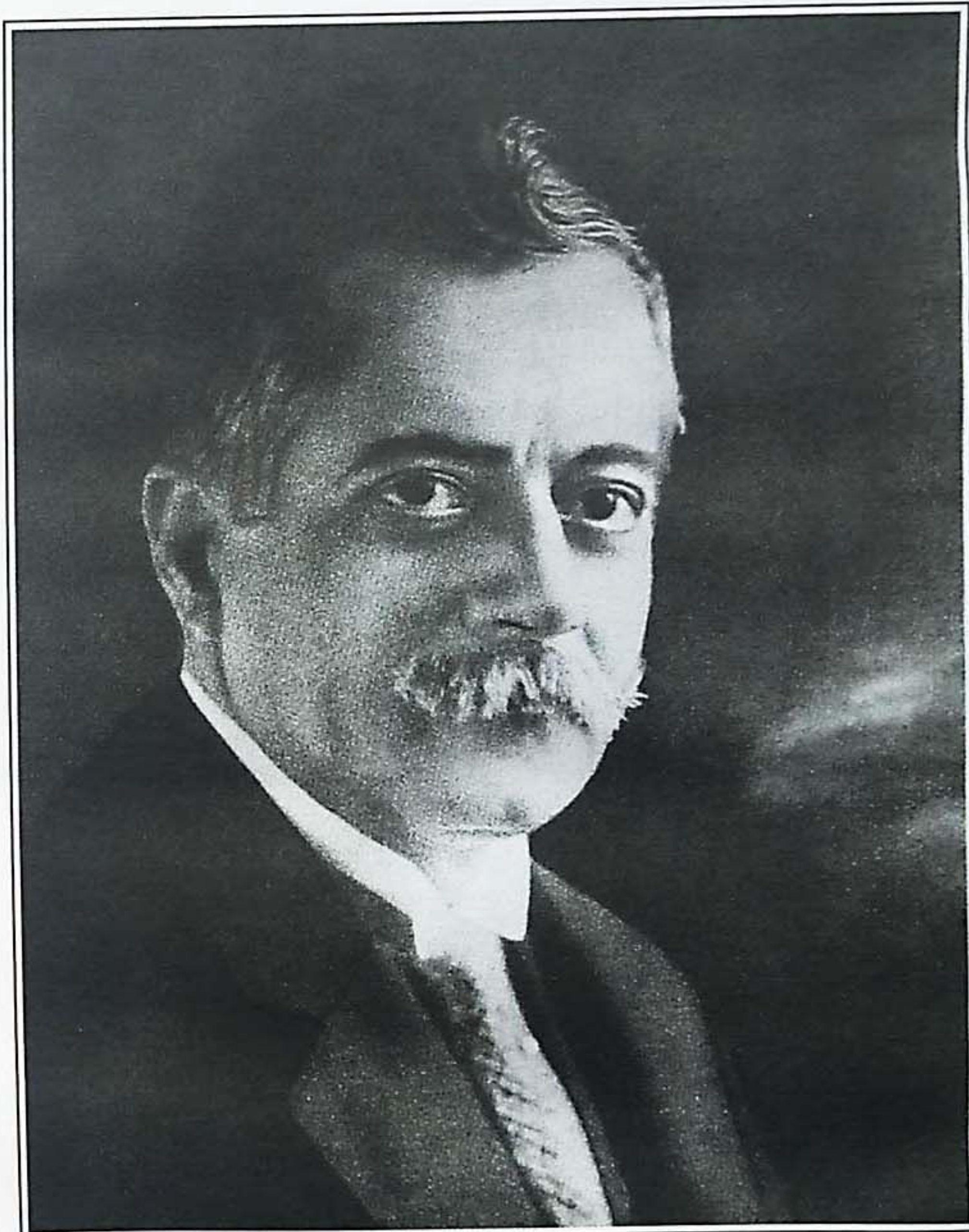
OS PRESIDENTES é uma publicação da Editora Brasil 21 Ltda.
Redação e Administração: Rua William Speers, 1.000 – conj. 120
CEP 05067-900 – Fones: (11) 3618-4257/58
Fax: (11) 3618-4425 – **Comercialização:** Três Comércio de Publicações Ltda.
Rua William Speers, 1.000 – salas 4 e 111 – São Paulo – SP – Brasil

2004

Distribuição exclusiva em bancas para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.
Rua Teodoro da Silva, 907 – Fone: (21) 3879-7766
Fax: (21) 2577-6363 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

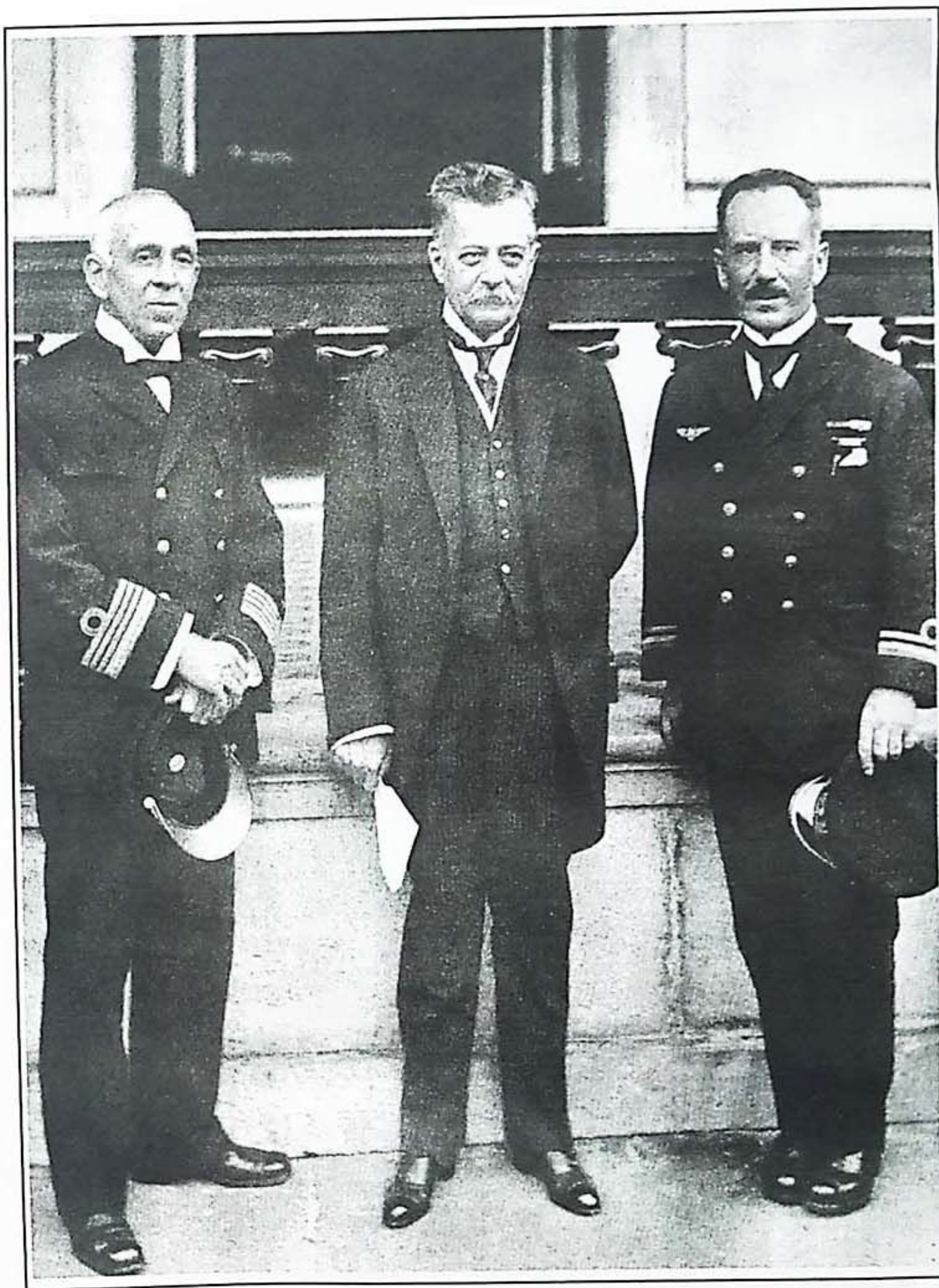
Distribuição em Portugal:
VASP Distribuidora de Publicações
Rua da Tascoa, 16 – Ed. Bela
4.º Piso - Fone: (21) 439-8505 - Queluz – Portugal

Impressão:
EDITORA TRÊS LTDA.
Rodovia Anhangüera, km 32,5 – CEP 07750-000
Cajamar – SP – Brasil

Iconografia Histórica

Prensa Três

Epitácio Pessoa, paraibano de Umbuzeiro, 1865. Foi advogado, promotor público. Deputado federal à Constituinte de 1890 e à legislatura ordinária do Congresso em 1891 a 1893. No governo de Campos Sales, ocupou a pasta, da Justiça e Negócios Interiores, 1898/1901. Eleito Presidente da República, governou o País de 1919 a 1922. Faleceu em 1942.

Prensa Três

O presidente Epitácio Pessoa assina a 4 de setembro de 1920, no Palácio do Catete, o decreto legislativo que revogou os artigos 1.° e 2.° do decreto do Governo Provisório e autorizou a trasladação para o Brasil dos restos mortais de D. Pedro II e de sua esposa D. Tereza Cristina.

Prensa Três

Epitácio Pessoa entre o contra-almirante Gago Coutinho e o capitão-de-fragata Sacadura Cabral, que fizeram a travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro, em setembro de 1922, dentro das comemorações do centenário da Independência do Brasil.

Arquivo Plínio Doyle

Os ministros de Epitácio Pessoa. Em cima, à esquerda, Ildefonso Simeão Lopes, Agricultura, Indústria e Comércio; ao lado, José Pires do Rio, Viação e Obras Públicas; no centro, à esquerda, Joaquim Ferreira Chaves, Justiça e Negócios Interiores; ao lado, José de Azevedo Marques, Relações Exteriores; embaixo, à esquerda, Veiga Miranda, Marinha; no meio, Homero Batista, Fazenda; à direita, João Pandiá Calógeras, Guerra.

Prensa Três

O presidente da República e os ministros Homero Batista, Fazenda; Ildefonso Simeão Lopes, da Agricultura (na frente); Veiga Miranda, Marinha; José de Azevedo Marques, Exterior; José Pires do Rio, Viação e Obras Públicas; e Alfredo Pinto, Justiça (atrás).

Arquivo Plínio Doyle

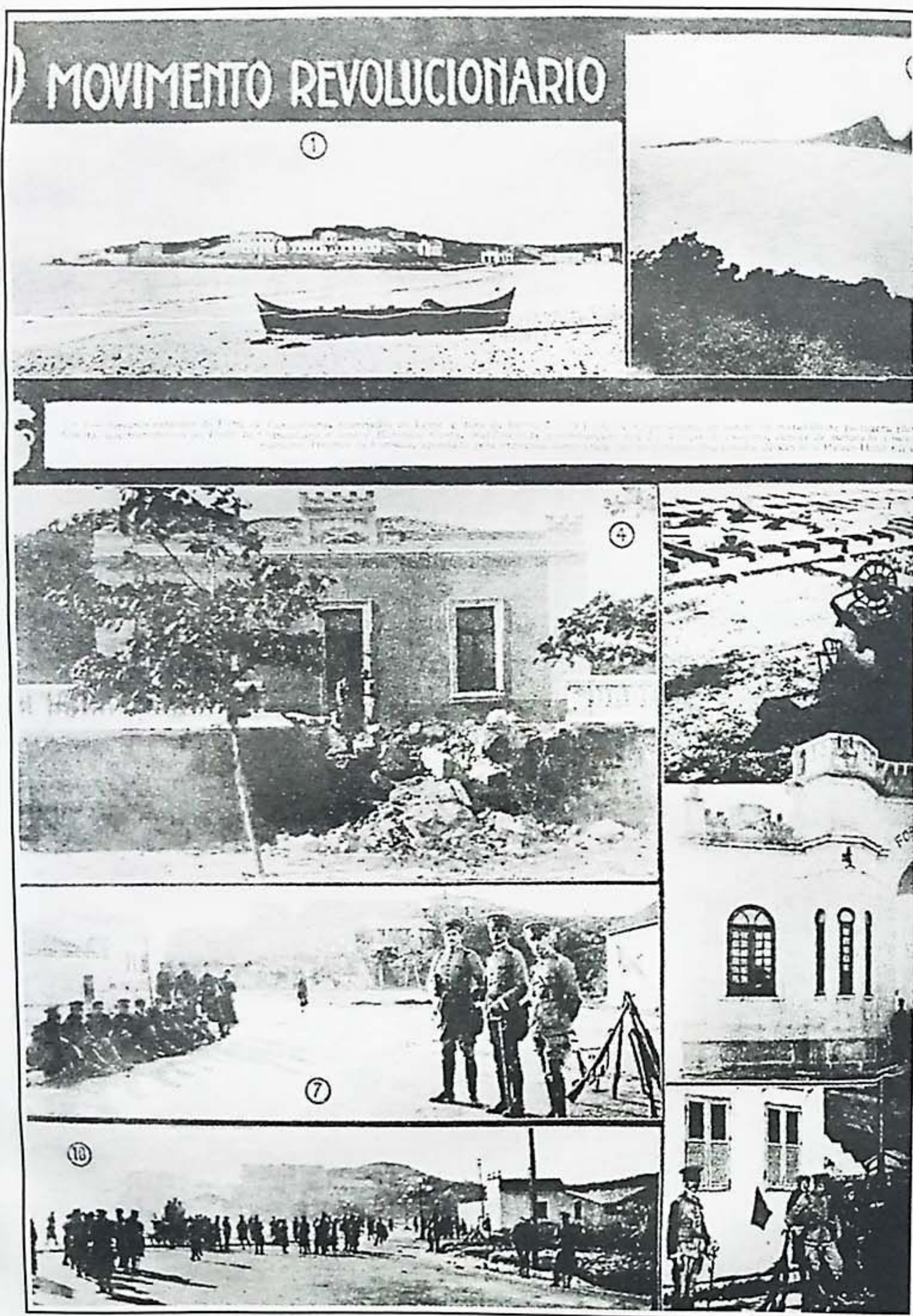
Os envolvidos no caso pernambucano.

Arquivo Paulo César Sesso

Os intelectuais que fizeram a Semana de Arte Moderna de 1922.

Arquivo Paulo César Sesso

A revolta do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922.

Arquivo Plínio Doyle

Flagrantes do movimento revolucionário no Forte de Copacabana.

Arquivo Plínio Doyle

Caricatura glosando a sucessão presidencial, publicada no O Malho *de 28 de janeiro de 1922. Nilo aparece tocando zabumba, anunciando a função. Epitácio Pessoa pergunta a alguém do povo se ele vai ao espetáculo. A resposta é negativa: "Estou farto desses espetáculos... agora só espero o Carnaval!".*

Arquivo Hélio Silva

O Malho *de 22 de fevereiro de 1922 publicou esta caricatura sobre a reação republicana à campanha da sucessão presidencial.*

Arquivo Hélio Silva

Caricatura de O Malho *(20/5/1922) mostrando a indecisão do povo diante da encruzilhada política. Jeca: "Ora bolas! Quando a gente não sabe lê, quarqué caminho é caminho".*

O Malho

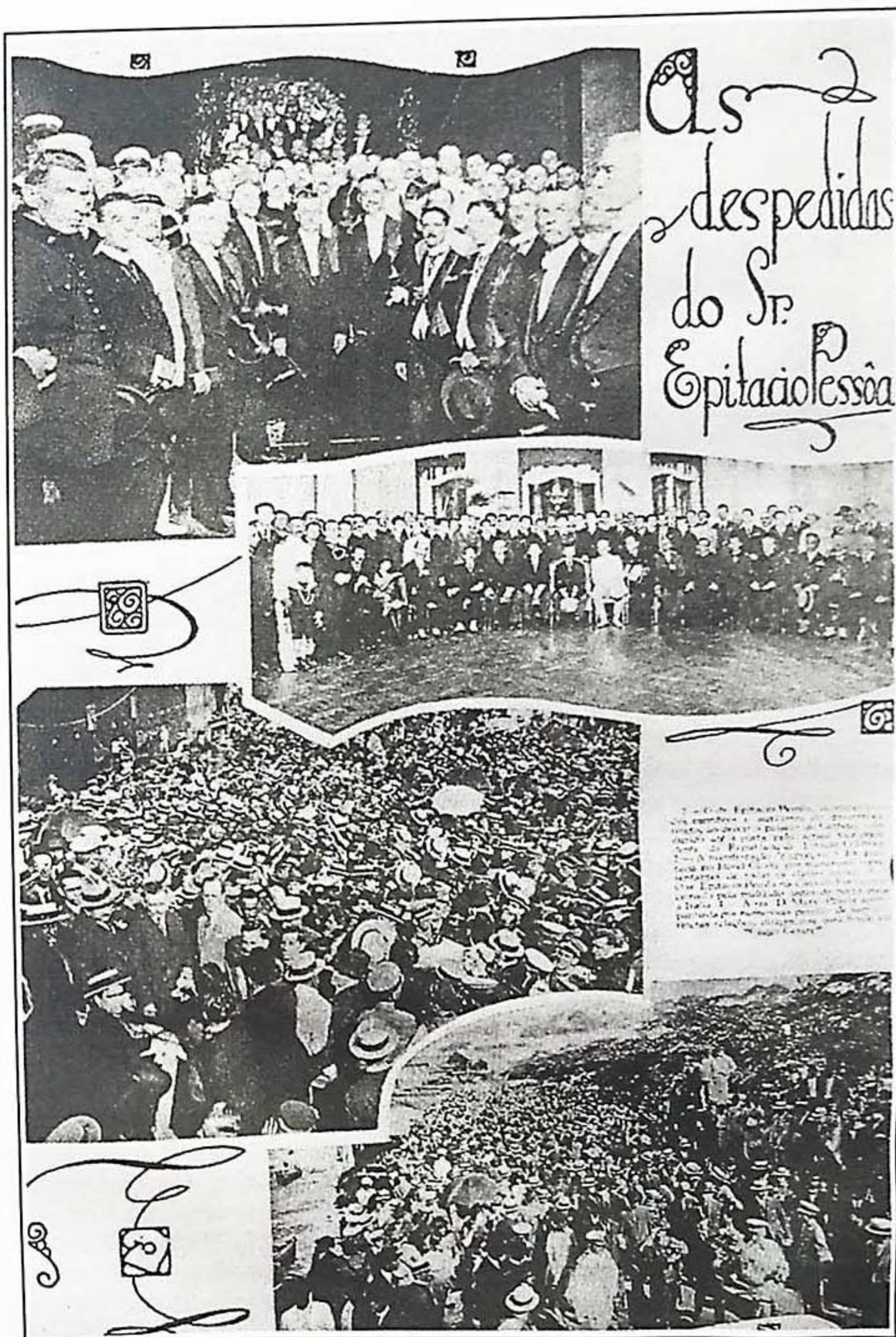
OS RESPONSAVEIS

1 — Marechal Hermes da Fonseca. 2 — Senador Nilo Peçanha. 3 — General Joaquim Ignacio. 4 — Senador Irineu Machado. 5 — Dr. J. J. Seabra. 6 — Deputado Octavio Rocha. 7 — General Clodoaldo da Fonseca. 8 — Almirante Americo Silvado.

Arquivo Plínio Doyle

Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Joaquim Inácio, Irineu Marinho, J. J. Seabra, Clodoaldo da Fonseca e Américo Silvada, envolvidos com o 5 de julho de 1922, a revolta do Forte de Copacabana.

As despedidas do Sr. Epitacio Pessôa

Arquivo Hélio Silva

O presidente Epitácio Pessoa retira-se do Palácio do Catete a 15 de novembro de 1922. Homenagens no Hotel Glória e seu embarque para a Itália.

INTRODUÇÃO

Le roi est mort, vive le roi!

Vaga a curul presidencial, com a morte de Rodrigues Alves em 17 de julho de 1919, competia a seu vice, Delfim Moreira, convocar a nova eleição, visto que não transcorrera a metade do período constitucional. Logo surgem vários nomes como possíveis candidatos. O de Rui Barbosa é apresentado pelos senadores Paulo de Frontin e Nilo Peçanha. Fala-se em Altino Arantes, mas o nome é vetado por Borges de Medeiros. Minas é favorável a Artur Bernardes, seu presidente.

A candidatura de Rui é secundada por dois grandes jornais cariocas, o *Correio da Manhã* e *O Imparcial*. Mas a inabilidade de seus partidários fez com que sua candidatura se esvaziasse. O próprio Rui telegrafa a seus correligionários recusando-se a comparecer às primeiras reuniões da Convenção Nacional.

Despontava, então, a competição entre Minas e São Paulo. Urgia encontrar um candidato de conciliação. Às vésperas da Convenção Borges de Medeiros lança o nome, que é aceito por todos: Epitácio Pessoa.

A Convenção se realiza a 25 de fevereiro de 1919, em grande solenidade, no Senado Federal, sob a presidência de Antônio Azeredo. Feita a votação entre os delegados ali presentes, verifica-se que 139 votos foram dados a Epitácio Pessoa, enquanto 42, apenas, cabem a Rui Barbosa.

Estavam lançadas as duas candidaturas. A campanha eleitoral deveria se estender até 13 de abril. Indiscutivelmente, a figura que se destaca nesse período é a de Rui Barbosa. Era candidato pela terceira vez. Por

sua idade avançada, sabia que seria sua última oportunidade. Por isso se apega à campanha com grande ardor. Epitácio estava ausente. Representava o Brasil na Conferência de Versailles, que tratava da Paz ao término da Primeira Grande Guerra. Rui Barbosa tinha dois argumentos permanentes em sua campanha oposicionista: a) a inelegibilidade do candidato oficial, decorrente da sua qualidade de ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Essa era uma questão antiga, que já fora levantada desde 1912, quando Epitácio se candidatara a senador pela Paraíba. Tudo porque Epitácio Pessoa obtivera a aposentadoria do cargo de ministro daquela alta corte, por motivo de saúde, traduzida por uma incapacidade física permanente; b) a atuação brasileira no Congresso da Paz.

Apesar de toda intensa campanha e dos vibrantes discursos proferidos por Rui Barbosa, como era de se esperar, vence o candidato do situacionismo. Em 13 de abril, Epitácio Pessoa é eleito presidente da República por 249.342 votos contra 118.303 dados ao candidato da oposição.

Delfim Moreira, embora cerca de vinte anos mais moço do que o presidente Rodrigues Alves, já estava seriamente doente. Apresentava uma arteriosclerose precoce e bastante avançada. Ele tinha lacunas em seu pensamento, embora vivesse em estado de lucidez. Tinha falhas. F isto logo se evidenciou, desde o momento em que desembarcou no Rio de Janeiro para tomar posse.

O período de seu governo, que passou a ser chamado de "regência republicana", encerra-se em 27 de julho de 1919, quando transmite o poder a Epitácio Pessoa. Exatamente um ano depois falecia. É eleito para a vice-presidência, o senador mineiro Bueno de Paiva.

Foi Rodrigues Alves que convidou Rui Barbosa para chefiar a delegação brasileira à Conferência da Paz. Ninguém melhor credenciado do que ele, depois do êxito retumbante da Conferência de Haya. Rodrigues Alves queria, ainda, desfazer o atrito surgido quando Rui Barbosa impugnou sua candidatura, escrevendo o manifesto contra o sistema de escolha do candidato. Rui não aceitou. Talvez pressentisse a crise se avizinhando, já prevista por Oscar Rodrigues Alves, Altino Arantes e Carlos Maximiliano.

Em dezembro de 1918, Epitácio Pessoa foi convidado por Domício da Gama, ministro das Relações Exteriores, para fazer parte da delegação que teria, como chefe, Rui Barbosa. Epitácio escreveu que aceitou "muito contente de trabalhar sob as ordens de um notável brasileiro, de cuja aquiescência, entretanto, fiz questão preliminar."

A recusa de Rui deslocou Epitácio para a chefia. E o deslocamento para o exterior, que Rui evitou, seria a oportunidade de sua escolha para a Presidência da República, que o surpreendeu até a incredibilidade.

Orador primoroso, Epitácio tivera a incumbência de saudar Rodrigues Alves, no banquete do Automóvel Clube. Estava longe de imaginar que

seria o seu sucessor. Nessa ocasião, proferiu uma frase que se tornou o augúrio de seu governo: "Muitos problemas hão de surgir."

Na organização do Ministério Epitácio faz uma inovação na República: nomeia para as pastas militares, dois civis: Pandiá Calógeras, para a Guerra; Raul Soares, depois Veiga Miranda, para a Marinha. Boas escolhas, bons ministros, boas administrações, não agradaram todavia os meios militares, não muito simpáticos ao antigo adversário de Floriano. Outros problemas hão de surgir...

Combatido, combativo, Epitácio ao deixar a presidência escreveu sua defesa nesse *Pela Verdade*, em que rebate, uma a uma, documentadamente, suas ações e seus atos críticos. Sua filha, a primorosa escritora Laurita Pessoa Raja Gabaglia, que repousa, amortalhada em seu hábito de carmelita no Carmelo de Teresópolis – deixou a biografia de seu ilustre pai, em dois volumes de leitura indispensável aos estudiosos da História.

Mas as providências administrativas, os recursos financeiros não abalaram seu governo. Foi preciso surgir uma nova questão militar, com a repreensão, seguida da prisão do marechal Hermes da Fonseca, para que eclodisse o surto revolucionário armado, no Primeiro Cinco de Julho.

A filha e biógrafa de Epitácio comparou a figura de seu pai ao vinsconde de Ouro Preto: "A mesma altivez, o mesmo desassombro, a mesma consciência da ordem e da autoridade, a mesma inflexibilidade de caráter."

A comparação é justa, até em suas conseqüências.

É possível que sem Ouro Preto a República não tivesse sido proclamada a 15 de novembro de 1889. Teria sido depois, certamente, com a morte do Imperador. Mas o feitio moral daquele titular, talhado em pedra, fez dele o penedo contra o qual se chocou a onda republicana e avolumou-se a maré militarista.

Epitácio é outro Ouro Preto. Em seu livro, nega tenha "ojeriza" aos militares. Mas os militares não acreditavam nessa afirmativa do adversário de Floriano; no presidente que nomeou ministros civis para as pastas militares; fechou o Clube Militar, apoiado numa lei de sentido ambíguo; mandou prender o chefe do Exército, o marechal Hermes da Fonseca.

Assim, com ele, inicia-se o ciclo revolucionário militar.

UMA ESCOLHA DIFÍCIL

CAPÍTULO I

A pequenina chama bruxuleante, mordendo a extremidade do estopim, não dá idéia da explosão que abalará os ares, queimando e destruindo. O corisco, ziguezagueando no horizonte eletrizado, é apenas a ameaça da tempestade. Também os pequenos acontecimentos nem sempre prognosticam as grandes revoluções que podem acarretar.

É no governo de um homem convocado para a paz que se iniciará, verdadeiramente, o Ciclo Revolucionário. Em dezembro de 1918, Epitácio Pessoa foi convidado pelo Sr. Domício da Gama, ministro das Relações Exteriores de Delfim Moreira, para fazer parte da comissão que o Brasil ia enviar à Conferência da Paz e teria como chefe o senador Rui Barbosa. Aceitou "muito contente de trabalhar sob as ordens de um notável brasileiro, de cuja aquiescência, entretanto, fiz questão preliminar."

Rui declinou da honra por uma questão política. Solicitado a dirigir a missão, Epitácio só ao cabo de alguns dias acedeu, partindo para Paris em janeiro de 1919.

Conhecendo como funcionava a máquina política e as dificuldades que teria o representante de um Estado pequeno, como a Paraíba, estava longe de pensar na eventualidade de ser candidato. Ele mesmo confessaria, mais tarde, que atribuiu os primeiros telegramas de felicitações pela indicação de seu nome ao sucesso da atuação no seio da Comissão da Sociedade das Nações. Ocorrera, porém, um impasse na sucessão aberta com a morte de Rodrigues Alves.

Pinheiro Machado reconhecendo, rancorosamente, a inviabilidade da sua candidatura, vingara-se, trazendo o veto do Rio Grande do Sul a qualquer nome paulista ou mineiro. Era o primeiro entrave à eventual lembrança do presidente de São Paulo, Altino Arantes. Também convinha ao presidente de Minas, Artur Bernardes, para fazer os alicerces de seu próprio evento para o quatriênio seguinte. Bernardes mandou João Luiz Alves fazer sondagens em favor de Rui Barbosa. A reserva do Rio Grande fez-se sentir. Ainda dessa vez Rui não lograria o apoio das grandes forças; João Luiz Alves é chamado a Minas, de onde vem Raul Soares para novos entendimentos. Reúnem-se os próceres no porão da residência de Urbano dos Santos, à Rua Voluntários da Pátria. Vitorino Monteiro sugere o nome de Epitácio Pessoa.

Foi assim que Epitácio recebeu, em 25 de fevereiro, o telegrama da Convenção Nacional comunicando a sua escolha.

Uma surpresa, no momento. Seria muito maior depois quando a frase de seu discurso saudando a indicação de Rodrigues Alves, tornou-se o augúrio de seu governo – "Daí muitos problemas hão de surgir."

Sendo o penedo, a onda violenta não faria o escarcéu. Foi preciso a coragem dominando a habilidade política para a história marcar, com Epitácio, "o primeiro 5 de julho", em 1922, e assinalar o chmado "terceiro 5 de julho" em 1930, no fim do quatriênio de Washington Luiz.

Neste estado de fatos ressalta, em relevo indisfarçável, o início do ciclo revolucionário com Epitácio Pessoa.

O artificialismo dos nossos partidos políticos não resiste às lutas da sucessão. Foi preciso, por vezes, que eles desaparecessem para que a República continuasse. Seria uma sucessão presidencial em que o equilíbrio das forças não estava comandado pelo Catete, que se tornaria o início de uma série de acontecimentos inquietadores para o povo, ensejadores para os políticos e tentadores para os militares.

Filho de um pequeno Estado, Epitácio não tinha *back ground* para dirigir a sucessão. Os acontecimentos precipitaram-se, tomando-lhe a dianteira, conduzindo a uma das lutas eleitorais mais duras do regime. Impacientemente os próceres começaram as negociações da sua sucessão, dois anos antes do término do governo.

SERVIRÃO À REPÚBLICA

CAPÍTULO II

Epitácio colou grau na Faculdade do Recife em 13 de novembro de 1886. Com ele formaram-se entre outros, Pires e Albuquerque, José Bezerra Cavalcanti, Castro Pinto e Graça Aranha. Faltavam então três anos para a queda da monarquia. Os bacharéis desse ano pertencem de corpo e alma ao mundo republicano. Não serão mais propagandistas, mas servirão à República proclamada e consolidada. Um deles, justamente Epitácio Pessoa, participará da Assembléia Constituinte de 90, e em 92/93 defenderá os foros da Constituição Republicana contra o prepotência de Floriano Peixoto.

Epitácio Pessoa é um legítimo bacharel da "Escola do Recife": imbuído de fé jurídica e liberal. Espera o aperfeiçoamento progressivo da humanidade, por meio de leis e instituições adequadas, as liberais – democráticas. Crê no Direito: esta fé ele nunca a perderá.

Profissionalmente – o fato é curioso de notar-se – não alimenta grandes ambições. Prepara-se para a carreira de magistrado com vontade e gosto, mas não há nele sombra de arrivismo. Órfão, sem fortuna, filho de um pequeno Estado, não imagina que possa subir muito e, consultado, talvez não o quisesse. Nutre uma estranha preferência pela vida sossegada, laboriosa e monótona – voltada para dentro. Mais tarde achará sempre jeito de preservar um núcleo de "silêncio" no meio da maior atividade.

A formação filosófica do tempo fez dele um agnóstico, mas não um cético. A incredulidade religiosa não lhe abalou as convicções morais que

sobreviveram, vigorosas e tenazes – fenômeno, aliás, comum numa geração ainda toda impregnada de seiva cristã. Para Epitácio o Bem é um Absoluto, que ele procurará, acima de tudo, servir. Menino e depois rapaz, quis viver sobre si mesmo, depender do seu próprio esforço, em obediência à voz interior que ele chamava o "Dever". Cedo revela uma vocação, não certamente para o moralismo, mas para a fidelidade de consciência.

A nota mais singular dessa vida juvenil é que a falta de uma família e mesmo de uma verdadeira influência educadora não lhe comprometeu a formação moral. Privado logo do pai, não possuiu um *mestre*, na expressão plena da palavra, nem parente ou amigo que haja exercido sobre ele ascendência espiritual. Nem mesmo alguma obra filosófica o impressionou decisivamente, como acontece tantas vezes na mocidade. Foi um espírito radicalmente independente, e *só*. E no entanto, preservou-se e progrediu. A sua riqueza moral, tão límpida e autêntica, cultivou-a, tirando-a de si mesmo e de ninguém mais.

O orgulho – que ele tinha muito vivo – lhe serviu como a outros de armadura, mas por si só não explica nem pode explicar tudo. O orgulho defende uma alma, não a fecunda. A verdade é que, em certas consciências, a noção do bem e do mal é mais viva e mais operante que no comum, independente de qualquer ação humana e por uma espécie de bênção especial. Este é, parece-nos, o caso de Epitácio Pessoa.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

CAPÍTULO III

O moço estudante foi promotor público, deputado federal e também fez oposição a Floriano Peixoto. Esta atitude marcará toda a sua vida. Se o "Marechal de Ferro" nunca perdoava, seus seguidores, os florianistas que sobreviveram a ele, jamais aceitaram o político que se opusera ao ídolo militar. Mantê-lo-iam, seguidamente, sob a alça de mira e cada atitude de Epitácio seria tomada como a seqüência lógica, já não mais de uma contestação a Floriano, mas à classe: ao Exército. Isto explica porque foi no governo de Epitácio que se desencadeou a ação revolucionária militar.

Epitácio impunha-se, contudo, como político e homem de inteligência e cultura. Àquele tempo, a viagem a Europa, "o banho de civilização", como se dizia, fazia parte do *curriculum* de quem quisesse ser considerado culto e civilizado. A agressividade natural fora dominada, quase completamente, por um trato amável, cortês, agradável. Enérgico, quando necessário, o ministro da Justiça de Campos Sales não impressiona pelo autoritarismo. Antes, chama a atenção do mundo político pela mocidade, inteligência e cultura. Daí a naturalidade com que é recebida a sua nomeação, muito moço, para o Supremo Tribunal Federal, sem que ninguém discutisse o "notório saber" que, então, se exigia aos titulares da mais alta Corte de Justiça.

Sua atuação, como magistrado, é curta, mas brilhante. Uma enfermidade, que os médicos de então consideravam grave e invalidante, motiva

a aposentadoria, que Rui Barbosa inquinará, mais tarde, face à recuperação que Epitácio conseguiu graças aos progressos da medicina, restaurando-lhe a plenitude das forças com que prosseguirá a carreira política interrompida.

A Paraíba, como advertiu à sua filha menina, não tinha possibilidades de concorrer aos pleitos presidenciais. O limite de sua ambição só alcança o Senado, onde desfruta de consideração e estima, sem maiores atritos, nem participação nos conciliábulos, de onde emergiam os candidatos aos altos postos da República. Nem por isso é uma figura apagada. Será, ainda por algum tempo, personagem secundário, mas de conceito elevado, a ponto de ser escolhido para orador do banquete em que se festeja a indicação de Rodrigues Alves para a segunda presidência. Curioso destino! Seu discurso, bem meditado e lido com perfeição, parece uma plataforma de governo. Nisto supera a fala de Rodrigues Alves, que não era bom orador, estava doente e nada vinha acrescentar aos pronunciamentos feitos, através de uma longa atividade, que remontava ao Império e ascendera, na República que o convocara, às pastas dos ministérios e à Presidência, em um quadriênio que se tornou famoso pelas realizações que empreendeu.

O destino apadrinhava Epitácio. Sua cultura e o brilho de suas palavras, que lhe valera o epíteto de "patativa do norte", ia indicá-lo para destacado lugar na delegação brasileira à Conferência da Paz, a realizar-se em Versailles. A disputa pela chefia, em que se empenhou o ministro das Relações Exteriores, o embaixador Domício da Gama, criou um incidente com Rui Barbosa. Domício insinuou uma *vária*, no *Jornal do Comércio*, anunciando que a chefia da delegação caberia ao ministro do Exterior e assim seria com as demais delegações. A fonte oficial parecia autenticar a informação. Não era verdade. Nem todas as delegações eram chefiadas pelos chanceleres dos respectivos países, Rui Barbosa já estava tacitamente escolhido pelo consenso geral e Rodrigues Alves não escondia a sua preferência pelo nome daquele que tão alto elevara o Brasil na Conferência de Haia. Mas Rui era ciumento e vaidoso. E o incidente servia-lhe de pretexto para recusar a embaixada que o afastaria do Brasil, exatamente quando tudo fazia prever uma nova eleição, dado o estado de saúde precário do presidente eleito, que nem pudera tomar posse. Assim, Epitácio é surpreendido com um convite que não esperava e para o qual, humildemente, confessa não estar preparado. Mas a sorte o ajuda. Os grandes problemas a serem debatidos o são com a sua participação pessoal e de chefe de uma delegação à altura. A questão dos cafés do Estado de São Paulo, retidos pela Alemanha, é resolvida com felicidade. O problema dos navios alemães, apresados nos portos brasileiros, para futura indenização pelas perdas dos navios mercantes, afundados pelos submarinos teutos e que a França reivindicava, também, obteve

uma solucão satisfatória. Epitácio sai vitorioso da prova internacional.
Eis que surge o problema, que todos anteviam, menos o próprio protagonista, Rodrigues Alves, iludindo-se a si mesmo, até a última hora, na esperança de se erguer do leito de enfermo e trocar o Catetinho, onde, assim mesmo, despachava com o vice-presidente Delfim Moreira pelo Catete simbólico e majestoso, sede da Presidência da República que seria o primeiro a ocupar.
Wenceslau Brás pudera legar ao seu sucessor um país em fase de recuperação econômica. O severo juízo de José Maria dos Santos admite que "na defesa dos interesses privados que nos oprimem, ninguém poderia increpá-lo de descuido ou negligência. Aí, ele foi irrepreensível..."
Analisa as repercussões econômicas e comerciais da guerra de 1914-1918: "Elas deveriam agir também sobre a indústria nacional de manufaturas, pelo decréscimo forçado das importações, não só da Europa como também da América do Norte. Com o progressivo desaparecimento dos artigos manufaturados de importação e a sua conseqüente elevação no mercado interno, os nossos industriais encontraram afinal o regime de preços adequado à grande expansão dos seus negócios, que não haviam podido obter até então, apesar do brutal e contínuo aumento da proteção aduaneira. Resolvido o problema da força motriz, pela instalação das grandes usinas hidroelétricas de iniciativa canadense, a indústria nacional tomou um desenvolvimenmto realmente vertiginoso. Não só multiplicaram-se rapidamente as fábricas com certa base na nossa produção de matérias-primas – os tecidos, o mobiliário, os artigos de couro e as várias conservas alimentícias –, como surgiu ainda todo um mundo de outras indústrias fundadas na importação de matéria bruta estrangeira semitransformada. Era evidente, porém, que tudo aquilo, produto forçado e ocasional da guerra, teria de entrar em crise, apenas ela encerrada. Se o Brasil, após a assinatura da paz, pretendia ainda conservar alguma coisa de toda aquela sua inesperada e transitória atividade, era indispensável pensar sem demora nos meios de ir modificando as suas condições gerais anteriores, de maneira a suportar um outro regime de preços que não fosse aquele, determinado por uma situção internacional essencialmente perturbadora e em todos os sentidos anormal. Era necessário facilitar o barateamento progressivo da vida no interior, que deveria resultar. mesmo automaticamente, do aumento da produção, da riqueza real circulante. Ao terminar a guerra, se não se salvasse as indústrias, salvar-se-ia pelo menos a produção agrícola, e com ela a situação monetária e financeira que estava a preparar-se. Ao invés disto, fez-se exatamente o contrário. Prevaleceu, com violento caráter de exclusividade, o interesse dos industriais, podendo-se facilmente compreender a perfeita identificação desse interesse com a política, sabendo-se que o presidente da República era também industrial de nota, tornado posteriormente um dos mais for-

tes e opulentos da sua classe. A cota ouro sobre os direitos de alfândega foi levada com brutalidade à perfeita alucinação de 65%. Ao mesmo tempo, para compensar a diminuição das rendas aduaneiras que resultasse daí, aumentou-se o imposto de consumo sobre os artigos de fabricação interna, lançando-se ainda, como uma espécie inquisitorial de supertributação, o imposto sobre os lucros comerciais. O espírito fiscal, surgido na primeira reforma aduaneira de 1890 e consolidado no plano Campos Sales, que, através do Encilhamento, da moratória com os credores externos e dos *cracks* sucessivos, nos tinha levado à valorização artificial do café, à preferência de uma taxa de câmbio abaixo do padrão legal e à morte da indústria amazonense da borracha, tocava em 1916 o seu ponto de paroxismo. Dentro do especial regime de preços daquela época, admitido como normal e definitivo, queria-se um sistema tributário que, com a guerra ou com a paz, nunca mais permitisse ao progresso industrial dos outros povos a menor concorrência à nossa indústria nacional de manufaturas. Eram estas as preocupações dos estadistas do Brasil, neste miserável regime político, quando milhares de vidas humanas diariamente desapareciam nos campos de batalha da Europa, em holocausto à liberdade do mundo! . . .

"Conquanto a guerra fosse o objeto principal de todos os cuidados, diminuindo muito o interesse pelas agitações da política interna, não foi possível evitar, que, das últimas disposições fiscais, resultasse, em 1917. uma grande irritação dos meios populares. A carestia maior no mercado interior, nascida com o novo aumento dos impostos, automaticamente exacerbou as velhas animosidades contra o poder público, restabelecendo essa atmosfera de revolta iminente que, há quarenta anos, é mais ou menos o nosso estado de espírito normal. A imprensa retomou o seu tom dos grandes dias de agitação, voltando os eternos boatos de um próximo levante. Surgiram porém as complicações germano-americanas da guerra submarina. Os Estados Unidos rompem com a Alemanha, e nós, que também tivéramos alguns navios torpedeados, ajustamos a essa atitude a nossa política exterior. Previamente decidido, na sua estreita e lamentável medianidade, a reduzir ao mínimo possível, senão a anular de todo, qualquer conseqüência militar da declaração de guerra, o governo Wenceslau Brás pôde entretanto dela retirar, na ordem interna, um resultado imensamente precioso. Foi a decretação do estado de sítio para todo o território nacional . . . Ora servindo-se dos meios diretos que a suspensão de garantias lhe proporcionava, ora invocando cavilosamente a vigilante reserva que o patriotismo ordena em face do inimigo, ele pôde, em completa tranqüilidade, prosseguir na promoção dos grandes interesses privados que realmente representava. Os fazendeiros de café, como de bom uso numa bem organizada parceria, foram logo contemplados num novo reforço proporcional da proteção aos seus negócios. Apesar

do aumento geral da exportação de matérias-primas, as saídas do café haviam sofrido uma certa redução, não só pelo bloqueio dos portos distribuidores de Hamburgo, Bremen e Trieste, como pela natural preferência de mercadorias de maior necessidade nos portos aliados. Para compensar aquele momentâneo desfalque, evitando a conseqüente baixa das cotações, o governo federal imediatamente consentiu numa nova emissão de papel-moeda, com o qual prosseguisse a retenção sistemática dos excedentes, pelo mesmo processo das compras no mercado interno, estabelecido em 1906, no Convênio de Taubaté.

"O estado de sítio, a corrigir vigilante qualquer baixa na tensão nervosa mantida pela guerra, não deixava ecoar no resto do País o que no vale do Amazonas se passava com as novas condições do comércio da borracha. Os industriais de manufaturas, de antemão garantidos pelas últimas disposições aduaneiras, contra as possíveis alterações *post-bellum* do comércio internacional, cevavam-se opulentos nos lucros da grande exportação de matérias-primas, em íntima harmonia de interesses com a privilegiada cultura do café, convenientemente aquinhoada no papel-moeda para as compras de retenção. Tudo foi então considerado como perfeito, dizendo que o Brasil havia enfim chegado à plena revelação das suas grandes possibilidades econômicas . . .

"Ao terminar a guerra, a circulação inconversível, que em 1914 não chegava a 600 mil contos de réis, tinha atingido à formidável cifra de 2 milhões e 70 mil contos. As aparências de prosperidade resultantes das especiais condições econômicas do conflito mundial, transmitindo-se do governo Wenceslau Brás, terminado em novembro de 1918, ao rápido período Rodrigues Alves-Delfim Moreira, ainda puderam ser encontradas pelo sr. Epitácio Pessoa em 1919, quando, da nossa representação no Congresso de Versailles, foi chamado à Presidência da República. A estabilidade cambial interaliada, mantida durante o período das hostilidades ainda era conservada, e a natural lentidão, com a qual os países diretamente atingidos pela guerra, retomavam as suas atividades normais, ainda nos permitia uma certa exportação de produtos alimentares. Assinado porém o tratado de paz, obtidos os primeiros resultados da agricultura renascente nos campos europeus e restabelecida a liberdade no mercado monetário internacional, foi o desmoronamento . . ."

Foi assim que os políticos chegaram ao nome de Rodrigues Alves, sem que a pequenina Paraíba e seu senador, Epitácio Pessoa, tivessem vez, voz ou voto. Minas, depois de pleitear a Presidência para seu governante, Delfim Moreira, aceitara compor a chapa oficial. Mas Epitácio estava atento aos problemas nacionais. No encontro do Clube dos Diários, quando políticos desatentos e políticos interessadíssimos se banqueteavam, Epitácio dizia o que o futuro presidente homenageado deixara de dizer:

"Senhores: A escolha dos dois candidatos à magistratura suprema da República coincide, desta vez, com um momento de graves inquietações na vida nacional, tanto mais angustioso quanto todos sentem que às dificuldades de agora muitas outras ainda, talvez mais prementes, se virão juntar, oriundas do tremendo cataclismo que há mais de três anos sacode, convulsiona e devasta a Europa inteira, ceifando-lhe, na mocidade e na inteligência, os elementos de sua vitalidade e os fatores de sua cultura, estancando-lhe, nas indústrias, no comércio e na navegação, as fontes produtoras de sua riqueza, crestando-lhe na vida política as energias fecundas da civilização.

"Por isto mesmo o caminho a seguir estava de antemão traçado à Convenção de 7 de junho. O mais desavisado sentimento de patriotismo exigia que os representantes do povo brasileiro, esquecendo pequenas divergências acidentais, se unissem em torno de nomes que, prestigiados por uma aclamação nacional e fortes pela sua própria capacidade, nos dessem a segurança de que o Brasil venceria com serena dignidade os embaraços que as circunstâncias do momento espalham no seu caminho."

....

"O candidato à Presidência da República estava naturalmente indicado."

....

"A sua presidência, de 1902 a 1906, assinalou-se, entre outros títulos, como o primeiro período de calma relativa que tivemos depois da Proclamação da República. Nela foi possível consolidar o trabalho feito pelos seus antecessores em bem do restabelecimento da ordem civil, profundamente abalada com as lutas consecutivas à implantação do novo regime, lutas que tanto dividiram os homens e arruinaram as finanças do Brasil. Ele soube aproveitar o legado, dirigindo desde logo, com visão superior, a sua previdente atividade para o que antes de tudo convinha fazer, como preparo e início de uma era de progresso material, moral e econômico. isto é, para a reabilitação sanitária do Brasil, desacreditada no estrangeiro por mais de meio século de epidemias cruéis.

"O saneamento e as obras de embelezamento desta capital, como sabeis, senhores, não tiveram somente por efeito imediato poupar-nos ao vexame que nos afligia diante do mundo civilizado, desafogar-nos o coração do pesadelo com que o atormentava a ameaça suspensa sobre a existência dos entes queridos; mas economizaram também para o País milhares de vidas, fatores inestimáveis do nosso progresso e abriram de par em par as nossas portas à entrada confiante e tranqüila do estrangeiro."

....

"Não seja isto, entretanto, senhores, razão suficiente para que se não complete agora a obra meritória, extinguindo, por ação direta do governo federal ou por meio de auxílios de iniciativa dos Estados, as ende-

mias que assolam o interior do País, dizimando-lhe as populações, matando-lhe as energias, reduzindo-lhe a capacidade de produção. Não é somente um sentimento de humanidade que dita esse dever; é o interesse da nossa prosperidade econômica, da nossa força, da nossa vitalidade como Nação."

....

"A recordação desse governo exemplar não podia deixar de inspirar a Convenção de 7 de junho. Esta acredita haver, com a sua escolha, consultando bem os interesses e interpretado com felicidade os sentimentos da Nação brasileira, e espera que a unanimidade do seu voto se repetirá no voto unânime do povo.

"Terá assim o sr. Rodrigues Alves a fortuna de ascender à Presidência da República, não pelos sufrágios de um partido, mas sobre os ombros de toda a Nação.

"Será isto uma condição de êxito *na situação extraordinariamente grave em que se vai encontrar o seu governo,* obrigado, na fase nova que durante ele se há de abrir à história do mundo, a conquistar para o Brasil a posição que lhe deve caber nos novos destinos da humanidade.

"Feliz carreira política a do homem a quem as circunstâncias reservaram tão gloriosa missão!

"Todos estamos vendo, senhores, que não é somente sob o ponto de vista propriamente militar, da estratégia, da tática, dos engenhos de destruição; não é só pelo furor inaudito com que os povos mais civilizados do mundo se atiram uns contra os outros em massas dantes nunca vistas, e se laceram, e se estracinham, e se exterminam em choques desvairados; não é só pela barbaridade dos processos de luta ou pela fúria alucinada com que a vesânia da força sacrifica os mais suntuosos tesouros da inteligência e do sentimento artístico da humanidade, que a guerra a que assistimos se distancia das guerras de outrora, quando o mundo não estava ligado pelos variados e valiosíssimos interesses que o vapor, o telégrafo, e as maravilhas da indústria criaram, e que tornaram o comércio e as finanças o laço mais forte entre as nações, mas também a causa mais real de aproximações e de conflitos. É principalmente pela influência perturbadora que está exercendo na vida interna dos povos, no seu consumo, nas suas indústrias, no seu comércio, no transporte da sua produção, que essa guerra se apresenta como uma revolução social sem precedentes na história.

"Senhores, ninguém pode ainda ver claro através das nuvens de fumo e de pó que se levantam dessa pavorosa convulsão. O que é certo é que de dia em dia a situação do mundo se agrava."

....

"Não é que possamos ter dúvidas a respeito da atitude a assumir diante do conflito propriamente dito ou nos seus desdobramentos futuros. Não;

neste terreno a posição do Brasil está claramente definida. A nossa sorte depende da sorte daqueles a quem nos ligou a ofensa irrogada à nossa soberania, e são os que sempre inspiraram a formação da nossa cultura, os que sempre se associaram à elaboração da nossa riqueza e do nosso progresso material, e os que sempre nos atraíram pela generosa aspiração da fraternidade continental.

"Não; sobre este ponto não pode haver ilusões. A nossa cooperação não será abundante, porque os nossos recursos não são vastos; mas deve ser firme e oportuna.

"Outras são as preocupações da hora presente.

"As devastações produzidas na Europa colocam o Brasil numa situação até agora desconhecida. Desde os primeiros tempos da sua vida de independência, contou ele sempre com a abundância do dinheiro europeu e com os recursos da imigração. O dinheiro vai faltar; terminado o conflito, as nações que nele se empenham estarão completamente exauridas. Quanto à imigração, não poderá manter-se depois das hecatombes da guerra. Teremos assim por longo tempo que contar unicamente com os nossos próprios recursos.

"Daí muitos problemas hão de surgir."

Aborda o problema da legitimidade da representação, através da autenticidade das eleições, ele que fora vítima da fraude e contra ela clamara, no Ministério da Justiça: "Precisamos de eleições sérias, senhores, com a responsabilidade efetiva dos que tentarem fraudá-las: sérias na qualificação dos eleitores, sérias na emissão e apuração do voto, sérias no reconhecimento de poderes. Até hoje as eleições, em geral, e com elas o sistema representativo, não lograram ser entre nós uma realidade: falseiam-nas os artifícios do alistamento eleitoral, mistificam-nas os abusos das autoridades locais, deturpam-nas as combinações das câmaras verificadoras e a intervenção indébita dos governos.

"O desvirtuamento do voto, que é a essência mesma das construções democráticas, está comprometendo lamentavelmente o regime. Urge remediar a esse estado de coisas. Os homens de governo, bem orientados, servem-se do poder e legislam para quando forem oposição. Só no terreno das eleições livres podem as aspirações políticas ter força moral para se imporem. A última reforma eleitoral foi de certo um belo esforço neste sentido; mas não basta adotar uma boa lei, é mister ainda que todos a quem toque a sua execução se esforcem lealmente por bem cumpri-la.

"A verdade eleitoral será ainda o primeiro passo para se avaliar a oportunidade de reformas mais profundas, e prever até que ponto elas traduzem realmente a vontade da Nação."

PRESIDÊNCIA EPITACIO PESSOA

CAPÍTULO IV

A presidência Epitácio Pessoa comprime-se entre o 28 de julho de 1919 e o 15 de novembro de 1922. Eleito de surpresa, resultante de um jogo escuso dos donos do poder, ele regressa de uma viagem triunfal sem ter contato com a realidade que o aguarda. Na verdade, não esperavam que ele *presidisse* a República, mas que ocupasse, discreta e silenciosamente, o Palácio do Catete, sem ligações com os fatos que antecederam e motivaram a sua escolha, nem que influísse nas negociações que não foram interrompidas para a sua sucessão. Esta, articulada sub-repticiamente desde a doença, agonia e morte de Rodrigues Alves, desenvolve-se às claras quando ainda faltam dois anos de gestão daquele período mutilado.

Proclamado o resultado oficial, Rui desistiu da contestação do pleito, publicando um manifesto à Nação, explicativo de sua atitude.

O vice-presidente em exercício, Delfim Moreira, governaria até 27 de julho, quando transmitiu o poder a Epitácio Pessoa. Um ano após falecia Delfim Moreira, abrindo vaga preenchida com a eleição de Francisco Álvaro Bueno de Paiva para a Vice-Presidência, em 5 de setembro de 1920.

"Como era natural" – depõe Epitácio – "o meu primeiro ato de governo foi a organização do Ministério. Divulgada a resolução em que eu estava de nomear civis para as pastas militares, logo a intriga começou a imputá-la a prevenções que eu trazia contra as classes armadas e, com grande, e, para mim, dolorosa surpresa, fui informado de que, no seio des-

tas, pricipalmente da Marinha, se pronunciava forte agitação subversiva contrária àquela escolha. Era um triste sintoma. Contra o direito que ao presidente assegura a Constituição de escolher com inteira liberdade os seus ministros, conspiravam, em conciliábulos de que a polícia me trazia ao corrente, oficiais esquecidos dos seus deveres de obediência, imbuídos do espírito da casta, impelidos por falaciosas ambições. Na véspera da minha posse, às 11h30 da noite, em minha residência, um dos mais prestigiosos generais da Armada me aconselhava a recuar daquele propósito, para não expor o País às vicissitudes de um movimento armado. Respondi-lhe como devia: "Amanhã a imprensa publicará a nomeação de um civil para a pasta da Marinha; a Armada, digo mal, os indisciplinados da Armada que tomem a responsabilidade de perturbar a ordem constitucional da República pelo fato de não querer o presidente, no uso de incontestável direito, reconhecer-lhes os títulos de propriedade sobre uma das pastas do governo. Resistirei e veremos por quem se pronuncia a Nação." No dia seguinte, com efeito, os jornais davam a nomeação de dois ministros civis para as pastas militares.

Epitácio não revela o nome do almirante que o procurou para comunicar-lhe a ameaça de alguns oficiais da Marinha. Sua filha e biógrafa presta este esclarecimento à história, revelando que esse general era o então ministro da Marinha, almirante Gomes Pereira. Epitácio, mais adiante, reconhece que, "naquela lamentável emergência, contei com o apoio do almirante Gomes Pereira". Posteriormente, o almirante Gomes Pereira aceitou a chefia do Estado-Maior da Armada, a convite de Epitácio.

Apresentando seu ministério, o novo presidente explicava a escolha de cada um de seus sete auxiliares.

A nomeação de titulares civis para as pastas militares era uma idéia amadurecida. Em seu arquivo foram encontradas notas, a lápis, redigidas em sua viagem de regresso. "Separar as pastas militares da administração dos serviços do Estado-Maior. A primeira é apolítica e, por sua natureza mesma transitória; o segundo é técnico e profissional e deve ser, o mais possível, permanente. A administração deve ficar a cargo de um civil, justamente para afastar a força armada da política; o preparo da tropa caberá ao militar sem intervenção nem mesmo do ministro."

Epitácio, em sua justificativa, relembra o Império, em que o elemento civil deu uma colaboração eficaz à administração militar. Mesmo durante a Guerra do Paraguai, só por cinco meses a Pasta da Guerra esteve com militar, e a da Marinha esteve sempre com civil. Cita o exemplo de países de melhor organização militar em terra e mar, como a França e a Inglaterra. Nem durante a guerra deixou de entregar a civil a defesa de sua honra militar e da sua independência política: "E nunca se ouviu dizer que aqueles generais ou seus subordinados se houvessem reunido al-

guma vez para planejar a deposição do governo, sob o pretexto de que este usurpara, em favor de civis, postos e funções que de direito lhes tocavam."

Mantido o princípio da autoridade, resguardado o direito que a Constituição assegura ao presidente, Epitácio constitui seu ministério: Interior – Alfredo Pinto Vieira de Melo; Exterior – José Manuel de Azevedo Marques; Fazenda – Homero Batista; Viação – José Pires do Rio; Agricultura – Ildefonso Simões Lopes; Guerra – João Pandiá Calógeras; Marinha – Raul Soares de Moura.

Pandiá Calógeras ainda se encontrava na Europa na data da posse do novo governo. O Ministério da Guerra ficou a cargo do titular da Justiça, Alfredo Pinto, até 19 de setembro quando o ministro efetivo assumiu o posto.

Dominadas, senão vencidas definitivamente, as resistências de alguns grupos militares pela escolha de civil para as pastas da Guerra e da Marinha, foi boa a impressão do povo. O Ministério se formara de elementos, em sua maioria, novos em política e administração pública, mas portadores de um *curriculum* profissional valioso. Alfredo Pinto era um jurista consagrado, adepto da candidatura de Rui, o que mais dignificava a escolha de Epitácio; Azevedo Marques, professor da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo; Pires do Rio, engenheiro paulista, ex-diretor da Inspetoria de Obras contra as Secas, o que indicara, naturalmente a um presidente do Nordeste que dedicaria sua melhor atenção ao flagelo crônico da região; Homero Batista, gaúcho, fora relator do orçamento da República na Câmara e presidente do Banco do Brasil; Simões Lopes era um estancieiro gaúcho, estudioso dos problemas da agricultura e dirigente de sociedades agrícolas. Os dois civis, Pandiá Calógeras e Raul Soares, ambos de Minas, eram políticos de larga visão administrativa, familiarizados com as questões das pastas que iam gerir.

O primeiro nome lembrado para a Pasta da Guerra parece ter sido o de Washington Luiz Pereira de Souza, então prefeito de São Paulo. Sertório de Castro, sempre bem informado em assuntos paulistas, afirma que ele declinou do convite, porque alimentava a ambição de suceder Altino Arantes, como aconteceu. Também Cardoso de Almeida, solicitado para a pasta da Viação, não quis se afastar de São Paulo, com vistas à mesma sucessão. A pasta permaneceu com aquele Estado, em mãos de José Pires do Rio.

Epitácio, ele próprio, era bem visto como presidente da República. Sucedendo a políticos mais velhos, tinha, contudo, uma larga folha de experiências. Fora, na mocidade, uma das melhores figuras intelectuais da Constituinte Republicana. No governo Campos Sales exercera o cargo de ministro do Interior. Foi deputado federal, senador, chefe de partido, ministro do Supremo Tribunal Federal. Na Conferência da Paz, seu bri-

lhante desempenho na chefia que lhe fora confiada, as visitas a diversos países, já como presidente eleito, haviam criado uma auréola de prestígio exterior, sempre muito grata aos brasileiros. Era um homem educado, sociável, inteligente, falando com facilidade, vestindo-se bem, apreciando o êxito mundano, freqüentando as temporadas lírica e francesa do Teatro Municipal.

Se concorria, pessoalmente, para o sucesso de seu governo, algumas hábeis combinações políticas, além da constituição do Ministério, favoreciam a sua gestão. Guindado, mais uma vez, à vice-presidência do Senado — a presidência cabia ao vice-presidente da República, que raramente a exercia — o senador Antônio Azeredo tangia um rebanho de ovelhas mansas.

Se um ou outro destoava da tranqüilidade ambiente, apenas confirmava a regra, pela exceção e o contraste. Rui, o grande adversário vencido na pugna eleitoral, dissera dele, em 17 de julho: "Timbra o sr. Epitácio Pessoa em reiterar a declaração de que está sem compromissos. Sendo assim, teremos pela primeira vez um chefe de Estado que não vai ao poder com as mãos atadas pelas facções. Desta predestinação raríssimos homens terão gozado alhures. No Brasil, ninguém."

Nilo Peçanha, outra grande figura, havia se acomodado à nova situação. Na Câmara, espraiava-se uma cordial unanimidade.

Nos Estados, processavam-se as mudanças costumeiras: em Pernambuco, o senador José Bezerra deixava de ser senador para ser o novo governador, enquanto o antigo governador vinha ocupar o seu posto, no Senado; no Rio Grande do Norte, idêntica permuta se operava entre o governador Ferreira Chaves e o senador Antonio de Souza; no Espírito Santo, o senador Nestor Gomes renunciava ao tempo que lhe restava para ir governar o Estado, enquanto seu presidente, Bernardino Monteiro, vinha para o Senado.

Nas quadrilhas de antigamente, onde a marcação se fazia à moda francesa, esse movimento se fazia assim comandado: *Changez des places!* Na política era, apenas, um hábito. Os situacionismos estaduais exploravam uma política estreita, de ambições pessoais. Ao semifeudalismo do Império sucederam as oligarquias da República, institucionalizadas pela política dos governadores, de Campos Sales. Apenas, mudadas as pessoas, em alguns Estados, pelas salvações de Hermes da Fonseca. As tentativas de um partido nacional, com Glicério e Pinheiro, não passaram de letreiros vistosos e fictícios. Nem os movimentos de contestação, com Rui Barbosa, foram além das campanhas presidenciais, logo apagadas no cinzeiro morno das acomodações. Não havia, na prática, a federação existente na letra constitucional. O que existia, de fato, era o predomínio dos grandes Estados da União em política e finanças, enquanto os pequenos Estados viviam mendigando as sobras orçamentárias.

A Primeira Guerra Mundial repercutira, no Brasil, com a decretação do estado de sítio no governo Venceslau Brás. Os fazendeiros de café, mais bem organizados, pleitearam e obtiveram uma proteção especial. As saídas haviam sofrido redução, conseqüente ao bloqueio dos portos distribuidores de Hamburgo, Bremen e Trieste. Para compensar essa diminuição, evitando a baixa das cotações, o governo federal consentiu em uma nova emissão de papel-moeda com o qual prosseguisse a retenção sistemática dos excedentes, pelo mesmo processo de compras no mercado interno, estabelecido pelo Convênio de Taubaté, em 1906.

Os industriais de manufaturas, garantidos pelo protecionismo aduaneiro, obtinham grandes lucros, o mesmo acontecendo com a exportação de matérias-primas. Apenas a borracha entrava em declínio, mas o fenômeno não era percebido, naquela fase de euforia pelos lucros fáceis e passageiros da guerra, nem permitido comentar, na vigência do estado de sítio, com as restrições à liberdade de imprensa.

Em 1914, no início do conflito, a circulação inconversível do Brasil não chegava a 60 mil contos de réis. Ao término da guerra, atingia a 2 milhões e 70 mil contos. A prosperidade, resultante das condições especiais da economia mundial; a estabilidade cambial interaliada, mantida durante o conflito; a paralisação da agricultura nos países em guerra iriam se modificar logo que fosse assinado o Tratado da Paz. A euforia econômica, de que se beneficiara o governo Venceslau Brás e, ainda, favorecera a interinidade de Delfim Moreira não vigoraria mais, durante a gestão Epitácio. O novo presidente o sabia. Não alimentava a menor ilusão sobre a solidez e a permanência das condições econômicas e financeiras que a guerra nos oferecera. Sua primeira mensagem enviada ao Congresso, a 13 de dezembro de 1919 e a exposição do ministro da Fazenda, Homero Batista, que a acompanha, demonstram um conhecimento exato e a intenção de agir com realismo.

Epitácio timbrara em afirmar que não tinha compromissos políticos. De fato, pela primeira vez, um presidente não era eleito em conseqüência de combinações políticas, em que entravam os interesses econômicos dos grandes Estados. O novo presidente não pertencia ao círculo predominante da indústria fabril e do café. Esse descompromisso permitiria dizer, mais tarde, respondendo às acusações feitas ao seu governo, ter sido o presidente que negou sanção a maior número de resoluções legislativas. Isto porque, contra os seus projetos de reforma tributária voltaram-se os defensores dos interesses dos industriais, os agravadores do aparelho fiscal em sua política protecionista.

Em sua primeira mensagem, Epitácio criticou os excessos desse protecionismo alfandegário, do recurso ao crédito e ao papel-moeda, ao desconto sobre o futuro. Porque o País não poderia mais contar com o progresso indefinido das suas exportações. A Europa refazia-se das graves

conseqüências da guerra, reaparelhando seus parques industriais e reabilitando seus créditos externos. Caíam, verticalmente, as exportações, chegando a deixar *deficits*, em 1920, sobre as importações. A instabilidade econômica refletia-se na situação cambial. Alarmados com esta mudança, os industriais e os lavradores e negociantes de café reclamavam medidas protecionistas. São Paulo, seus cafeicultores, seu governo, começaram a pressionar o presidente, enquanto os preços do café caíam no mercado internacional. Epitácio tentou resistir. Acabou cedendo.

Resolve intervir na defesa de nosso principal produto. Realiza um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas. Adquire parte do estoque, retendo-o nos portos de embarque. A operação evita o aviltamento do produto e apresenta lucros imediatos. Mas o Tesouro, para completá-la, desconta uma promissória de 4 milhões de libras no Banco do Brasil.

Ainda na primeira fase de seu governo, Epitácio tem de alterar seus planos financeiros. Contrai dois empréstimos externos: um de 50 milhões de dólares, que deveria ser empregado especialmente nas obras contra as secas do Nordeste, e outro de 25 milhões, para a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brâsil e outros melhoramentos ferroviários.

Estavam em moda as novas teorias bancárias, experimentadas na Alemanha. O ministro Homero Batista cria a Carteira de Redesconto no Banco do Brasil, destinada a emitir sobre títulos comerciais com as notas fornecidas pelo Tesouro.

Com o intervalo de oito meses, duas mensagens presidenciais foram enviadas ao Congresso: a 3 de setembro de 1919 e a 3 de maio de 1920. Se na primeira apresentou a situação em que se encontrava o País, no período difícil do pós-guerra, na segunda pôde expor, em cerca de duzentas páginas, as idéias sobre as quais tinham de trabalhar Legislativo e Executivo. Projeta em quase todos os Ministérios. No Exterior, reforma a Secretaria, o Corpo Diplomático e Consular. Na Justiça cria o Departamento Nacional de Saúde Pública, com atribuições para resolver o problema sanitário e hospitalar na Capital da República, e nos Estados que solicitassem auxílio. Na Marinha, revê o problema do reaparelhamento da Esquadra, com material cansado e obsoleto. Cogita da montagem de estaleiros e oficinas de reparo na ilha das Cobras. Dá especial atenção ao ensino naval. Na Agricultura, transfere o Serviço de Pesca para a Marinha, visando à nacionalização desta atividade. Na Guerra, procura resolver os problemas de ensino e saúde, aparelhamento bélico, instalação de quartéis para as tropas.

Sugere, ainda, a criação do Conselho de Defesa Nacional para o debate, em conjunto, pelo presidente, ministros de Estado e chefes de Estado-Maior, das questões relativas à segurança nacional.

A VISITA REAL

CAPÍTULO V

Quando excursionou, presidente eleito, por vários países, após a Conferência da Paz, Epitácio foi hóspede do rei Alberto I da Bélgica e homenageado, em função do alto cargo para o qual fora escolhido. A fidalguia da acolhida, a simpatia do povo belga, levaram naturalmente o governante brasileiro a convidar Suas Majestades para virem ao Brasil. O convite fora aceito e seria atendido em setembro de 1920.

Era a primeira vez que um monarca visitava o país. O rei de Portugal, D. Carlos, planejara essa excursão, em 1907, que não se realizou, porque foi assassinado. Era, também, a primeira vez que um chefe de Estado vinha ao Brasil.

O rei Alberto foi um verdadeiro herói na Grande Guerra. A Bélgica está encravada entre a França e a Alemanha. Quando o kaiser Guilherme II dispôs-se a invadir a França, o rei Alberto escreveu-lhe uma carta, em 31 de julho de 1914, lembrando-lhe a neutralidade da Bélgica. A resposta foi o ultimato de 2 de agosto. Ante a ameaça da violação de seu território, caso não concordasse com a passagem do Exército Alemão, o rei dos belgas mobilizou seu pequeno Exército, assumiu, pessoalmente, o comando, estabeleceu seu quartel-general em Louvain, depois em Antuérpia, resistindo, palmo a palmo, na luta desigual. A rainha o acompanhava, atuando nos hospitais de campanha.

Quando se deu a contra-ofensiva dos Exércitos aliados, em outubro de

1918, o rei Alberto foi investido do comando das divisões belgas e francesas no Norte. Recapturou Ostende e Bruges. A 22 de novembro reentrava em sua capital, com a rainha ao seu lado.

Tinha *le physique du rôle*, o tipo perfeito de um rei: alto, atlético, louro, de olhos azuis e traços finos. Suave de maneiras. Sua vida simples e heróica fizera dele o ídolo de seu povo e de seu tempo. Ao recebê-lo, Epitácio o denominou: "O monarca de maior renome do mundo, aquele que pela lealdade à fé dos tratados não duvidara em sacrificar a sua nobre pátria às represálias cruéis de um adversário incomparavelmente mais forte e, notável já pela inteligência e elevação com que superintendia o governo de seu país, conquistara, da admiração e do reconhecimento da civilização universal, o cognome para sempre memorável de Rei-Herói."

O encouraçado São Paulo foi buscar os hóspedes reais. Viajava nele uma delegação posta à disposição do rei Alberto e assim constituída: general Tasso Fragoso, capitão de mar-e-guerra Henrique Aristides Guilhem, capitão José Pessoa. O comandante Leopoldo da Nóbrega Moreira foi designado ajudante-de-ordens da rainha. O ministro Barros Moreira acompanhava os soberanos, como chefe da missão brasileira.

Zarpou o São Paulo de Zenbrugge, porto de Bruges, em primeiro de setembro, aportando ao Rio de Janeiro em 19. O galeão D. João VI, guarnecido por 64 marinheiros, levou a bordo o presidente da República, sua família, altas personalidades, entre as quais os ministros do Exterior, Marinha e Guerra.

O mesmo galeão trouxe Suas Majestades que desembarcaram no cais do porto, organizando-se um cortejo para o desfile na Avenida Central, seguindo para o Palácio Guanabara, onde ficaram hospedados. A tropa formara, pelo trajeto, e uma multidão considerável aplaudia os visitantes. Bandas militares tocavam os hinos da Bélgica e do Brasil.

Os soberanos belgas cumpriram um longo e afanoso programa, incluindo duas viagens a São Paulo e Minas Gerais, onde foram hóspedes dos respectivos presidentes, Washington Luís e Artur Bernardes. Em Minas inspecionaram as minas de Morro Velho. Excursionaram pelas localidades serranas vizinhas do Rio de Janeiro, chegando a acampar, durante três dias, nas matas de Teresópolis. Em Copacabana, tomaram banho de mar, quando o rei, nadador audacioso, arriscou-se demasiado, correndo risco de vida.

Em 16 de outubro, a mesma nave de guerra reconduzia os reis belgas para seu país.

"UM DOS ATOS MAIS GRAVES..."

CAPÍTULO VI

"Um dos atos mais graves do meu governo foi a intervenção no Estado da Bahia, em fevereiro de 1920. Ele deu lugar aos mais vivos debates e suscitou da parte do saudoso senador Rui Barbosa a mais acerba crítica". É o próprio presidente que abre o capítulo de sua defesa, nestas palavras. Epitácio abre o capítulo da intervenção na Bahia com estas duras recriminações. Ocupa quarenta páginas de sua defesa historiando as circunstâncias em que agiu, transcrevendo a correspondência com os próceres baianos, citando juristas em abono de sua conduta.

Até então seu governo não fora, realmente, combatido. O país compreendera a gravidade da situação econômico-financeira do pós-guerra e sentia o abalo de uma sociedade que começava a desmoronar. A revolução social destruíra o último reduto do feudalismo e ameaçava espraiar-se, tempestuosamente, pelo resto do mundo. O Brasil sentira os primeiros sintomas da crise do mundo moderno. O proletariado, que vinha do Império e atravessara os primeiros tempos da República mais ou menos organizado em moldes anarco-sindicalistas, caminhava para uma politização mais intensa, prenunciando a fundação do Partido Comunista Brasileiro que seria implantado ainda na gestão de Epitácio, em 1922. Em seu curto governo de oito meses, Delfim Moreira conhecera greves e reivindicações trabalhistas que não soubera interpretar, nem resolver. Também Epitácio não estava preparado para os novos tempos, que anunciava, mas não compreendia.

Ainda desta vez, porém, seria o fato político – culminando os fenômenos sócio-econômicos – que determinaria a crise. O velho sistema das oligarquias, dos prestígios políticos alicerçados na posse do poder, a influência do governo central, o viciado método das intervenções, poriam a nu a organização política de um grande Estado. Sem resolver seus problemas. Apenas mudando de homens. Como acontecera, pouco antes, no quatriênio Hermes da Fonseca. Sem que, sequer, saíssem de cena os mesmos personagens. Só a luta em torno do poder, a tentativa de tomá-lo pela fraude e pela força.

Seabra conquistara a Bahia disparando os canhões dos fortes da Barra. Impusera, antes que consolidasse, seu domínio. Seus adversários agrupavam-se em torno do paladino da democracia, o senador Rui Barbosa, cuja voz influía nas decisões internacionais mas não mudava o rumo dos acontecimentos de seu Estado e de sua Pátria.

A sucessão baiana era o primeiro grande problema que Epitácio iria enfrentar em seu governo. A Bahia se dividira na eleição presidencial. Rui fora o candidato em oposição a Epitácio. O situacionismo baiano prestigiara o contendor de seu grande filho. Agora, era esse situacionismo que pretendia se consolidar, na eleição do novo governador.

Epitácio não desconhece que "desde muito tempo, as lutas políticas no Estado da Bahia se salientavam por extrema exaltação. Entre as acusações articuladas contra a situação ali dominante figurava, quando assumi o governo, em primeiro plano, a de exercer toda sorte de compressão contra os direitos dos adversários por meio dos chefes dos serviços federais. Cioso da neutralidade da União nas questões partidárias, e visto que poucos meses depois se teria de realizar a eleição de governador do Estado, tratei de retirar da Bahia os funcionários acusados, como fizera em outros Estados, de onde me vinham queixas idênticas, e para lá designei pessoas inteiramente estranhas à política local. A última substituição que fiz foi a do comando da Região Militar, que confiei ao general Cardoso de Aguiar, o qual, pelo elevado e merecido conceito em que era tido no país, oferecia a ambos os partidos todas as garantias de isenção e imparcialidade.

A 29 de dezembro de 1919 verificou-se a eleição de governador, apaixonadamente disputada pelas duas facções. Uma e outra, como acontece quase sempre, atribuíram-se a vitória. Logo em seguida divulgava-se nesta Capital a notícia de que bandos armados, dirigidos por chefes locais, se haviam levantado nos municípios do sertão do Estado contra as autoridades constituídas. O objetivo destes chefes, conforme anunciavam os seus mentores políticos, era marchar sobre a capital, impedir o reconhecimento do candidato governista, Dr. José Joaquim Seabra, e empossar no governo o candidato da oposição, Dr. Paulo Martins Fontes."

Pareceu ao presidente que o movimento não tinha grande importân-

cia. Até que, em 17 de fevereiro de 1920, "o governador do Estado, Dr. Antonio Moniz, sentindo-se impotente para dominá-lo, dirigiu-me o seguinte telegrama:

'Levo ao conhecimento de V. Exa. que a capital continua em absoluta calma, sem a menor perturbação em sua vida normal, reinando a paz em quse todo o interior do Estado. Entretanto, apesar das notícias de normalização em Lençóis e Remanso, estou informado que jagunços armados marcham sobre Juazeiro e Vila Nova com o fim de assaltarem estas cidades, cujas populações estão alarmadas. Campestre ainda sitiada, tendo o contingente policial de 100 praças, que enviei ao local, acampado em Andaraí, não conseguindo, em virtude de ser insuficiente, bater os bandidos. Em Juazeiro continua a força policial de 150 praças a defender a cidade. Enviei 100 praças para defender a estrada de Nazaré, visto correrem boatos de que seria atacada pelos clavinoteiros chefiados por Horácio Matos. Como sabe V. Exa., esses bandoleiros, que sempre existiram em certa zona do sertão baiano, fazendo de vez em quando incursões nas localidades onde possam satisfazer seus instintos de pilhagem, estão sendo agora insuflados e aproveitados pelas facções oposicionistas, que lhes fornecem armas, munições e dinheiro, impelindo-os ao saque pelo ataque a cidades abertas e arregimentando-os para a luta armada contra as autoridades constituídas nos municípios, com manifesta perturbação da ordem e tranqüilidade públicas. Nestas condições, confiado no comprovado patriotismo de V. Exa., e baseado no art. 6º, nº 3, da Constituição da República, venho solicitar de V. Exa. o auxílio federal para o fim de restabelecer a ordem e tranqüilidade nos pontos acima referidos. Esta medida será da maior eficiência, pois creio que a certeza de que a força federal vai auxiliar o governo estadual na manutenção da ordem pública, na defesa da vida, liberdade e propriedade das populações brasileiras ameaçadas de assalto violento de clavinoteiros, explorados pelas paixões sediciosas, logo bastará para restabelecer plenamente a tranqüilidade em todo o Estado. Estou certo que V. Exa., atenderá a este justo pedido, que encerra providência constitucional, prestando desta forma um relevante serviço às nossas instituições republicanas.'

"No dia imediato recebia eu do Dr. Bráulio Xavier, presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado, este despacho:

Agravando-se a situação do Estado, devido ao movimento estender-se, várias comarcas e termos do interior estão abandonados das autoridades judiciárias, determinando completa acefalia da Justiça. Em razão de tais acontecimentos, está o Poder Judiciário suspenso em grande parte do território baiano. O governo, causador desta situação anômala, é impotente para reprimir tão sério e extenso movimento. Dada a perturbação da ordem constitucional e a impossibilidade do exercício do Poder Judiciário, cumpro o dever de comunicar a V. Exa., estas ocorrências, solicitando

providências e intervenção, a fim de dominar esta crise que compromete o regime.'

"Não me parecendo que os fatos tivessem ainda gravidade excepcional, e julgando conveniente tentar um acordo entre as duas partes contendoras, deixei de responder logo a essas requisições, e, em telegrama de 19, me dirigi nos seguintes termos ao Dr. Seabra:

Pelos telegramas recebidos ultimamente desse Estado, vejo que os acontecimentos do sertão têm tomado um aspecto de suma gravidade. O governador, firmado no art. 6º, nº 3 da Constituição, acaba de requisitar o auxílio federal para sufocar o movimento. Antes de resolver sobre este pedido, cuja gravidade não é preciso encarecer, venho dirigir-lhe um apelo, ao amigo, ao baiano e ao patriota. Lembre-se que, antes de resolvida a sua candidatura ao cargo de governador, solicitado pelas disposições conciliatórias dos seus adversários, por duas vezes lhe alvitrei como solução a escolha de um nome menos envolvido na política do Estado, contra quem a oposição não pudesse articular queixas. Não foi possível a aceitação desse alvitre porque, segundo me disse, no momento, só a apresentação do seu nome podia assegurar a coesão do seu partido. Agora, porém, sob a premência dos graves fatos que se estão desenrolando no seu Estado e na iminência de choques lamentáveis onde muitas vidas podem ser sacrificadas, estou certo que nenhum dos seus correligionários duvidará apoiar uma solução que consulta os interesses vitais da Bahia. Essa solução seria fazer agora o que sugeri naquela época. Ainda é tempo. Far-se-ia o seu reconhecimento e em seguida dar-se-ia a sua renúncia e a sua volta ao Senado, procedendo-se então à eleição de um candidato a governador nas condições acima indicadas. Creio que o nome que lhe apontei naquela ocasião está nestas condições (o do Dr. Torquato Moreira). Político prestigioso, espírito conciliador, relacionado com os adversários, ausente há muitos anos do Estado, a cujas últimas lutas se conservou alheio, sendo ao mesmo tempo seu correligionário, ele reúne, parece-me, todos os requisitos. Mas não sendo ele, poderia ser outro qualquer com iguais ou melhores títulos. Desejo conhecer com urgência a sua opinião. Se atender ao meu apelo, como espero do seu amor à Bahia, dirigir-me-ei então aos seus adversários. Fico esperando a sua resposta.

"O Sr. Seabra respondeu-me a 20:

'...Seria muito longo recordar os antecedentes que determinaram o sacrifício que fiz aceitando a apresentação de meu nome como candidato à sucessão governamental deste Estado, aceitação imposta pela unanimidade do grande partido que represento e de muitos outros elementos estranhos à política. Basta que saliente que a campanha levantada contra o meu nome resultou da campanha em que me empenhei com todas as energias, e para servir aos altos interesses da República, por ocasião da

sucessão presidencial, o que salientei da tribuna do Senado, quando o candidato derrotado empreendeu, com surpresa do país, a viagem a este Estado, com o fim declarado de pregar abertamente a revolta... Lembre-se o eminente amigo de uma carta que recebi e que lhe mostrei..., de meu inimigo há muitos anos e que, apesar da campanha de difamações e das injúrias irrogadas contra mim diariamente no seu jornal, não a publiquei desmascarando-o por não querer que sobre ela tecessem explorações injustas sobre a atitude do meu eminente amigo na sucessão baiana. Lembre-se ainda quanto se especulou e ainda se especula com a frieza de nossas relações, para se fazer crer que o ilustre amigo prestigiará a oposição contra mim. A exploração nesse sentido foi grande e continua no mesmo diapasão, e a prova tem o eminente amigo no telegrama que recebeu do virtuoso cônego Bastos, de Caeté, neste Estado. Agora mesmo os jornais da oposição continuam a explorar essa pretendida parcialidade, de modo a dizer um dos seus órgãos autorizados nesta Capital, e há poucos dias, que o governo federal é tão simpático à nossa causa que basta denunciarmos um funcionário como partidário do sr. Seabra, para ser ele demitido; assim foram demitidos os principais chefes das repartições federais no Estado, inspetor da Alfândega, delegado fiscal, administrador dos Correios e inspetor militar, que ainda depois de morto se lhe irrogam injúrias em um dos diversos manifestos à Nação. Jamais, fique certo meu ilustrado amigo, os oposicionistas tiveram intuitos conciliatórios, bastando que se atenda que, ao passo que falavam em particular desses intuitos, na imprensa, para o público, desafiavam a que eu fosse candidato, porque seria derrotado. O que empreendeu... o candidato derrotado na sucessão presidencial e por causa mesmo da derrota, foi a minha humilhação e o extermínio do meu prestígio político, que aliás é nenhum. Para que recordar o que todo o país sabe dessa campanha de mentiras, difamações e calúnias, sustentada contra a situação deste Estado? Deixei que corresse o pleito sem pedir um voto e conservando-me calado aí na Capital, sendo vitorioso por uma maioria de 50.000 votos contra 10.000 em uma eleição libérrima e quase toda fiscalizada. Agora mesmo, do Congresso do Estado que hoje abre suas sessões, só discrepa um de seus membros por ser filho do candidato adverso... Os movimentos a que alude o eminente amigo têm gravidade nos telegramas que daqui passam para aí e daí para aqui, todos dando notícias, falsas umas, outras exageradas, e com o intuito de impressionar os que aqui não testemunham os fatos. E tanto alcançam o seu objetivo, que o eminente amigo se mostra apreensivo. Dos 135 municípios do Estado, dois ou três foram atacados por esses aventureiros, capitaneados por um homem... a quem se aconselha o ataque até às propriedades particulares dos adversários, como o ilustre amigo verificará de documentos que receberá do sr. governador do Estado, e com a afirmativa sempre de que contam com o

apoio do governo federal. As poucas vilas e cidades em que entraram lançando o pânico nas famílias e tudo depredando, estavam sem meios de resistência. O governo do Estado pediu a intervenção do nº 3 do art. 6º da Constituição, certo como está, e está toda a gente, que bastara a certeza de que a força federal foi incumbida de restabelecer a ordem nesses municípios, para que esses bandos se debandem e deponham as armas que lhes foram fornecidas com munições pelos que abertamente pregam a revolta, com grande escândalo da Nação inteira e infração das leis da República. Esses e muitos outros são os fatos que não podem ser postos em dúvida, alguns dos quais tomo a liberdade de recordar ao meu eminente e prezado amigo, cuja altivez e dignidade de atitudes francas e decisivas são sempre muito apreciadas e aplaudidas por toda a Nação. Se o prezado amigo entender que devo, a despeito de tudo, atender ao apelo que me faz, rogo a fineza de dizer-me, porque, para servi-lo e sem o menor constrangimento, direi simplesmente ao público ou à Nação a quem devo satisfação: 'Renuncio ao direito à sucessão governamental do meu Estado e retiro-me do cenário político da República. Em 7 do mês próximo partirei para aí, de onde não regressarei, ou só regressarei para tomar posse, depois de ter em todo caso a honra de conversar com o eminente amigo e receber suas ordens.'

"Em 21 repliquei ao Dr. Seabra:

'Dados os termos do seu telegrama, não tenho o direito de insistir. Meu intuito era restabelecer a harmonia entre os filhos da Bahia, preparando um terreno mais propício ao progresso e felicidade do Estado. Era ao mesmo tempo poupar ao governo da União as graves responsabilidades e queixas dolorosas que sempre provocam uma intervenção armada. Lamento sinceramente que este novo esforço não tenha surtido o efeito que eu desejava.'

"No dia 22 recebi este outro telegrama do Dr. Seabra:

'Na resposta que tomei a liberdade de dar ao telegrama do eminente amigo, procurei conciliar o meu modo de pensar e sentir íntimo e sincero com a obediência que devo às determinações do prezado amigo. Se julgasse de bom aviso insistir, eu sem o menor constrangimento procederia de acordo com o final da minha resposta, porque me creia seu devotado e desinteressado amigo. Em março próximo, quando aí chegar, espero merecer a honra de uma audiência, e então largamente conversaremos sobre o assunto.'

"No mesmo dia telegrafei ainda ao governador eleito da Bahia:

'Sinto-me no dever de responder ao seu último telegrama. Sua insistência em só aceitar a minha sugestão, renunciando à carreira política, revela de sua parte o receio de ficar ferido o seu melindre, se assim não proceder. Não me parece, entretanto, como não parece a outros amigos daqui, fundado esse receio. A homologação da sua eleição pelo Con-

gresso do Estado poria a salvo inteiramente o seu amor próprio; sua abnegada iniciativa, renunciando ao cargo, apesar de reconhecido, seria recebida com simpatias pelo país; a eleição de um correligionário deixá-lo-ia bem perante o seu partido; a sua volta ao Senado enfim manteria a preeminência de sua posição política. Devo dizer-lhe que não sei se os adversários aceitariam esta combinação, pois fazem questão do seu não reconhecimento; mas se não aceitassem, a posição menos simpática ficaria do lado deles. A intervenção cavaria ainda mais fundo os ódios entre os dois grupos. Mas ainda sofreria a Bahia, com repercussão em todo o País. Junte a isto os inconvenientes de toda ordem que adviriam ao meu governo, sobretudo havendo choque entre Exército e rebeldes, como fazem presumir informações insuspeitas que daí estou recebendo e a atitude dos seus adversários, que não querem aconselhar o desarmamento. Derramamento de sangue, ressentimentos, prejuízos, todos os males enfim decorrentes da intervenção armada acompanhariam o resto do meu período de governo, atraindo contra este queixas e ódios, exaltando os ânimos, exacerbando as paixões, avolumando a oposição, embaraçandc a minha atividade, que eu tanto desejava empregar em coisas mais úteis ao país. Entretanto, o acordo sem prejudicar a sua posição política, abriria à Bahia uma época de tranqüilidade, tão necessária ao seu progresso, e ao mesmo tempo pouparia o governo federal aos males acima apontados. Eis aí explicado o meu modo de sentir e a razão de ser do meu primeiro telegrama.'

"A este despacho respondeu o Dr. Seabra:

'Só ontem à noite e já tarde recebi o despacho do eminente amigo. Pelo que se pode deduzir dos telegramas com que me tem distinguido, toda a questão gira em torno da minha humilde pessoa, sobre quem se concentram as iras e caprichos do candidato derrotado na última eleição presidencial. Livre-me Deus seja eu a causa do derramamento do generoso sangue dos meus patrícios. Acresce que devo e muito desejo satisfazer ao eminente amigo máxime quando faz depender em parte da remoção desse obstáculo o brilho e êxito de sua patriótica administração. E vejo que a questão é unicamente de minha pessoa no governo do Estado, desde que o eminente amigo está perfeitamente de acodo em que seja eleito um correligionário meu, voltando eu para a cadeira do Senado. Assim, portanto, acedo aos desejos do eminente amigo. Reconhecido e proclamado, imediatamente renunciarei perante a mesma Assembléia, que, nos termos da Constituição estadual, marcará o pleito para quarenta dias depois. Convocarei imediatamente a Convenção do partido e nela apresentarei o nome do presidente do Senado, senador Frederico Costa, velho respeitável, prudente, sem paixões, independente pelos seus bens de fortuna, conhecedor das necessidades do Estado e sobre o qual não pode recair a menor suspeita de exaltação partidária, tão louvado tem sido

muitas vezes pela oposição. E como esse nome é o que dividirá menos o meu partido e o de qualquer outro produzirá grande cisão, a oposição não apresentará candidato algum, quer para o cargo do governador, quer para o de senador, se o intuito é evitar lutas com o afastamento da minha pessoa. Permita como informação que diga ao eminente amigo, que agora mesmo a exploração com o seu nome é extraordinária, já passando tal exploração para os jornais da oposição e telegramas por todo o sertão com o fim de animar o banditismo. Em Camisão, onde pretendeu entrar um troço de jagunços, houve repulsa e morreram dois ou três indivíduos, havendo outros feridos. Afigura-se que o fim da oposição é ganhar tempo, animando sempre a jagunçada, máxime com a exploração a que já aludi, de modo que a demora da medida constitucional pedida pelo governador do Estado é que tem avolumado o movimento do interior, trazendo maiores dificuldades em vez de exercer a ação preventiva esperada. Permita que ainda lhe pondere que é minha cnvicção que, mesmo aceito o alvitre do eminente amigo, o movimento do banditismo continuará no interior por não mais obedecer exclusivamente às ordens dos adversários e sim de aproveitar das munições e dinheiro que lhe forem dados, dos quais continuará a servir-se para devastações, tropelias e pilhagens.'

"De posse deste telegrama, recebido no dia 23, convidei a vir imediatamente ao Palácio Rio Negro, onde me achava, o deputado Pedro Lago e lhe pedi soubesse do senador Rui Barbosa, chefe reconhecido dos elementos oposicionistas da Bahia, se aceitava o acordo sobre a base da eleição do sr. Frederico Costa, como propunha o Dr. Seabra.

"Tive como resposta uma recusa peremptória.

"Os acontecimentos, entretanto, íam-se precipitando.

Dois dias antes o general Cardoso de Aguiar me telegratara:

'... Espalhando pelo sertão boatos de apoio federal, o movimento alastra-se. Bandoleiros ávidos convergem de toda a parte, com o fito em ganhos fáceis e depredações. Quanto maior a demora houver na intervenção, mais se avolumará a onda, dificultando o apaziguamento. O governo do Estado, com dois mil homens de polícia, não pode atender a tão grande zona, guardando ainda a capital, onde a oposição procura perturbar a ordem. Não pode também armar jagunços por falta de recursos pecuniários, armamento e munições. A desordem no sertão atrairá jagunços dos estados limítrofes, já habituados a essas lutas e depredações, tornando-se então muito difícil dominar o movimento.'

"No dia 23 frustraram-se inteiramente, como vimos, os meus esforços pelo acordo. Um apelo que eu dirigira aos chefes da oposição, para aconselharem os seus amigos a deporem as armas, não tivera melhor resultado. A oposição anunciava que o movimento, dominando já dois terços do Estado, se precipitava vitorioso e irresistível sobre a capital.

"Não era mais possível contemporizar."

É decretada a intervenção, pedida pelo governador: "Fi-lo com a consciência de cumprir um dever iniludível. Não obedeci à solicitação ou influência política de quem quer que fosse. Nem antes nem depois da intervenção tive uma palavra sequer dos governos dos Estados aconselhando ou aplaudindo o meu ato. A responsabilidade deste é toda minha.

"Decretando a intervenção, dei à publicidade os seguintes documentos:

"Resposta do presidente do Tribunal:

Rio, 21 de fevereiro de 1920.

Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça – Bahia.

Respondo ao seu telegrama de 18. Como V.Exa. sabe, os casos de intervenção do governo federal, em negócios peculiares aos Estados estão enumerados no Art. 6º da Constituição. Excluída a hipótese da invasão, que evidentemente não ocorre, só nas três outras hipóteses poderia o governo federal, em vista dos acontecimentos que aí se desenrola, intervir nesse Estado. Mas, quanto ao caso do nº 2 (manutenção da forma republicana federativa), à parte das questões doutrinárias que se tem suscitado, quer em relação ao órgão do governo a quem compete autorizar a intervenção, quer no tocante aos requisitos que caracterizam a forma republicana federativa, é fora de dúvida que não se pode considerar subvertida essa fórmula em um Estado onde existam legalmente organizados e em função os três poderes constitucionais – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Pelo que diz respeito ao caso nº 4 – (execução das leis e sentenças federais), se as leis desrespeitadas, são, como se alega, as que garantem os direitos e liberdades do cidadão, a intervenção compete ao Poder Judiciário, que é aquele a quem a Constituição confiou a proteção desses direitos e liberdades e, portanto, a execução coerciva de tais leis, cumprindo apenas ao Poder Executivo assegurar pela força, se for necessário, o cumprimento das sentenças respectivas. Resta o caso nº 3 (restabelecimento da ordem e tranqüilidade). Nesta hipótese a intervenção só se pode dar à requisição do governo do Estado, e no intuito de fortalecer a sua autoridade. Ora, precisamente o governador do Estado, invocando o art. 6º, nº 3, da Constituição, acaba de requisitar a intervenção federal. Partindo a requisição dum governo, cuja legitimidade todos reconhecem e tratando-se de fatos cuja gravidade os seus próprios adversários proclamam, corre-me o dever constitucional de atender à requisição. Renovei tentativas de acordo que já fizera antes da eleição. Nada tendo conseguido, ainda desta vez, acabo de dirigir um apelo aos representantes federais contrários ao governo do Estado, pedindo, intervenham junto aos seus amigos do interior para porem termo ao movimento. Se nada ainda obtiver, o governo da União cumprirá o seu dever de intervir, fazendo-o todavia com a moderação que a exaltação das paixões políticas no Es-

tado aconselha, reservando à autoridade federal a direção esclusiva de suas forças ao comandante destas o maior comedimento em sua ação."

Decreto de Intervenção:

"O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil;

"Considerando que o governador do Estado da Bahia, invocando o art. 6º, nº 3. da Constituição, e alegando a insuficiência das forças de que dispõe, requisitou a intervenção do Governo Federal para restabelecer a ordem e a tranqüilidade no Estado;

"Considerando que a requisição é feita por um governo cuja legitimidade não se contesta;

"Considerando que a perturbação da ordem e tranqüilidade na Bahia é um fato de notoriedade pública, cuja extensão e gravidade os próprios adversários do governo local não cessam de proclamar;

"Considerando, portanto, que ao Governo da União incumbe atender à requisição do governo local:

"Resolve intervir no Estado da Bahia, nos termos do art. 6º, nº 3 da Constituição, mandando que o comandante daquela Região restabeleça a ordem e tranqüilidade no dito Estado, de acordo com as instruções que nesta data lhe são dadas pelo ministro dos Negócios de Guerra.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1920, 99º da Independência e 32º da República."

Resposta ao Governador:

"Rio, 23 de fevereiro de 1920.

"Sr. Governador do Estado — Bahia.

"Atendendo à requisição de V.Exa. acabo de expedir decreto que ordena a intervenção nesse Estado nos termos do art. 6º, nº 3, da Constituição federal. Ao Comandante da região são enviadas as necessárias instruções. A força federal agirá com inteira autonomia, parecendo conveniente, dada a exaltação dos ânimos nesse Estado, que a polícia ou deixe de tomar parte nas operações ou não o faça senão sob o comando do general. Estando no desejo, interesse e dever do governo federal usar de maior comedimento e tolerância em sua ação, espero que V.Exa. autorizará o general comandante da região a assegurar as populações revoltadas que todas as garantias lhes serão dadas pelo governo do Estado, depois de efetuada a pacificação."

Instruções ao general Aguiar:

"Rio, 23 de fevereiro de 1920.

"Sr. Comandante da Região Militar — Bahia.

"Atendendo à requisição do governador, resolvi intervir nesse Estado a fim de estabelecer a ordem e a tranqüilidade. Para esse fim, deve V.Exa. pôr em ação a força federal do seu comando, de acordo com as instruções do Sr. Ministro da Guerra. No desempenho desta missão procederá V.Exa. com inteira autonomia e exclusiva responsabilidade, rece-

bendo ordens apenas do governo federal, o que não exclui entendimento com as autoridades do Estado para melhor esclarecimentos de sua ação. Dada a exaltação das paixões partidárias aí, convém que a força da polícia ou não tome parte nas operações ou o faça sob o comando de V.Exa. Neste sentido telegrafei ao governador. Antes de qualquer ataque aos grupos armados, deverá V.Exa. convidá-los a deporem as armas, prometendo-lhes todas as garantias ainda depois de feita a pacificação, de acôrdo com a autorização que o governador deverá dar. O governo da União não tem intuitos hostis contra tais grupos: seu pensamento é unicamente pacificar o Estado, sem se envolver de qualquer modo nas distenções políticas locais. Deve, pois, V.Exa. esgotar em qualquer emergência os meios suasórios, regular-se sempre pela mais rigorosa imparcialidade e justiça, e não esquecer jamais que são brasileiros os que tem diante de si."

A situação de Epitácio era delicada. Seabra fora o esteio de sua candidatura na Bahia. Rui, seu adversário. A revolução sertaneja dominava o Estado, a fim de impedir a posse de Seabra, cuja eleição impugnada como fraudulenta. Os pedidos de intervenção formulados pelo governador seabrista e pelo presidente do Tribunal (que assumira o governo ao tempo dos bombardeiros assegurando a primeira posse de Seabra) visavam restaurar seu poder no Estado.

Epitácio foi procurado por um velho amigo, o jurista Aureliano Leal, que tentou persuadi-lo, o quanto pôde, de adotar a única forma de resolver a luta política na Bahia que seria usar de sua autoridade para forçar um acordo em plano elevado, com a renúncia dos dois candidatos e a escolha de um *tertius*. A princípio chegou a agir através de amigos comuns, nesse sentido. Como não encontrasse boa acolhida por parte dos seabrista, principalmente do próprio candidato, não foi adiante. Este procedimento, relatado por seu filho, o juiz Hamilton Leal, não coincide com o depoimento de Epitácio.

Rui não se conformou com este resultado. Em 24 de fevereiro escreve a Epitácio renunciando ao cargo de representante do Brasil na Liga das Nações:

"Petrópolis, 24 de fevereiro de 1920.

"Exmº. sr. Dr. Epitácio Pessoa.

"Quando, na minha carta de 11 de outubro do ano passado, ao desembargador Palma, escolhido por S.Exa. para intermediário nessas negociações, respondi ao convite com que V. Exa. espontaneamente me honrara, em 6 de setembro desse ano, para representar o Brasil na Liga das Nações, declarei que, em princípio, aceitava o encargo da missão.

"Mas depois de explicar a ressalva contida nessas palavras concluí a missiva deste modo: creio ter, desta sorte, correspondido aos desejos do presidente da República, no tocante ao seu convite.

"A minha lealdade, entretanto, me dita a conveniência de lhe requerer atenção para uma circunstância importante.

"Não tendo remédio senão ir envolver-me agora numa luta que daria tudo para evitar. Não posso deixar de combater a salvação do meu Estado no pleito eleitoral de 29 de setembro. Não me assiste o direito de contribuir, pela minha abstenção, para que a Bahia se encharque ainda mais quatro anos na política inominável de bancarrota, dilapidação e anarquia em que está submergida.

"Tive esperanças de que essa gravíssima questão se lograsse dirimir conciliatoriamente. Mas os nossos adversários mostraram os caninos à solução apaziguadora, opondo-lhe a fórmula vermelha da candidatura do seu caudilho a que a Bahia se opõe inteira, moralmente unânime.

"A campanha não se agoira bem, porque eleições estaduais ali não há: o governo lhes fecha materialmente as urnas. Mas um caso de vida ou morte nos constrange a travá-la, se bem que nela entremos sem sombra da mais leve garantia de legalidade. É nessas condições desesperadas, que, arrastados por uma necessidade inexorável, emprendemos reivindicar a própria existência da Bahia, virtualmente extinta, se a próxima eleição a não salvar, dando-lhe um governo íntegro e capaz, um governo eleito por ela e digno.

"A honra de ir ajudá-la nesse propósito, cumprindo, assim, um dever sagrado, não me seria lícito a mim renunciá-la, em troco de outra qualquer, por mais egrégia que seja, se acaso uma não pudesse coexistir com a outra.

"Eis meu caro Palma, a minha resposta, de que lhe peço dê ao dr. Epitácio Pessoa conhecimento, mostrando-lhe a carta e entregando-lhe dela cópia autenticada, se S.Exa. o quiser.

"Dando-me a honra de pedir ao desembargador Palma essa cópia, que ele lhe entregou, teve a bondade V.Exa., de lhe declarar que o desempenho dese meu dever absolutamente não concidia com a minha aquiescência ao seu convite, e assentir em que só depois de regressar lhe desse eu resposta definitiva.

"Sucedeu, porém, que, a despeito dos obstáculos da lei eleitoral, uma inesperada reação da Bahia lhe assegurou a vitória nas urnas contra o candidato governista, volvendo eu de lá com a certeza de que, nessa eleição, da qual fui testemunha, o meu Estado conseguira a 'salvação', em cuja campanha eu, como prevenira a V.Exa, o fora ajudar a combater.

"Mas V.Exa. nem creu no meu depoimento sobre as circunstâncias materiais do caso, nem atendeu à minha argumentação quanto ao direito a ele aplicável, nem deu atenção alguma às minhas considerações políticas acerca do assunto; e, impondo a textos constitucionais de que eu deveria saber alguma coisa como seu primeiro autor, uma inteligência, cujo erro me cansei de rebater, interveio com o seu decreto de ontem, para as-

segurar, não a ordem e tranqüilidade no Estado, que vai agitar e levar ao desespero, mas a posse do candidato derrotado e a exclusão do candidato eleito, em vez de nomear um interventor, mediante quem presidisse a uma eleição livre, onde, concorrendo as duas partes, se liquidasse a verdade sobre a eleição anterior, objeto e causa do conflito.

"Praticando esse ato, é V.Exa. mesmo que dele se retrata, quem o reconsidera, quem o retira; pois com esse inopinado arbítrio, anula a eleição da Bahia, restabelece a servidão de que ela já se podia considerar emancipada, inutiliza o trabalho meu, de meus amigos e dos meus conterrâneos, moralmente unânimes nesta esplêndida, incomparável e já triunfante reação, condenando a Bahia a ter em vez de um governo eleito por ela e dela digno, um governo dela indigno e por ela repudiado, sob o qual a Bahia se encharque mais quatro anos na política inominável que eu profligara nos trechos supratranscritos da minha carta, declarando que, com essa política, 'a própria existência da Bahia se teria virtualmente extinta'.

"Demais, se, no meu próprio país junto ao seu governo, me não reconhecem autoridade, me não dão ouvidos nem a minha opinião, no entendimento de textos constitucionais de que sou autor principal, nem ao meu testemunho sobre os fatos, coisas e homens de minha terra natal, que represento, no Senado, há trinta anos, durante o curso inteiro deste regime, pelos votos, ali, de todas as parcialidades – bem está vendo V.Exa. que nenhuma autoridade posso ter, seja enquanto jurista, seja enquanto homem de Estado, seja, ainda, meramente enquanto brasileiro, para falar, em nome do Brasil, numa assembléia ou junta internacional de jurisconsultos, estadistas e políticos estrangeiros.

"Depois disto, depois de tão cruelmente desconhecido e desmoralizados por V.Exa. com este incidente, numa questão doméstica de averiguação de fatos correntes aos nossos olhos, e singelíssima interpretação de leis nossas, a minha autoridade jurídica, o meu senso político e, até a minha veracidade pessoal – que confiança poderia ainda ter em mim o governo brasileiro, para acreditar que eu o representasse com acerto e competência em tão excelsa missão internacional? Que confiança poderia eu ter mais no governo brasileiro, para esperar seu apoio sincero aos meus atos nessa melindrosíssima embaixada? Que confiança poderia eu inspirar aos governos estrangeiros de estar representando com segurança entre eles as vontades e idéias do nosso?

"Melhor, sr. presidente, muito melhor me fora não se houvesse lembrado V.Exa. nunca da minha retraída individualidade e do meu despretensioso nome, elevando-o a tão imerecidas alturas, do que subi-lo a tanto, para, depois, o descer, também, tão injustamente, a uma situação que me humilha e desautora.

"É a segunda vez que a política destes últimos anos acena à Europa

com o meu nome, dando ao estrangeiro a ilusão de me vir buscar na proscrição a que estou condenado pelos príncipes do regime, como o melhor representante indicado por ela mesma para acabar, logo após, suscitando entre o seu convite, e o meu assentimento um embaraço invencível de consciência e dignidade.

"Boa coroa dos meus cinqüenta anos de serviços à nossa Pátria no país e no estrangeiro. Não queria V.Exa. que os seus, tão brilhantemente retribuídos hoje, venham a experimentar algum dia a doçura de tão generosas recompensas."

Epitácio respondeu no dia imediato:

"Petrópolis, 25 de fevereiro de 1920.

"Exmº. sr. senador Rui Barbosa.

"Por se terem prolongado ontem as minhas audiências até depois de sete horas da noite, só agora posso responder à carta de V.Exa.

"Sinto que os motivos expostos nessa carta sejam para V.Exa de molde a inibi-lo de aceitar o convite que tive o prazer de lhe dirigir para representar o Brasil no Conselho Executivo da Liga das Nações. Comigo, estou certo, lamentarão todos os brasileiros que V. Exa. não possa pôr nessa delegação os seus excepcionais dotes de jurisconsulto, de estadista e de político, ao serviço da nossa Pátria e das grandes causas que ali se vão debater.

"Peço licença a V.Exa, para não discutir aqui, por já me parecer ocioso em vista da sua resolução, as razões de fato e de direito em que o governo federal, depois de esgotar junto aos dois partidos em luta na Bahia os mais persistentes esforços por uma conciliação, se fundou para intervir naquele Estado, com o intuito de restabelecer ali a ordem e a tranqüilidade profundamente perturbardas, inspirando-se para isso na consciência de um dever insofismável, ao parecer uniforme dos comentadores da Constituição, na jurisprudência dos tribunais, nos votos do Congresso, nos precedentes da administração e nas lições do direito comparado."

Rui não se conformou com esse resultado. Segue-se um ajuste de contas jurídicas entre ele e Epitácio. Rui publicou, a partir de 26 de fevereiro, uma série de manifestos relativos ao ato presidencial, mais tarde reunidos em um livro sob o título: *O Art. 6º da Constituição e a Intervenção de 1920 na Bahia.* Censurava Epitácio pela "malignidade e azedume" com que se houve, tentando "abrir com o autor do manifesto uma polêmica acentuadamente pessoal, e travar com ele acrimonioso bate-barba". Declara: "É a primeira vez que o chefe de uma nação barafusta, num documento de tal natureza, pela arriscada liça do jornalismo, armando-se, para a luta corpo a corpo, dos epigramas, insinuações e truques com que a imprensa política, ordinariamente, se desabe e arrispida em ataques apaixonados". Aceita o desafio e promete "dar a devida réplica num volume posterior" aos erros presidenciais. O tempo amorteceu os ânimos. A réplica não veio.

ção, como se fez na Bahia, não comporta absolutamente essa espécie de
Epitácio justifica a sua conduta expondo a correspondência trocada com o governador, o presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado e o comandante da Região Militar. Analisa os casos de intervenção, em suas várias hipóteses constitucionais, acertando que a intervenção fora devidamente requerida pelo governador, *ex-vi* do nº 3 do art. 6º, *para restabelecimento da ordem pública.*

Não depõe, não destitui o governo, que continua em pleno exercício durante e após a ação intervencionista da força federal, no cumprimento do decreto presidencial. Porque a intervenção federal na Bahia provocou forte debate. Não só Rui protestou. O presidente da República se sentiu no dever de se defender e o fez na *Mensagem de 3 de maio de 1920.* Responde, primeiro à crítica de que "não era obrigado" a atender à requisição do governo local e não devia tê-lo feito em benefício de uma situação repudiada pela maioria do Estado. Analisa o texto constitucional, as várias interpretações para concluir que se configurava, sem dúvida, a hipótese de que "era dever" do governo intervir. Assim, em seu comunicado ao presidente do Superior Tribunal da Bahia, declarou: "Considerando que a requisição é feita por um governo *cuja legitimidade não se constesta;* considerando que a perturbação da ordem e tranqüilidade na Bahia é *um fato de notoriedade pública e cuja extensão e gravidade os próprios adversários do governo local não cessam de proclamar."* Mas era, dizia-se, a maioria do povo baiano que repelia a situação dominante: "Que o fosse", argumenta o presidente, "num simples Estado federado não é lícito esse meio de reivindicar direitos."

Outra crítica que se fez ao ato da intervenção foi não ter o governo federal nomeado um interventor que, dando por inexistente a eleição feita na Bahia, presidisse a um novo pleito. A esse reparo, Epitácio opôs três opiniões sucessivas e evolutivas de Rui. Mas não discute propriamente a faculdade de "nomear o interventor", que é a questão suscitada: "Nem é possível conceber intervenção sem interventor, seja este o próprio presidente da República ou um seu representante. Mas este representante pode ser ou um mero agente incumbido, apenas, de executar as ordens do governo federal, sem nenhuma ingerência na administração do Estado, como foi o general Cardoso de Aguiar, ou um emissário político, com atribuições amplas, autonomia e iniciativa dentro de certas linhas gerais, que, à semelhança do que se pratica na República Argentina, ou na Suíça, com o *comissário federal*, se vá investir no governo do Estado. É este último o interventor propriamente dito que, no entender da crítica, o governo da União devia ter nomeado para a Bahia e que, assumindo as atribuições de congresso e de governo, teria de anular o pleito e ordenar nova eleição. Ora, a intervenção, quando pedida pelo governador do Estado, e decretada com fundamento exclusivo do art. 6º, nº 3, da Constitui-

interventor. A intervenção nesse caso é feita *em favor* do governo constituído, é um *auxílio* que a União lhe presta para *garantir-lhe* a autoridade e, conseqüentemente, não pode ter como primeiro efeito despojá-lo dessa autoridade, destituí-lo de suas funções, depô-lo de seu cargo."

Epitácio cita Rui: "É o caso de perguntar, como o nobre senador Rui Barbosa, quando em 1906, combatia no Senado, a figura jurídica do interventor: com que direito iria o Congresso (e com maioria de razão, dizemos nós, o Poder Executivo) autorizar a *deposição – que outra coisa não é – do governador constitucional para o substituir pelo interventor?*"

Houve, ainda, a interpretação de que a intervenção deveria ter base no nº 2 e não no nº 3 do art. 6º. Pergunta Epitácio: "Quais os fatos que atestavam a subversão da forma republicana na Bahia? Não teriam acaso sido eleitos os Poderes Legislativo e Executivo do Estado? Opunha-se o governador ao livre exercício dos outros poderes constitucionais? Estava absorvendo-lhes as atribuições, ou recusando execução aos seus atos, ou decisões? Procurava a Bahia separar-se da União? Disputavam-se entre si o poder dois governadores ou duas Assembléias? Estava o governo do Estado tolhendo aos cidadãos o livre exercício dos seus direitos?"

Realmente, a agitação começou após as eleições. E se essas transcorreram dentro das normas vigentes seus vícios não foram apontados em tempo. O comando da Região comunicou que não houve perturbação de ordem, a eleição correu em plena liberdade, "havendo, contudo, à tarde e à noite, alguns tiros nas ruas, dados a esmo e para o ar, por indivíduos desclassificados de ambos os partidos". E professores das Faculdades Superiores do Estado telegrafaram ao presidente da República, assegurando a lisura do pleito.

Epitácio conclui sua defesa: "Decretada a intervenção, o governo fez seguir imediatamente para o Estado da Bahia as forças necessárias ao restabelecimento da ordem, que se operou sem que as forças federais tivessem necessidade de recorrer uma só vez ao emprego das armas.

"Um mês depois da intervenção, a 24 de março, o general Cardoso de Aguiar, comunicava ao governo a inteira pacificação da Bahia.

"A intervenção não me fizera desistir do propósito de estabelecer um acordo na política do Estado. Durante um mês tentei todos os esforços para chegar a este resultado. Nada infelizmente consegui.

"Resulta, claro, de tudo quanto até aqui expus, que tão injustos foram para comigo os que filiaram a intervenção na Bahia, não a convicções de ordem jurídica mas a sentimentos de solidariedade partidária quanto aqueles que me acusaram de haver sacrificado a esta mesma solidariedade, quedando-me indiferente, senão hostil, diante de todas as sugestões de uma política de apaziguamento e de acordo, os legítimos interesses de um grande Estado da Federação."

AS CARTAS FALSAS

CAPÍTULO VII

Jamais aconteceu, na história da República, uma campanha presidencial tão violenta. Foi nesse clima que o *Correio da Manhã* publicou, em sua edição de 9 de outubro de 1921, nas duas últimas colunas da segunda página, uma matéria com o seguinte título: "Injurioso e Ultrajante": "O Sr. Artur Bernardes lança a pecha de venalidade sobre os oficiais do Exército – Uma ameaça ao presidente da República – Uma das viagens precipitadas que o Sr. Raul Soares fez a Belo Horizonte após o resultado da Convenção bernardista, prestou-se a vários boatos. Ora se atribuía ao passeio forçado a necessidade de o senador mineiro assentar com o presidente de Minas planos planos de campanha contra embaraços sobrevindos à aventura política; ora um chamado do sr. Artur Bernardes para que o autor da sua candidatura lhe escrevesse um programa de governo capaz de abater os dissídios surgidos em todo o País e, mais que em toda a parte, no Rio Grande do Sul.

"Não tardou que ficássemos cientes do verdadeiro motivo daquele alvoroço itinerante. O Sr. Raul Soares havia perdido duas cartas da maior inconveniência e gravidade que o seu candidato à Presidência da República lhe havia escrito. Uma das referidas cartas, documento de um caso patológico, prova de cretinice, de falta de senso, de cinismo, alguém conseguiu obter e acha-se agora em nossas mãos.

"Nas vésperas de chegar ao Rio o Sr. Artur Bernardes, para receber as homenagens do bródio que lhe prepararam, é muito oportuno que a Nação conheça bem o homem, cujas ambições a ameaçam.

"Eis a carta, escrita e assinada pelo próprio punho do presidente de Minas, segundo os mais apurados exames parciais, no seu *fac simile* e em letras de forma:

'Belo Horizonte, 3-6-921

'Amigo Raul Soares

'Saudações afetuosas

'Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois, esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe os generais anarquizadores. Se o Epitácio com medo não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas.

'A situação não admite contemporizações; os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões.

'Abraços do

'Artur Bernardes.'"

Edmundo Bittencourt, fundador e diretor do *Correio da Manhã*, fazia uma estação de águas em Lindóia, no Estado de São Paulo. Substituía-o na direção do *Correio da Manhã*, Mário Rodrigues. Eram duas horas da tarde do dia 10 de outubro de 1921. A campainha do telefone vibrou com insistência. O jornalista, cabeça leonina de cabeleira revolta, atende num gesto brusco. Na outra extremidade do fio, fala o senador Irineu Machado, uma das grandes figuras do Senado, combativo e combatido, nem sempre pautando sua atuação por uma moral inatacável mas, freqüentemente ao lado das boas causas. Desta vez, sua interferência vai marcar a deflagração de uma crise cujas conseqüências sacudirão, em tremores sucessivos, a consciência cívica da Nação, empolgando os moços e fazendo vacilar as instituições, até pôr em terra a estrutura da Primeira República.

Em suas memórias do cárcere, escritas no Quartel dos Barbonos, em torno de duas revoluções, Mário Rodrigues reproduz a estranha mensagem:

"Mario escute. Uma pessoa que se encontra aqui ao meu lado, possui importantes documentos, que interessariam muito à política. Essa pessoa, que vai embarcar amanhã para a Europa, pretendia dá-los ao Edmundo. Mas à vista da ausência do Edmundo, confiá-los-á a um redator do *Correio*. Venha aqui, em casa, buscá-los, com toda a urgência."

"Assim me falou Irineu Machado. Tomei um táxi e dentro de alguns minutos saltava na residência do senador, à Rua Ipiranga. Ai cheguei – Irineu me conduziu à sala de jantar e me apresentou a um tipo baixote,

atarracado: "Oldemar Lacerda". Indaguei do que se tratava. Tratava-se de duas cartas que Oldemar Lacerda sacou de um dos bolsos. Segurei-as e entrei em argüições. Oldemar, meio vacilante, oferecia ao *Correio* os papéis, mas exigia que o *Correio* não os estampasse, senão após a sua chegada à Europa. A Irineu Machado solicitei, com a minha inveterada curiosidade de velho repórter explicações, necessárias quanto a certos detalhes obscuros. E como poderia o *Correio* verificar a autencidade das estranhas missivas?... Irineu mostrou-me e mandou ao nosso jornal para base dessa verificação, uma carta íntima, de autenticidade indiscutível, escrita pelo Sr. Artur Bernardes ao deputado Ribeiro Junqueiro, hoje presidente do Diretório do Partido Republicano de Minas. Já essa carta, disse-me, instruíra o seu exame, dele, Irineu. Não havia, por enquanto, outro elemento de prova... Enfim, eu levaria ao então diretor do *Correio* a encomenda. Entreguei-a, narrei o caso pormenor a pormenor, adverti o depositário dos papéis a necessidade de uma investigação demorada (acordes comigo, entre outros, Costa Rego e Mario Alves, atuais governadores e secretário das Finanças de Alagoas) e nesse dia não trabalhei porque estava de folga."

No dia seguinte, estourou a bomba.

INJURIOSO E ULTRAJANTE

No mundo formalístico e solene de 1921, um jornal não costumava mudar de paginação, ou usar a primeira página para uma grande notícia. Foi dentro de seu feitio que o *Correio da Manhã* de 9 de outubro publicou, nas duas últimas colunas da segunda página, a bomba que Irineu Machado deixara nas mãos de Mario Rodrigues.

O clichê não dera boa impressão. Isso mesmo reconheceu o *Correio da Manhã*, dois dias depois reproduzindo de forma mais nítida aquele pedaço de papel que ia incendiar o Brasil. O assunto merece o comentário do artigo de fundo publicado nesse mesmo dia 9 e intitulado *Ultraje ao Exército*. O articulista alude ao fato de jornais bernardistas terem falado de uns documentos, cuja autoria era atribuída ao presidente de Minas, mas que, acrescentava ele, não passavam de embuste de um chantagista. Recorda capitães e até generais, dos mais acatados que vêm sendo ostensivamente humilhados e transferidos pelo Dr. Calógeras e precisamente para regiões afastadas. Invectiva Bernardes e diz que contra a ascensão desse degenerado devem levantar-se até as pedras das calçadas...

A edição esgotou-se. Por isso mesmo os jornais de São Paulo e do Rio iniciaram o debate sobre a autenticidade das cartas. Nas duas Casas do Congresso elas tornaram-se o assunto principal. Na Câmara o sr. Bueno Brandão, líder da maioria e da bancada mineira, atacou o *Correio da Manhã* e leu o telegrama que acabava de receber de Bernardes:

"Acabo de receber pelo telégrafo, o teor de uma carta a mim atribuída e publicada em um matutino dessa capital, redigida em têrmos altamente

agressivos ao Exército e à Marinha nacionais, a S. Exa. o sr. presidente da República e ao Exmº sr. marechal Hermes da Fonseca.

"Trata-se, como é do conhecimento público, de uma das cinco cartas cuja forjadura foi denunciada pela imprensa, citadamente o *Jornal do Comércio* e de cuja existência mesmo antes disso já sabíamos, pois andaram oferecidas à venda na mais repulsiva das chantagens. Embora esse fato e a própria redação da carta, destoante do mais elementar sentimento de responsabilidade e grosseiramente ofensiva da verdade, atestem a audaciosa falsificação, passível de repressão penal, far-me-á V.Exa. o obséquio de afirmar da Tribuna da Câmara que tal documento é *absolutamente apócrifo* e não passa de um visível embuste destinado a malquistar-me com as respeitáveis entidades ali alvejadas, todas elas merecedoras da mais alta estima e profundo respeito. Atenciosas saudações."

"Artur Bernardes."

MANIFESTO À NAÇÃO

No dia imediato à publicação da carta, o Clube Militar fez uma primeira reunião para tratar do assunto, sob a presidência de Hermes. A mesa foi encaminhada uma moção assinada pelos 80 sócios presentes:

"Á NAÇÃO – O Clube Militar – órgão das classes armadas – julga de seu dever declarar que o público conceito emitido pelo sr. Artur Bernardes, na sua carta de 3 de junho último, colocou o Exército na contingência de reagir imediatamente, porque, ou S. Exa. tem razão em nos qualificar de canalha real e venal, ou inutilmente ultraou o Exército. Na primeira hipótese, deve ser dissolvido pois a defesa da Nação não pode estar confiada a janízaros e canalhas; na segunda, S. Exa. criou absoluta incompatibilidade entre a sua pessoa e o Exército.

"Existe, pois, um dilema, como solução única: ou a nossa dissolução, ou o Exército não aceita que S. Exa. seja o presidente da República. O Exército proclamou, consolidou e entregou a República aos senhores políticos profissionais, que podem governá-la sem ultrajar aos que têm convicção da pobreza honrada. E é assim, com tais fundamentos que o Exército implora à Nação a eleição de qualquer outro brasileiro para presidente da República pois não podemos assegurar ao sr. Artur Bernardes o exercício desse cargo."

Na manhã seguinte o *Correio* publica uma segunda carta, estampada ao lado da reprodução da primeira, com boa nitidez. Analisa as falhas de ortografia, as letras dobradas e a falta de sílabas, respondendo aos que impugnaram a autenticidade da primeira carta. Rememora o episódio famoso do telegrama de Álvaro de Carvalho ao mesmo Raul Soares por ocasião da morte de Rodrigues Alves. Comenta que, Bernardes, vendo em perigo a sua aventura política, vibrou de raiva e de desespero e pegou

da pena, deixando no papel toda a bílis. A segunda carta, de texto igualmente comprometedor estava assim redigida:

"Minas, 6-6-921

"Meu caro Raul Soares

"Saudações afetuosas.

"Ciente dos dizeres da última carta, fico inteirado dos compromissos tomados para o resultado seguro da Convenção. Todavia, desacordo com outra prorrogação porque nela devia ter sido realizada antes da chegada do Nilo, pois, como V. disse, esse moleque é capaz de tudo. Remova toda dificuldade como bem entender, não olhando despesas, o que já fiz ver ao João Luiz.

"Das classes armadas nada devemos temer, devido aos compromissos assumidos pelo Epitácio, agindo com toda a energia.

"Da política mineira só tenho a adiantar que os elementos do Sales estão sendo trabalhados tenazmente para abandoná-lo e que a sua candidatura à presidência do Estado está garantida porque obrigaremos os políticos recalcitrantes, sob pena de perderem as suas posições, e V. quando me suceder continuará a levar na devida verba o que faltar das grandes despesas que estamos fazendo, para que depois não venha a se dar escândalo.

"Abraço do
"Artur Bernardes."

"A HONRA DO EXÉRCITO ESTÁ EM JOGO"

O sr. Otávio da Rocha toma a defesa do Exército. As explicações do líder não o satisfizeram. Intervém o sr. Souza Filho – o exame pericial impõe-se. O sr. Maciel Junior observa que deviam apelar para o *Correio da Manhã* no sentido de dizer como obteve essas cartas. O senhor Souza Filho declara: "a honra do Exército está em jogo" e completa sua oração dirigindo um repto ao Sr. Bueno Brandão para que ambos, logo após a sessão, se dirijam ao sr. Edmundo Bittencourt.

A maioria bernardista, tendo à frente a bancada de Minas, interrompe o orador: "Oh! Oh! Oh!" Alguns mais exaltados aparteiam com violência. O sr. Raul de Faria diz que o repto não pode ser aceito. O sr. Fidélis Reis exclama que a bancada mineira não desce a isto.

Cabe a Paulo de Frontin, a defesa de Bernardes no Senado. Também recebeu um telegrama em que o presidente de Minas pede-lhe que conteste a carta explorada. Um segundo telegrama, em aditamento sugere que talvez convenha declarar que tem conhecimento de mais quatro cartas falsificadas, além da que foi publicada, com a coincidência curiosa de haverem aparecido todas sem as respectivas sobrecartas, o que é claro indício de fraude e se explica pela natural dificuldade de falsificarem os carimbos postais.

A OPINIÃO DE RUI

Rui teve o seu nome lembrado para árbitro pelo deputado Otávio da Rocha. Imediatamente o senador Raul Soares convidou-o para dirimir a controvérsia. Rui, porém, respondeu:

"Acabo de receber telegrama, de V.Exa. a que tenho a honra de responder. Tenho desde o começo deste caso manifestado minha opinião desfavorável à autenticidade da carta discutida, não me poder ser lícito aceitar missão de juiz em matéria na qual é já conhecido o meu juízo. Declino por isso da honrosa incumbência. Atenciosas saudações.

"Rui"

A REAÇÃO DO CLUBE MILITAR

No dia 12 de novembro reuniu-se o Clube Militar em Assembléia Geral Extraordinária. A carta, cuja autoria era atribuída a Artur Bernardes, havia provocado intensa reação nas guarnições militares, na Capital e nos Estados, exigindo a investigação da autenticidade que o candidato mineiro negava, veementemente. Duas moções foram apresentadas. Na primeira, assinada por 73 sócios, o capitão Pedro Gomes concitou os seus companheiros a desistirem do intento que os levara à solicitação de uma Assembléia, considerando o assunto de natureza política, de que se devia alhear o Clube. Mas a segunda, com 322 assinaturas, encabeçada pelo tenente-coronel Frutuoso Mendes, mantinha a deliberação de uma investigação da verdade.

Postas em votação, a última proposta venceu por 439 votos contra 112.

A sorte estava lançada. O Clube Militar retomava, sem o sentir, a linha de tradição revolucionária. Apesar do aditamento que o coronel Frutuoso Mendes apresentou, por escrito, ressalvando: "o nosso intuito não tem objetivo algum político", os próprios termos da Moção consideravam que persistia o "estado de dúvida sobre a autoria da primeira carta, porque, sob qualquer ponto de vista, era inconveniente à dignidade e a coesão do Exército e da Armada". Mais ainda: a justificativa relembrava as origens políticas do Clube, fundado "naqueles dias tenebrosos e agitados que precederam a mudança de regime e que, em sua sede, a 9 de novembro de 1889, Benjamim Constant recebera, dos seus discípulos e correligionários a gloriosa missão do advento da República."

Ainda por indicação do coronel Frutuoso Mendes ficou constituída a Comissão Julgadora: vice-almirante Américo Silvado, coronéis Francisco Mendes de Morais, Emílio Sarmento, José Beviláqua; capitão-de-mar-e-guerra Mário Pina e general Agostinho Raimundo Gomes de Castro. Por proposta do então primeiro-tenente Afonso de Carvalho, foi incluído o nome do tenente-coronel Frutuoso Mendes, embora o seu pedido de dispensa.

O general Gomes de Castro havia proposto que o Clube Militar, solidário com o seu presidente, desse por encerrada a questão.

A Comissão reuniu-se pela primeira vez, aos dezesseis dias do mês de novembro, na secretaria do Clube Militar, às oito e meia da noite. A última reunião, com a leitura e aprovação do relatório realizou-se em fins de dezembro.

Durante todo esse período manteve reuniões, deliberando sobre a matéria que se tornou o grande escândalo nacional. O Exército e o povo se dividiam em duas facções irredutíveis, que admitia ou negava a falsidade. A Comissão designou para seu perito o funcionário da Caixa Econômica, Serpa Pinto. Foram pedidos pareceres aos juristas Clóvis Beviláqua e Alfredo Bernardes. O Dr. Justo de Morais foi convidado a assistir a Comissão ao mesmo tempo que o advogado do Clube Militar, Dr. Eugênio Mergulhão. Bernardes, em resposta ao ofício recebido designou, para seus representantes os drs. Afonso Pena Júnior, Raul Soares e Afrânio de Melo Franco, devidamente habilitados a prestar todo o concurso necessário à prova da falsidade da carta que lhe era atribuída. Edmundo Bittencourt, não respondeu prontamente. Em sua oitava sessão, a Comissão deliberou fossem procurá-lo o general Gomes de Castro e o coronel Sarmento. Declarou-se, então, Edmundo Bittencourt inteiramente pronto a confiar à Comissão os documentos que possuía e externou a sua completa aprovação sobre o que a Comissão tinha resolvido quanto à organização da perícia. Disse que a sua confiança na Comissão o dispensava de enviar perito ou representante, resolvendo, porém, em face da insistência, que seu perito e representante, ao mesmo tempo, seria o general Ximeno Villeroy.

Bernardes, delegou poderes para a perícia ao general Barbosa Lima e ao Sr. Edgard Simões Correia que passaram a tomar parte nos trabalhos.

Na reunião do dia 13 de dezembro surgiu a primeira séria divergência entre os peritos Simões Correia e Serpa Pinto, tendo este primeiro declarado que mediante o exame de fotografias fornecidas pelo *Correio da Manhã* e devidamente ampliadas, assim como pelo exame de numerosa correspondência de Bernardes chegara à conclusão de que as cartas eram irrefutavelmente falsas, pelo processo de decalque. Serpa Pinto comprometeu-se a se exonerar da Comissão caso fosse apontado erro técnico em seu trabalho. Respondeu Simões Correia que não havia um erro técnico, propriamente, mas sim uma conclusão muito apressada. Em consequência, na sessão do dia 15, decidiu a Comissão que Simões Correia *se limitaria a ver e acompanhar em seus detalhes o trabalho do perito Serpa Pinto, objetando, no ato, sobre aquilo que lhe parecesse conveniente, para que a dúvida levantada fosse tratada de modo a desaparecer, se houvesse o necessário acordo para isso, ou então ficasse registrada, no caso contrário, prosseguindo logo Serpa Pinto nos seus trabalhos.*

A 19 de dezembro, o general Gomes de Castro enviava uma carta declarando que se retirava da Comissão, por ter o almirante Silvado feito, no dia 17, *com o deplorável assentimento dos membros da Comissão, uma inesperada intimação, um ultimato, de modo brusco a ele e a Simões Correia para apresentação imediata de seus respectivos laudos.*

O general Gomes de Castro morava no Hotel da Lapa, onde também residia o então deputado José Augusto Bezerra de Medeiros, secretário da Câmara. Amigos íntimos debateram, naturalmente, a momentosa questão.

José Augusto, que desde o primeiro momento negou autenticidade às cartas, forneceu a Gomes de Castro para estudo, mas de doze documentos do próprio punho de Bernardes, chamando-lhe a atenção para a redação cuidadosa do político mineiro e, sobretudo, o corte sistemático dos *tt*. Gomes de Castro nunca declarou a José Augusto que mudara de opinião ou se retirara da Comissão, porque não acreditava mais na autenticidade das cartas. Mas o episódio deve ser registrado pelas suas eventuais ligações com a retirada de Gomes de Castro.

Foi dada a explicação de que era necessário chegar a uma conclusão rápida, em face da inquietação política. Na mesma reunião, Simões Correia declarou que *as assinaturas, como o texto da carta, foram decaldadas por transparência, não sabendo se por letra, por grupos, ou por palavras integralmente, supondo-se que tivesse sido por aglutinação.*

Na mesma reunião foi dito, pelo General Barbosa Lima, que *nenhuma confiança lhe inspiravam as conclusões do perito Serpa Pinto, por lhe parecerem precipitadas e, em grande parte, resultantes de diligências confusas e métodos cientificamente precários.*

Em réplica, a Comissão fez constar da ata, a declaração de que "continuava a ter confiança no perito Serpa Pinto, aguardando a terminação da perícia e do seu laudo".

A 24 de dezembro, o general Barbosa Lima enviava ao presidente da Comissão, almirante Silvado, uma carta reiterando o protesto do representante de Bernardes *contra a maneira confusa e parcial com que o perito da Comissão dirigia, tendenciosamente, as diligências periciais, apresentando um requerimento em que declarava evidentes a iniqua desigualdade e a injustificável inferioridade com que a Comissão vinha sotopondo os direitos da defesa aos manejos suspeitos do perito Serpa Pinto, cujo voto era, sistematicamente, acatado pela mesma Comissão.*

O representante do *Correio da Manhã*, general Villeroy apresentou um longo relatório admitindo que o confronto dos diversos documentos estabelecera de modo "claro e insofismável que as cartas incriminadas" eram do próprio punho de Berna-des. Observou que, fadadas a tristíssima celebridade, elas não vieram a público sem serem previamente anunciadas.

Cita uma "vária" do *Jornal do Comércio* de 17 de setembro da qual extrai o seguinte trecho:

"É o caso, espalhado à surdina, de umas cartas manuscritas, que o seu possuidor assoalha serem do próprio punho do sr. Artur Bernardes, o presidente atual de Minas, candidato na maioria dos Estados ao supremo posto da República. Essas cartas, apregoadas pelo seu portador como autógrafas, e oferecidas à venda nesse caráter, ora a amigos do sr. Bernardes, ora aos adversários da candidatura deste, puderam ser escritas em papel timbrado do Gabinete do presidente de Minas e conta imitam muito bem a letra do mesmo."

O general Villeroy estabelece ligação entre a "vária" e a distribuição de um boletim, profusamente, espalhado pela cidade, prometendo avultada gratificação a quem restituísse a seu dono, morador, no mesmo hotel em que, na ocasião, se hospedava o sr. Raul Soares, uma valise ou pasta contendo documentos de suma importância.

Faz referência a um discurso do senador Paulo de Frontin, em que este declara que a falsificação gráfica é perfeita ou quase perfeita e a outro pronunciamento, do sr. Bueno Brandão, líder da maioria da Câmara, declarando que, fazia três meses, um indivíduo desclassificado se apresentara a diversos políticos, dizendo-se possuidor de cartas comprometedoras de Bernardes que oferecia à venda.

O general Villeroy contesta essas afirmações, dizendo não poder admitir que "políticos desconfiados como os mineiros, tendo a polícia aqui e em Belo Horizonte, ao seu inteiro dispor, deixassem o pretendido falsário fazer tranqüilamente o seu negócio . . ."

Todo o relatório é nesse tom de libelo, rebatendo o ponto de vista do perito Simões Correia.

Ao terminar o general Villeroy faz a profissão de fé florianista. Relembra o discurso proferido junto ao túmulo do "integérrimo" Floriano em que fizera veemente apelo a todos os republicanos *para que se unissem*, opondo insuperável dique à onda de lama que ameaçava submergir a República. Nesse diapasão aponta Epitácio como o responsável e classifica Bernardes de *desbragado dilapidador dos cofres públicos*. Termina com essa evocação, digna de um jacobino:

"Republicanos! Até quando sofreremos tanta ignomínia e abjeção? — Uni-vos, que é chegada a hora de fazermos justiça implacável! *Discípulos de Benjamim Constant! Soldados de Floriano e Deodoro*, que vos importam os insultos de um politiqueiro de baixa estofa?"

O CUNHO DE AUTENTICIDADE

Em 27 de dezembro, presentes os advogados Justo de Morais e Eugênio Mergulhão e o representante do *Correio da Manhã* general Villeroy mas já sem o comparecimento do general Barbosa Lima e de Simões

Correia, a Comissão procedeu à leitura do laudo do perito Serpa Pinto chegando à conclusão final dos seus trabalhos:

"Pelo resultados dos estudos feitos e das provas realizadas, concluiu que a identidade gráfica da assinatura e do texto da carta submetida à exame, é de tal ordem que com ela concordam tais anomalias específicas da grafia do Dr. Artur Bernardes que lhe dão o *cunho de autenticidade.*"

ASSEMBLÉIA NO CLUBE MILITAR

No dia 28 de dezembro, daquele ano de 1921, reuniu-se a Assembléia Extraordinária do Clube Militar, sob a presidência do marechal Hermes e um comparecimento de 690 sócios para que o Clube resolvesse, como órgão representativo da Classe, sobre as cartas atribuídas a Bernardes.

O almirante Américo Silvado, presidente da Comissão encarregado de apurar a autenticidade das cartas, foi saudado com palmas estrondosas quando subiu à tribuna. Em seu discurso, destacou a solidariedade de mais de 200 oficiais de todas as classes da Armada, sugerindo que fosse determinada a sua inclusão no número de sócios do Clube Militar, o que corresponderia à fusão dos dois clubes militares, *germen do futuro Ministério da Defesa Nacional.* Diz que a Comissão do Clube Militar teve *o caráter sublime de um Tribunal de Honra.*

A nova *Questão Militar* está equacionada em termos semelhantes e até palavras idênticas àquela outra que empolgou o Exército de 1883 e 1889. A teoria do *cidadão-soldado*, defendida, outrora, por Deodoro e Pelotas anima-se na palavra do Almirante Silvado:

"O Clube Militar . . . desde a Abolição até a atualidade, passando pela Proclamação da República e pela sua consolidação, feita com as armas nas mãos, sob o comando supremo do impertérrito Floriano ....

....

"Os veteranos da Abolição, da Proclamação e da Consolidação da República estão alertas e prontos a correr em auxílio da Nação............

....

"Que todo o cidadão de uma Pátria livre tem o dever de ser político, é uma conseqüência óbvia do bom senso e da simples leitura das leis..

....

"Sendo os militares cidadãos, no pleno gozo de todos os direitos e prerrogativas garantidas aos civis, é claro, é evidente, inconcurso e incontestável que têm o dever iniludivel de ser políticos."

Não é possível deixar de lembrar o coronel Sena Madureira, quando chega ao Rio, destituído do comando no Sul, para galvanizar as opiniões de seus colegas de farda, quando sobe à tribuna o coronel Frutuoso Mendes, recebido com os mais francos aplausos, para ler extenso relatório dos trabalhos executados, terminando com a apresentação de uma moção assinada por quase todos os presentes:

"O *Clube Militar* reunido em Assembléia Geral para conhecer o resul-

tado do exame pericial de que foi encarregada a Comissão aclamada em sessão de 12 de novembro findo:

"Considerando que ficou apurada a autenticidade da carta contendo expressões ofensivas ao Exército e Armada, dada à publicidade nesta Capital, a 9 de outubro último, e, porque não tenha este Clube qualidade jurídica para promover ação em desafronta das corporações ofendidas;

"Resolve, por isso, entregar o caso ao julgamento da Nação."

A FORÇA IMANENTE DA VERDADE

Atendendo à colação do Clube Militar os representantes de Bernardes, Afonso Pena Júnior, Raul Soares e Afrânio de Melo Franco haviam feito constar de sua resposta uma ressalva: *"as garantias que o processo legal confere às partes interessadas não estavam inteiramente resguardadas na forma adotada pela Comissão.* Mas atendia absolutamente *confiantes na força imanente da verdade.*

"Vimos, porém, que o general Barbosa Lima e o perito Simões Correia retiraram-se antes do final desse trabalho. Este último publicou o seu laudo em *separado,* baseando-se: a) – O exame dos documentos que classificou de burla; b) – A circunstância de que o papel empregado na primeira carta não existia ainda a 3 de junho, data que traz a carta em questão, porque fora encomendado à Imprensa Oficial a 8 do mesmo mês, conforme certidão; c) – O exame da grafia e seus caracteres técnicos pelo que concluía tratar-se de uma *falsificação por decalque."*

O perito fundamentou suas conclusões em farta documentação e no exame de uma correspondência abundantíssima.

Seu parecer é, sobretudo, técnico. O confronto do seu trabalho com aquele apresentado pelo perito da Comissão, Serpa Pinto, é um duelo de provas capaz de apaixonar os grafólogos. Mas, em face dos dois laudos periciais opostos, a opinião pública permaneceu dividida.

"EU NÃO MANDARIA ESSA CARTA A MEU PAI..."

Foi Afrânio de Melo Franco o primeiro elemento, ligado a Bernardes, procurado para tratar do caso. O encontro é relatado por seu filho, o historiador Afonso Arinos de Melo Franco:

"Em fins de julho Frontin procurou Melo Franco e comunicou-lhe que algo de muito sério se tramava, sobre pretensos documentos comprometedores, embora não pudesse precisar bem o conteúdo deles. É que Oldemar (que no fundo só queria dinheiro e jogava nos dois campos) tinha ido procurar Frontin, partidário de Bernardes, e oferecido à venda as cartas que dizia possuir.

"Como lhe cumpria, Melo Franco deu logo ciência a Bernardes do que lhe dissera o senador carioca. E a resposta do presidente mineiro que adiante transcrevemos, prova quão desprevenido ele se achava, sem a menor noção, nem mesmo do que poderia ser a ameaça que pairava so-

bre a sua candidatura e sobre a paz da República.

"Esta é a carta de Bernardes:

'Belo Horizonte, 7 de agosto de 1921.

'Meu caro Afrânio.

'Abraços. Não tem fundamento a notícia de haver eu escrito carta ao Raul, autorizando-o a fazer *todas as promessas* para obter adesões às candidaturas da Convenção Nacional. Sou parcíssimo em prometer, pelo receio de não poder cumprir as promessas, como sabem os meus íntimos, e jamais usei de expressão, na minha correspondência, que se parecesse com aquela. A de *natureza mais grave* deve ser, então, uma pilhéria ainda maior. Eles não trepidariam em dar publicidade àquelas cartas, se, de fato, elas existissem — eles que vivem diariamente inventando cousas piores para deixar mal o governo de Minas e os políticos mineiros.

'Se o Nilo possui carta minha, prometendo ou *autorizando a fazer todas as promessas*, com intuitos políticos, eu o autorizo a publicá-la.

'É bom significar isso ao nosso eminente amigo Dr. Frontin, agradecendo-lhe, entretanto, muito o interesse que tomou pelo caso, avisando-o a respeito.

'Os adversários querem levantar, à nossa custa, o moral de suas hostes, em cujo seio não pode deixar de existir o *derrotismo* que todos sentem claramente.

'Agradecimentos e visita muito afetuosa.
Artur Bernardes.' "

Recebida a denúncia e antes de responder, Bernardes reunira seus auxiliares de confiança entre os quais Afonso Pena Júnior. Disse-lhes que se tratava de uma chantagem porque nunca escrevera carta deste teor, insultando as classes armadas. O assunto foi debatido e concluíram que era melhor mandar *bugiar* o sujeito que pedia trinta contos pelo documento.

Na manhã de 9, Bernardes foi avisado de que o *Correio da Manhã* publicava a carta mencionada. Naquele tempo os jornais do Rio chegavam a Belo Horizonte à noite. Bernardes reuniu, novamente, os companheiros aguardando a chegada do trem. Recebido o jornal examinaram a publicação. O presidente de Minas disse logo que se tratava de uma imitação muito bem feita. Assinalou a falha do falsificador: deixara de cortar o *t* de *Artur*. Afonso Pena, quando lhe perguntou se não seria possível que ele próprio alguma vez, esquecesse o corte, Bernardes respondeu que isso fora objeto de censura de seu pai, um português severo, para quem a *assinatura era a própria fisionomia do indivíduo.* Desde então, nunca mais deixou de cortar o *t*.

Conta Afonso Pena que acumulava, no momento, a Pasta do Interior e Justiça com a de Finanças, que mandou fazer uma busca em atos assinados pelo presidente de Minas *não encontrando um só em que o t não estivesse cortado.*

Negando, com indignação, a autoria Bernardes declarou:

"Eu não mandaria essa carta a meu pai, por intermédio do meu filho."

"ENSAIAM-SE, . . ., NA SOMBRA, OUTRAS ARMAS . . ."

CAPÍTULO VIII

Oldemar Lacerda freqüentava o Derby Clube do qual Paulo de Frontin era presidente. Malsucedido na oferta da carta, por trinta contos ao governo de Minas, foi ao rival de Frontin no Senado, Irineu Machado, partidário da candidatura Hermes, que estava sendo preparada desde o regresso do marechal. Ligou-se a outro hermista dedicado, Pedro Burlamaqui. Em declaração que prestará mais tarde, revelará que foi em companhia dele a Belo Horizonte, visitando a Imprensa Oficial, onde Oldemar obteve papel com o timbre *Governo de Minas Gerais*, regressando em 7 de agosto.

Inicialmente as cartas foram oferecidas a pessoas da família de Hermes. Oldemar procurou um irmão do marechal, o antigo deputado Fonseca Hermes, tabelião, dizendo-lhe que possuía cartas do presidente mineiro insultando o marechal. Como Fonseca Hermes quisesse vê-las, pretextou que não se achavam em seu poder, pedindo-lhe algum documento de Bernardes para cotejar a assinatura, *no que não foi atendido.*Oldemar logrou que um filho do tabelião tirasse, da escrivaninha de seu pai, uma carta de Artur Bernardes a João Luís Alves sobre o reconhecimento de Ubaldino de Assis, por quem pedira o marechal a Bernardes, sem ser atendido. Finalmente, conseguiu o falsário uma procuração de Artur Bernardes, quando deputado, e que lhe fora cedida por alguém do Tesouro, de onde copiou a assinatura. Bernardes firmara seu nome sobre a estampilha. A tinta escorrera pelo selo oleoso, engrossando a haste do *t*. À primeira vista, parecia que o *t* não estava cortado. Um exame mais acurado

mostrava restos do corte em suas extremidades.

Irineu Machado preferiu entregar as cartas a Edmundo Bittencourt. Em depoimento valioso, porque veio de seu pai, que teve atuação importante no caso. Afonso Arinos escreve:

"Irineu entrou logo em confabulação com Edmundo Bittencourt, e o tigre da imprensa saltou sobre aquela oportunidade de cevar o seu ódio. Comprometeu-se a dar o apoio do grande diário ao que se intentasse naquele terreno. O plano amadurecia e, em 20 de julho, antes das cartas estarem prontas, já o *Correio da Manhã* publicava, em um tópico, esta sibilina advertência, ao falar de outra carta de Bernardes:

Talvez se tenha extraviado, como aconteceu com carta de que temos conhecimento, escrita ao senador Raul Soares pelo próprio punho do sr. Artur Bernardes, na qual se expande, em termos desprezíveis e até ultrajantes, a respeito do Exército e da pessoa do presidente da República.

"Como se vê, o texto da principal carta falsa só estava assentado em linhas gerais. Na referência vaga do *Correio da Manhã* não se alude ainda ao essencial do futuro documento: as injúrias a Hermes, ponto nevrálgico em favor do renascimento da sua candidatura."

*A rede do segredo não pode ter um só elo desfeito.*ensinou Anatole France . . . Já havia muita gente no assunto. No dia 20 de setembro uma vária do *Jornal do Comércio* adiantava:

"Ensaiam-se, porém, agora, na sombra, outras armas, que não são propriamente políticas nem jornalísticas, mas de pura exploração, para ameaçar e extorquir dinheiro . . . É o caso, espalhado à surdina, de umas cartas manuscritas, que o seu possuidor assoalha serem do próprio punho do sr. Artur Bernardes, o presidente atual de Minas, candidato da maioria dos Estados ao supremo posto da República. Essas cartas, apregoadas pelo seu portador como autógrafas, e oferecidas à venda nesse caráter ora aos amigos do sr. Bernardes, ora aos adversários da candidatura deste, puderam ser escritas em papel timbrado do gabinete do presidente de Minas e, consta, imitam muito bem a letra do mesmo."

A denúncia do *Jornal do Comércio* precipitou os acontecimentos. Oldemar deliberou a entrega das cartas, desta vez destinadas à publicidade no *Correio da Manhã.* Afonso Arinos registra o encontro de Oldemar com Irineu na Comissão de Finanças do Senado na tarde de 8 de outubro. Irineu chamou o redator político do *Correio* no Senado, que era Mário Rodrigues, e lhe confiou o papel destinado a Edmundo Bittencourt.

O próprio Mário Rodrigues, porém, declara que seriam "duas horas da tarde, a 10 de outubro de 1921, achando-se em seu gabinete de trabalho, no *Correio da Manhã* quando o telefone chamou Edmundo Bittencourt, que veraneava em Lindóia. Atendeu e seu interlocutor – Irineu Machado – convidou-o a ir à sua casa, na Rua Ipiranga, onde se achava Ol-

demar e recebeu a carta". Mário Rodrigues enganou-se quanto à data: A matéria foi publicada no dia 9 e o encontro só poderia ser, no máximo, no dia 8 e nunca no dia 10. A transcrição do *suelto* de 20 de julho, porém, demonstra que Edmundo Bittencourt estava senhor do assunto e aguardava a entrega da carta. É de notar, também, a coincidência das expressões usadas na carta com as que figuram em um discurso do deputado Otávio Rocha, na sessão de 11 de julho. Dissera o deputado da Reação Republicana:

"Como homem público admito e aceito como uma fatalidade as revoluções. A vós bancadas de Minas e de São Paulo, a vós outros que estais dirigindo a situação, cabe, por certo, a responsabilidade de conduzi-la de modo sereno, calmo, refletido, respeitando o direito de todos, porque se esta República *não comporta mais o domínio dos galões e dos bordados*, também não comporta mais o domínio de quem quer que seja."

Feita a publicação da primeira carta no *Correio da Manhã*, Oldemar Lacerda embarcou para a Europa.

CARTAS, CARTAS, CARTAS...

Edmundo Bittencourt, segundo o testemunho dos que com ele privavam, estava sinceramente convencido da autenticidade das cartas e lançou-se na campanha com toda a violência de seu temperamento e a virulência de sua linguagem. Há um episódio, todavia, que assinala um rompimento anterior do grande jornalista com o presidente de Minas. Edmundo mantinha boas relações com Bernardes e ótima amizade com Afrânio de Melo Franco, que ocupava a Secretaria de Finanças quando ocorreu um fato, aparentemente secundário, que determinou o afastamento do polemista, a ponto de se constituir o maior adversário da candidatura de Bernardes. Edmundo era amigo de José Felipe de Freitas Castro, igualmente íntimo de Bernardes e candidato a uma das vagas de deputado pelo 3º Distrito de Minas, desejoso de ocupar a própria vaga do chefe incontestável de Viçosa. Naturalmente conhecedor da mentalidade de Bernardes, que não tolerava influência, em sua cidade natal, Freitas Castro preferiu utilizar-se de Edmundo obtendo deste que escrevesse, em meia página de papel, o seguinte bilhete a Melo Franco, reproduzido no livro de seu filho:

"Meu prezado amº. Dr. A.M.F.

"Peço-lhe me perdoe esta liberdade que tomo, de lhe escrever fazendo um pedido para o qual não me acho com jeito nem prestígio de espécie alguma. Conto, porém, com a sua bondade que, certamente, saberá avaliar, a força das razões de coração que me levam a dar este passo.

"Venho pedir-lhe o grande favor de interceder junto ao Dr. A.B. para que o meu amigo e compadre, Dr. J.F., seja o candidato a uma das vagas de deputado que existem no 3º Distrito de Minas.

"Compreendo as dificuldades que há, mas sei também que todas elas desaparecerão, diante da boa vontade do dr. Bernardes, a quem não quis dirigir-me por não ter a honra de o conhecer pessoalmente. O Dr. J.F. é um candidato que será bem aceito porque todos conhecem a perfeição do seu caráter, a sua atividade pública no Distrito, e tem ainda a vantagem de poder ser o representante de Viçosa, em lugar do Dr. Bernardes.

"Em compensação de tão grande favor, não tenho para oferecer a V.Exa. e ao Dr. A. Bernardes, senão a minha gratidão que será imorredoura.

"do amº.

"E.B."

Bernardes não atendeu a Edmundo por considerar impositiva e prejudicial aos interesses políticos de Minas que o prestígio de um jornal carioca pudesse fazer um deputado. E preencheu a vaga com Emílio Jardim, de sua exclusiva indicação.

Mas Edmundo não esqueceu o agravo. Em nova carta a Melo Franco, em 4 de junho de 1919, ameaça:

"O que acontece é que eu, pessoalmente, não gosto de Artur Bernardes pelo procedimento mesquinho que teve com o Antônio Carlos e, principalmente, com o meu compadre José Felipe, que ainda agora não será candidato pelo 3º Distrito. Sempre que puder hei de aborrecê-lo."

Bernardes levantou a luva. Por ocasião do reconhecimento de poderes, em 1921, fechou a questão contra o nome de Leão Veloso, deputado pelo Estado da Bahia, e redator-chefe do *Correio da Manhã*, em carta a Melo Franco, de 22 de abril:

"Entendo que, em hipótese alguma, devemos reconhecer Leão Veloso, por não estar eleito. Ao lado disso, seu reconhecimento por Minas daria uma impressão de covardia moral sem nome, de vez que é redator de jornal que hostiliza sistematicamente os mineiros."

E, em 15 de maio, Afonso Pena Júnior insistia, por telegrama, provavelmente, por sugestão de Bernardes:

"Qualquer auxílio da bancada ao reconhecimento de Leão Veloso, incidirá sob dupla pecha de contrariar verdade eleitoral e aparentar covardia ante ataques Correio. Por isso, e ainda por lealdade compromissos anteriores, questão deve continuar rigorosamente fechada no seio da bancada e deve até pleitear o cargo."

O VELHO SOBRETUDO ESQUECIDO . . .

Dirigidas a Raul Soares e entregues ao *Correio da Manha* por Oldemar Lacerda as cartas percorreram o caminho . . . A explicação corrente era de que Raul Soares as esquecera no bolso de um sobretudo, abandonado em um armário da casa onde residira à Rua Senador Dantas.

Afonso Pena Júnior resolveu apurar essa versão, para desmoralizá-la,

comprovando a falsidade das cartas. Obteve do proprietário uma certidão de que, ao tempo em que as cartas eram datadas, Raul já não morava ali. Igualmente, conseguiu, pelo livro de hóspedes do Hotel América documentar a estada naquele estabelecimento do senador mineiro, evidenciando a falsidade da versão, que não foi mais utilizada pelos interessados.

Prestando seu depoimento, em notas inéditas, Afonso Pena Júnior faz valiosas considerações:

"A carta de insultos aos militares, datada de 3-6-1921, não foi a única carta perdida para perder a candidatura do presidente de Minas.

"Houve uma segunda, de 6-6-1921, ferindo as mesmas teclas de intriga e infâmia, mais grosseira e imbecil, ainda, que a primeira, também publicada pelo *Correio da Manhã*. Houve, finalmente, uma terceira, esta do Sr. João Luiz Alves ao Sr. Fonseca Hermes, oferecendo-lhe cem contos de réis para reaver as cartas extraviadas pelo presidente Bernardes. Esta foi estampada pelo general Villeroy em sua obra sobre as cartas falsas. Conta o Dr. Rodolfo de Faria que ao ter notícia dessa terceira, o senador Irineu Machado teria ponderado ao Oldemar que 'já era carta demais . . .'. Lembra-se a gente daquele lance da *Reliquia*, do Eça, em que o bacharel Raposo, estraga o comércio de relíquias, vendendo quatorze *ferraduras do burrinho em que fugiu a Santa Família e setenta e cinco pregos dos que pregaram Cristo na cruz*, o que levou um freguês indignado a declarar que *eram ferraduras e pregos demais para país tão pequeno!*

"Três cartas perdidas! E toda sobre o mesmo escabroso assunto! E só destas se perdem! Não estaremos todos em um asilo de lunáticos para ainda discutirmos essa miséria?"

Vamos, porém, à segunda carta falsa – que constitui objeto especial desta nota.

Versa o mesmo assunto da primeira, sendo a evidente continuação desta. Foi entregue pelo mesmo Oldemar ao *Correio da Manhã* que sempre abonou com o mesmo entusiasmo que a outra, propondo-se sempre aprovar que as *cartas* do Sr. Bernardes eram legítimas. Basta ver o estilo, o vocabulário e a grafia das duas cartas para se ter a certeza de que é uma e única fonte *malandra* de onde procedem. Daí o grande interesse em que se fizesse o exame pericial não de um apenas, mas de ambos os documentos. A condenação de um condenaria o outro.

Não houve, porém, meio de se obter um tal exame apesar de vivos e seguidos esforços dos mandatários do presidente de Minas na perícia do Clube Militar. Não avançamos proposição que não provemos logo. Percorra-se o Histórico dos trabalhos na publicação do Clube Militar e ver-se-á o seguinte:

Em 7 de dezembro (documentos históricos) requereu o Dr. Simões Correia que a Comissão aceitasse como elemento subsidiário de confir-

mação a outra carta que o *Correio da Manhã* possui, atribuída ao Dr. Artur Bernardes e reputada falsa. O perito da Comissão opinou que era ainda inoportuna a exibição desse documento. A comissão concordou com essa inoportunidade.

Em 13 de dezembro, pediu de novo o Dr. Simões Correia que fosse tirada no dia seguinte a ampliação da segunda carta publicada pelo *Correio da Manhã* e também argüida de falsa, o que foi concedido pela comissão (pág. 41). Apesar desse deferimento, nada se faz no dia seguinte, 14 de dezembro, nem em 15, tanto que, em 16, o general Barbosa Lima lembra que "tendo o Dr. Edmundo Bittencourt de embarcar no dia 28, parecia conveniente fotografar antes a segunda carta reputada falsa, como pedia o Dr. Simões Correia! O General Villeroy declarou que *dará carta para ser utilizada pela Comissão somente quando o perito da mesma comissão precisar dela.*"

Transcorreram as sessões de 17, 18, 19 e 20. Nada. Em 21, pediu o general Barbosa Lima mais uma vez que "fosse fotografada e ampliada a segunda carta julgada falsa e publicada pelo *Correio da Manhã* e que fossem entregues logo essas fotografias ao perito Simões Correia para seu exame pessoal".

Estando presente o general Villeroy, como representante do *Correio da Manhã*, detentor da carta que o general Barbosa Lima pede para fotografar, *a Comissão pediu ao mesmo general a entrega da carta e o general Villeroy respondeu que recusava entregar para ser utilizada em trabalhos periciais do Sr. Simões Correia.* O general Barbosa Lima pede para a Comissão saber do perito Serpa Pinto se pretende fotografar tal carta e esse perito declarou que "*se para o seu trabalho achar isso necessário o fará*". Encerram-se, depois, os trabalhos sem mais referencia a essa *segunda carta* falsa e aos reiterados pedidos dos representantes do presidente de Minas.

Não é descabido lembrar que o sr. Edmundo Bittencourt, antes de iniciada a perícia, "se declara *interamente pronto a confiar à Comissão os documentos que possui*". Como resultado da estranha resistência, os sócios do Clube Militar não encontram nos documentos históricos nem fotografia nem exame da segunda carta falsa. Nós a estampamos ao fim desta obra para que se veja mais uma vez (a frase é de um niilista desabusado) que *só existe uma coisa mais falsa que a primeira carta e é — a segunda.*

"Mal avisado andou o falsificador" — observou argutamente um magistrado — "escrevendo duas cartas, porque, no tocante a indícios psicológicos, seria mais difícil inferir-lhe a falsificação da primeira se não fossem as improbabilidades da segunda. Atribuir-se-ia talvez, à perturbação de um espírito irado pelo despeito às incoerências do pensamento e às brutalidades do vocabulário. Mas a segunda ostenta improbabilidades que chegam a ser impossibilidades."

"TERÍAMOS REINAUGURADO O REGIME MILITAR NO BRASIL"

Muitos políticos, notadamente em Minas Gerais, discordaram da atitude de Bernardes aceitando o julgamento do Clube Militar. O professor Mendes Pimentel escreveu a Raul Soares censurando a aquiescência à perícia no Clube Militar depois de negada a autoria por Bernardes. E alvitrava como saída honrosa a escolha de um terceiro candidato. Raul responde-lhe em carta notável, datada de 14 de dezembro de 1921, da qual transcrevemos estes trechos:

"Não será mau V. refrescar a memória na leitura da biografia de Washington, vítima também de falsificações ainda mais graves que as feitas pelo niilismo, porque o apontavam como traidor à pátria.

"A palavra do grande cidadão não foi julgada suficiente e ele teve de submetê-la a exame.

"Como estranha V. que não exigíssemos o respeito à nossa palavra, quando no estado de anarquia e mistificação a que desceram entre nós os processos políticos, ***não há ninguém no Brasil***, mas literalmente ninguém, que tenha o privilégio de ser criado sob palavra em matéria política?

"Sem dúvida nós poderíamos recusar qualquer exame, opondo sempre nossa palavra de homens de bem, o que seria o gesto normal numa época normal; mas seria até ridículo nesse ambiente de dissolução e irreverência criado pela política capadoçal do niilismo com a ajuda de uma imprensa alucinada, e seria um ato de rematada prudência que só poderia precipitar a crise militar.

"Basta dizer que era isto que desejavam os nossos adversários. Nós preferimos uma atitude, que só poderá ser tachada de covarde depois de e se cedermos à onda de anarquia, atitude prudente, que tudo nos leva a crer evitará aquela onda e conjurará o perigo.

"Mas o fizemos sem ligar nossas candidaturas à solução. Se nós tivéssemos aberto mão delas em conseqüência de qualquer atitude do Clube Militar, ou viéssemos a fazê-lo por esse motivo, *teríamos reinaugurado o regime militar no Brasil.* Seríamos então, perante a história, réus de um verdadeiro crime contra a pátria e mereceríamos a censura dos homens como você . . . O nosso interesse, o interesse da nossa comodidade, seria precisamente a solução aconselhada por V. – a escolha de um terceiro, na qual deposita suas melhores esperanças o niilismo, a quem tudo serve desde que possa continuar a fazer da política um negócio. Mas não seria o interesse do Brasil meu caro Pimentel. Pois, verdadeiramente, o único terceiro lógico seria o Edmundo Bittencourt, se não quisessem fazer logo o Oldemar Lacerda!

"Em todo o caso, jamais se poderia indicar um candidato, sem previamente consultar o Exército e a Armada em nome da Nação.

"Não meu caro. Nós resistimos impávidos e impávidos resistiremos. Se o Clube Militar afrontar a verdade e opinar pela autenticidade das cartas, num pronunciamento faccioso e sem mais disfarces, nós, ao contrário de recuar, daremos à nossa campanha o alto caráter, que já então se lhe não poderá recusar, de reivindicação nacional e só não votaremos nos nossos candidatos se não houver urnas em 1º de março."

O VELÓRIO

A decisão do Clube Militar, contrária a Bernardes, não foi uma surpresa para os mineiros. Mas constituiu um choque para Raul Soares.

Em carta a Bernardes, escrita em 17 de dezembro de 1921, desabafa:

"V. não pode imaginar a minha irritação. Em todo o caso, estou friamente resoluto: se é o momento de cair, a minha única preocupação é cair bem.

"E nós mantendo nossos compromissos, mesmo sós, cairemos como homens. V. conte comigo em absoluto para qualquer atitude de coragem e energia."

Dois dias depois, é Afonso Pena Júnior que informa ao presidente de Minas:

"... Já V. sabe, pelas cartas do Raul, em que pé se acha a questão e não terá grande choque com a notícia de que a Comissão declarou autênticos os monstruosos documentos... Estamos trabalhando junto aos nossos amigos do jornalismo e da política para que a decisão tenha o menor efeito possível no meio político. É claro que no primeiro momento haverá uma grande agitação e um certo estupor, senão oscilação nas correntes partidárias. Mas, se Minas e São Paulo se conservarem firmes no meio da procela acabarão por se impor como ponto de atração. Seremos a única força estável na confusão e dispersão geral. Repito que, em tal emergência, a questão da sua candidatura se despersonaliza e passa a encarar um princípio de moralidade republicana e de ordem pública. O abandono da causa seria, além de inominável injustiça e clamorosa indignidade, um atentado contra a ordem civil, pois importaria em abdicar nas mãos das Forças Armadas a indicação dos candidatos à chefia da Nação.

"Minha convicção, nesse particular, é tão profunda que, se V. pensa assim ou se, por desgraça, houver recuo, cumprirei o dever cívico de me afastar da vida pública, fazendo declarações da maior franqueza.

"Pensam e agirão como eu diversos amigos, notadamente o Raul e o Carvalho Brito.

"Parece-nos indispensável que v. lance um manifesto bem claro e conciso à Nação, explicando que fez quanto estava em seu poder, mesmo à custa de sacrifícios, para arredar um tropeço à ação das correntes políticas que amparam sua candidatura; mas entende que seu dever de homem de bem e de republicano é o de pedir o julgamento soberano da Na-

ção, perante a qual se apresenta de consciência limpa. A Nação e só ela – dirá a sua vida e os seus atos o põem, ou não, a salvo das imputações infamantes decidindo se caluniadores e falsários podem ter a palavra e a decisão no problema vital da sua direção suprema. Seu protesto e seu apelo devem sair imediatamente logo que v. tenha notícia do laudo (?) contrário. Que terra, meu Artur, que gente e que triste momento o que nos coube em sorte!"

Quarenta anos passados, Afonso Pena Júnior, na lucidez dos seus 81 anos, animados por *un coeur plus jeune que son âge*, recorda a cena vivida em um salão do América Hotel, palmilhado por ele e Raul Soares: "Parece que estamos velando a candidatura do nosso amigo."

Afonso Pena, não queria se dar por vencido: "Peço contrário, é chegado o nosso momento. Vamos nos dirigir à Nação que nos fará justiça."

Raul concordou. Daí surgiu a sugestão de escrever, imediatamente, a Bernardes, o que originou um pronunciamento em termos candentes.

Bernardes respondeu nestes termos:

"Belo Horizonte, 28 de dezembro de 1921

"Meu caro Afonso.

"Achei, com v., que o manifesto só devia sair após o laudo da Comissão de Sindicância, e já havia aqui externado a mesma opinião. Antes disso seria precipitado.

"Vi realizadas minhas previsões acerca do trabalho dessa Comissão com o abandono do general Gomes de Castro e retirada do Barbosa Lima e Simões Correia. Se, como, previ, não devia esperar boa justiça de tais juízes, dei, cntudo, uma prova de não recear qualquer exame em torno do falso documento com que abusam os nossos adversários da boa fé e paciência públicas.

"O interesse do Brasil exige que não retrocedamos nessa luta, e isso não é possível ante a indébita intervenção militar, que visa usurpar à Nação um direito cujo exercício lhe compete, exclusivamente... Hoje é o dia da reunião do Clube Militar, e eu aguardo o resultado para lançar à publicidade o meu manifesto."

No dia seguinte, Bernardes preparava o seu manifesto e aguardava o resultado da reunião do Clube Militar para publicá-lo. Este detalhe comprova que o desfecho era previsto:

"À Nação

"Devo à Nação algumas palavras sobre esse triste episódio de cartas falsas, exploradas por políticos em conivência com falsários, com tanto aviltamento para os nossos costumes e vergonha para a nossa civilização. Ninguém me fará a injustiça de negar a serenidade de ânimo com que repeli a monstruosa acusação e aceitando todos os exames que me pareceram honestos para a elucidação da verdade. À própria Comissão do Clube Militar, composta na sua maioria de adversários meus, não recusei

a minha assistência, certo de que a força da verdade havia de exercer sobre eles a impressão que exerce sobre as inteligências desapaixonadas, vencendo a cequeira partidária. Fui censurado por isto, mas não me arrependo da minha atitude, pois foi a de um homem de honra que confia na honra alheia.

"Aliás, a própria moção do Clube Militar excluiu expressamente qualquer intuito político no exame a fazer-se, o que me dava certa liberdade pessoal visto como a decisão, qualquer que fosse, de modo algum poderia afetar a candidatura, que não é minha, mas da maioria das forças políticas do País. Já, agora, ninguém pode increpar-me o ter esgotado todos os esforços a fim de evitar se consumasse o atentado à verdade e à justiça, do qual acabo de ter conhecimento. Nada me resta senão afirmar que aquilo que é falso, falso há de ser para todo o sempre, quaisquer que sejam os laudos proferidos e manter, agora mais do que nunca, aquela candidatura. Não o faço por ambição pessoal, que nunca me animou e que, no cenário político atual, tão cheio de decepções e agruras, ainda me não animaria. Faço-o por impulso de patriota e dever de civismo, mais do que em obediência a uma honrosa indicação política. Sobre essa candidatura compete à Nação decidir nas urnas de 1º de março, dentro das normas constitucionais da República. O povo brasileiro na sua soberania, que só a ele pertence, que a ampare ou repudie. Com o seu julgamento me conformarei, bem certo, porém, de que na causa que encarno se reúnem hoje os mais altos interesses do regime e da pátria."

"E PORQUE SÃO FALSAS"

O general Alexandre José Barbosa Lima, que representou Bernardes na Comissão, inconformado com a decisão do Clube Militar, apelou para Rui Barbosa *como juiz superior às paixões nesse tenebroso momento*, evocando o protesto que levantou no exílio contra o sacrifício de Dreyfus.

A esse tempo, Afonso Pena preocupava-se em obter um pronunciamento de Rui, cuja autoridade moral e intelectual poderia definir a questão. Recordou-se da biografia de Washington, que lera na biblioteca do velho conselheiro, seu pai, e da indagação com que o presidente americano fulminou os seus acusadores: "Se o documento era dele como e onde tinham obtido?"

Escreveu a Antonio Batista Pereira, genro de Rui, uma carta admirável, onde se manifestavam as influências de Bernardes e Vieira, pedindo-lhe que intercedesse junto a Rui no sentido desejado.

Instado por Batista Pereira, ao tempo que recebia o apelo do general Barbosa Lima, Rui escreveu a resposta, desenvolvendo-a em seu estilo lapidar e inconfundível:

"Petrópolis, 4 de fevereiro de 1922.

"Exmº. Amº Dr. Barbosa Lima.

"Releve-me a demora da resposta à sua carta de 15 de janeiro p.p. Só a

minha amizade a V. Exa. me faria entrar de novo num assunto, em que fui o primeiro ouvido e, declarando categoricamente a minha convicção recusei o lugar a que me convidavam, de juiz ou árbitro.

"Os diferentes trabalhos feitos sobre o célebre caso das cartas, submetidos ao meu conhecimento no copioso arquivo que tenho a honra de lhe restituir com esta, apenas vieram confirmar a minha opinião de que as referidas cartas são falsas. A preliminar indeclinável da questão, para quem de boa fé quisesse esclarecê-la, não podia deixar de ser esta:

'Onde foram achadas as cartas, por que e de que maneira?'

"Ora esta preliminar nem sequer foi estabelecida nos referidos trabalhos.

"Era o ponto de partida do inquérito. Era a base da questão. Era o fundamento da pesquisa. Devia ser apurada minudente e meridianamente em todos os pormenores e circunstâncias, comprometesse a quem comprometesse.

"Não haveria episódio no caso, por irregular ou censurável sobre que se tivesse o direito de calar, prejudicasse a quem prejudicasse, desde que a sua divulgação era indispensável à prova. Ao invés disso porém, foi posta de lado essa preliminar, que era tudo, cingindo-se o exame à análise dos documentos, como se não fosse profundo menoscabo ao bom senso e prova de parcialidade abafar o ponto principal do problema – claro e circunscrito – para só estudá-lo num aspecto inferior, falível, precário e opinativo.

"Se as cartas fossem verdadeiras, os seus descobridores lhe teriam logo e logo revelado a origem, esmagando as dúvidas e denegações com a irrecusável prova de autenticidade.

"Se fossem falsas, porém, não havia outro caminho senão escondê-las, a fim de que a designação da sua fonte suspeita não lhes definisse instantaneamente a natureza.

"Foi escolhido este caminho. Não me dissse donde vinham. Só há uma conclusão: é porque são falsas.

"Nada, na história das falsificações célebres, nada há mais grosseiramente amanhado que o ponto de partida deste caso.

"Todo o documento falsificado, para impor de verdadeiro, deve ter, pelo menos, procedência aceitável. Assim o *bordereau* atribuído a Dreyfus teria sido achado no lixo da embaixada da Alemanha, por uma certa Bastian, há muitos anos sua serviçal, mas também a soldo do serviço de contra-espionagem da França. Assim as sete cartas de Washington teriam sido achadas em poder do seu fâmulo Billy, capturado pelo inimigo num dos incidentes da Guerra da Independência. Tais pormenores davam, quer num, quer noutro caso, aparências de verdade à fábula. No que nos ocupamos, porém, nem essas tinturas de verossimilhança se apresentam. É o regime do crê ou morre.

"*As caligrafias se assemelham, logo as cartas são verdadeiras* — eis o raciocínio que por aí estadeia com fumos de irretorquível, cheio de raios para fulminar os que ousam encarar rosto a rosto. Mas, para denunciar-lhe o sofisma, basta atentar-se em que, se este silogismo fosse verdadeiro, ninguém lhe escaparia. Toda a vítima duma falsidade estaria irremessivelmente condenada pelo primor da obra, que não admitiria prova em contrário.

"Chegaríamos por essa teoria ao absurdo de que o perfeito da falsificação basta para prova da autenticidade.

"Graças a Deus, porém, não é assim. Quem exibe um papel argüido de falso, que não poderia ter caído do céu por descuido, tem de mostrar como o obteve. Se não o faz, sob qualquer pretexto que seja, não é preciso mais nada: a confissão da falsidade resalta, clara e precisa e manifesta da própria indeclarabilidade da origem, que, se fosse verdadeira, não precisaria ser ocultada.

"Não se prossegue num inquérito, que tem por ponto de partida uma falsidade. Foi o que se deu com as cartas de Washington a que já me referi. Provado o embuste da preliminar, isto é, provado que Billy nunca fora feito prisioneiro pelos adversários — e muito menos no lugar e circunstâncias alegadas, — patente ficou logo que as cartas eram apócrifas. E, malgrado a assombrosa habilidade do falsário, que, aliás nunca foi descoberto, o povo americano, com o seu admirável bom senso, deu-lhes, daí por diante, o crédito que mereciam, e não perdeu tempo em investigações posteriores.

"É o que, na minha opinião, e pelas razões acima declaradas, já devia ter acontecido, há muito, no Brasil, com este caso, em torno do qual estamos vendo girar, com tão inconcebível gravidade, a política nacional.

"Se o não satisfaz a minha resposta, queira perdoá-lo ao seu amigo.

"Rui Barbosa."

"EN TOUTE ÉVIDENCE..."

Edmundo Bittencourt não se contentou com a perícia da Comissão do Clube Militar. Procurou o perito de fama mundial, Locard, antigo chefe do gabinete de identificação de Lyon e pediu o seu laudo. O resultado foi publicado no *Correio da Manhã* de 7 de fevereiro em telegrama:

"Paris 6 — O perito Locard, antigo chefe do gabinete de investigação de Lyon, depois de examinar as cartas do Sr. Artur Bernardes sobre as quais se pronunciou a Comissão do Clube Militar, verificou a inteira autenticidade que apurou ser irrecusável.

"O laudo pericial é uma peça muito clara e convincente, concluindo desta maneira:

'*En toute évidence et en toute certitude, les deux lettres sont authentiques.*

De posse do laudo, o Dr. Edmundo Bittencourt partirá brevemente, de regresso ao Rio de Janeiro."

O empenho de Edmundo evidencia a sua crença na autenticidade das cartas. Antes de partir escreveu a Washington Luís, então presidente de São Paulo, reiterando-lhe a afirmação de que as cartas eram verdadeiras e responsabilizando-o por ser o principal esteio da candidatura bernardista. Washington julgou a atitude impertinente e não lhe deu resposta, segundo o testemunho de Afonso Arinos que ouviu o relato do próprio Washington Luís.

A informação da viagem do diretor do *Correio da Manhã*, dada a João Luís Alves por Medeiros e Albuquerque, em termos maliciosos, sugerindo que o jornalista poderia comprar os peritos, obtendo um parecer *para exportação*, provocou violenta réplica de Bernardes, em missiva a Melo Franco: "No tocante à perícia que o Edmundo vai fazer na Europa, sobre a carta falsa, tenho como certo que ele mandou o mesmo falsificador falsificar as cartas autênticas em seu poder, a fim de apresentá-las como legítimas ao perito europeu, como modelos ou termos de estudo e comparação, para assim induzi-lo a concluir pela autenticidade da falsa, que levam para exame..."

O depoimento, unânime, dos mais íntimos amigos e colaboradores de Edmundo, afirma a sua boa fé. Embora o episódio da candidatura de seu amigo José Felipe de Freitas Castro comprove o empenho que tinha Edmundo em hostilizar Bernardes, todos os que participaram do caso das cartas, do seu lado, contestam que ele tivesse tomado parte ou sequer sabido da falsificação planejada por Oldemar Lacerda e realizada por Jacinto Guimarães. Edmundo lançara-se na campanha com todo o ímpeto de seu temperamento e procurou defender a posição do seu jornal com toda a pugnacidade de que era dotado. Ninguém jamais ouviu dele a confissão de que incorrera em um erro de julgamento.

Não foi só Edmundo que procurou um perito estrangeiro. Por sugestão de Bernardes, Afrânio de Melo Franco enviou seu próprio filho, Virgílio, então com 24 anos, para acompanhar as diligências de Edmundo e obter, por sua vez, outros laudos. Em fevereiro de 22 viaja, dirigindo-se a Lisboa, daí a Bordéus, onde se avista com Locard que, por 30.000 francos, dera o laudo favorável à autenticidade das cartas. O perito francês causa péssima impressão a Virgílio que registra o cinismo e a insolência de sua atitude, procurando ridicularizar o parecer de Rui Barbosa. Recusou-se a examinar o volumoso dossiê, mantendo a opinião já expendida. Foi então que Virgílio e Caio de Melo Franco, secretário de embaixada no Vaticano, procuraram o perito italiano Ottolenghi, de quem obtiveram minucioso e demorado laudo, opinando pela falsificação. Não contente, submeteu o caso a outra autoridade famosa, Bischoff, diretor do Instituto de Ciência Política de Lausanne que, igualmente, deu um laudo concluindo pela falsidade.

Depois de haverem opinado tantos peritos em tão numerosas perícias,

perdurava, todavia, a mesma confusão. A 1º de março haviam sido realizadas as eleições com a vitória de Bernardes, em quem os seus partidários apontavam a vítima da maior infâmia política.

"DESFAZENDO A CONFUSÃO"

O povo esgotara a capacidade de admirar-se. Se não a houvesse esgotado, teria sido sensacional o que aconteceu em 24 de maio de 1922. Nesse dia Jacinto Guimarães e Oldemar Lacerda, apontados como escroques e falsários, autores da falsificação e da chantagem das cartas atribuídas a Bernardes, compareceram na presença de testemunhas idôneas — o tabelião Eduardo Carneiro de Mendonça e o jurista Paulo de Lacerda. Reproduziram a carta e tudo o mais que lhes foi apresentado, demonstrando Jacinto Guimarães a sua capacidade singularíssima, imitando, também, as assinaturas de todos os membros da Comissão do Clube Militar. O encontro se deu à Rua Visconde de São Vicente, no Andaraí, na residência do sr. Cândido Guimarães, estando presentes os Drs. Caio Monteiro de Barros e César Magalhães, sendo lavrada uma ata assinada por todos. Nela "pelo Sr. Jacinto Guimarães foi dito que, espontaneamente, sem nenhum constrangimento e não tendo em vista interesse algum, apenas obedecendo à livre determinação de sua consciência, entregava vários documentos como partes integrantes que comprovam a falsidade ou constituem o completo esclarecimento do caso das cartas falsas atribuídas ao Dr. Artur Bernardes e publicadas no *Correio da Manhã*, declarando ainda, neste ato, o sr. Jacinto Guimarães que vai fornecer todos os demais esclarecimentos, por exemplo, provas e contraprovas escritas, necessárias, porventura, à maior elucidação da verdade dos fatos e maior evidenciação da falsidade das referidas cartas".

Em 31 do mesmo mês, Oldemar Lacerda relatava em publicação feita pela imprensa e, posteriormente reunida no folheto *Desfazendo a Confusão*, toda a história da empreitada. Declarando haver deliberado esclarecer o caso das cartas, atribuídas ao Dr. Bernardes, obedecendo ao movimento de sua consciência de homem e dos sentimentos de brasileiro, pois antevia as grandes desgraças que ameaçavam a República, confessou que havia resolvido a confecção das cartas, com intuitos meramente políticos. Visava elevar à Presidência da República, o marechal Hermes, destruindo a candidatura Bernardes. As cartas dariam origem a um forte movimento das classes armadas, que seria orientado em favor da candidatura militar. Sabedor de uma pessoa, hábil calígrafo, aproveitou-se de sua habilidade para a fabricação das cartas. Os amigos e parentes mais dedicados do marechal Hermes recusaram utilizar-se de tais documentos, exigindo, para isso, que se desse a origem das mesmas. Oldemar prossegue em sua confissão: "Os elementos utilizados para serem feitas as cartas, pelo calígrafo a que me reportei, foram uma procuração do próprio punho do Dr. Bernardes existente no Tesouro Nacional e mais um

autógrafo que me foi confiado por um amigo cujo nome não revelo para não trair sua confiança. Foram esses dois, unicamente, os elementos gráficos do punho do Dr. Artur Bernardes que serviram para a feitura das cartas. A redação foi feita pelo calígrafo. O papel timbrado da carta publicada pelo *Correio da Manhã* foi obtido na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, quando visitei essas oficinas em companhia de dois amigos, sendo que esse papel foi trazido para o Rio de Janeiro por Pedro Burlamaqui, conforme as próprias declarações desse senhor, que já vieram a público."

Feitas as cartas, recusadas pelos amigos de Hermes, foi procurado o deputado Raul de Faria, em seu escritório, à Rua do Ouvidor nº 90. Posteriormente é que Oldemar procurou Irineu que fez uma investigação, encarregando o Dr. Serpa Pinto de examinar as cartas que declarou boas. A publicação da vária do *Jornal do Comércio* precipitou os acontecimentos. Oldemar deliberou entregar diretamente essas cartas ao *Correio* por intermédio de Irineu, o que fez em 8 de outubro, véspera do embarque para a Europa. Diz que impôs previa autorização sua para a publicação das cartas, ficando surpreendido com a divulgação logo no dia 9, que classifica a primeira *deslealdade*! Vai à Europa pelo *Massília*, regressando 20 dias após para se defender de fortes acusações. Oldemar insiste que sua atitude tinha fins meramente políticos. De regresso saltou no porto de Vitória, continuando a viagem por estrada de ferro até Campos, onde pernoitou, seguindo para Niterói. Conta a sua custódia por amigos de Nilo em Niterói, no Icaraí Palace Hotel, no Hotel do Saco de São Francisco e depois na fazenda do Dr. E.C. de Macedo Soares, então diretor do *Imparcial*, no municipio de Maricá. Foi o Dr. César Magalhães e um grupo de sargentos bernardistas, que prepararam a retirada de Oldemar de Niterói trazendo-o, em uma tarde de sábado, de lancha, para o Rio de Janeiro. A confissão de Oldemar está testemunhada por A. Ramos Caiado, Natalício Camboim, primeiro-tenente Pedro Gomes da Silva, Augusto de Lima, César Magalhães e Abel de Assunção, que declararam que a exposição mencionada foi escrita pelo próprio punho de Oldemar Lacerda.

Jacinto Guimarães fez, ainda, outra declaração reportando-se a uma prisão que sofrera em 29 de janeiro de 1919, à requisição do chefe de polícia de Minas Gerais, na cidade de Palmira. Um criminoso contumaz e perigoso, Borsati atribuiu, por falsa denúncia, a autoria de um crime a Jacinto que teve a sua vida desorganizada, a família despejada por falta de pagamento de aluguéis, gerando-se o ódio a Artur Bernardes, o que motivou a aceitação do convite de Lacerda para redigir as famosas cartas.

perdurava, todavia, a mesma confusão. A 1º de março haviam sido realizadas as eleições com a vitória de Bernardes, em quem os seus partidários apontavam a vítima da maior infâmia política.

"DESFAZENDO A CONFUSÃO"

O povo esgotara a capacidade de admirar-se. Se não a houvesse esgotado, teria sido sensacional o que aconteceu em 24 de maio de 1922. Nesse dia Jacinto Guimarães e Oldemar Lacerda, apontados como escroques e falsários, autores da falsificação e da chantagem das cartas atribuídas a Bernardes, compareceram na presença de testemunhas idôneas – o tabelião Eduardo Carneiro de Mendonça e o jurista Paulo de Lacerda. Reproduziram a carta e tudo o mais que lhes foi apresentado, demonstrando Jacinto Guimarães a sua capacidade singularíssima, imitando, também, as assinaturas de todos os membros da Comissão do Clube Militar. O encontro se deu à Rua Visconde de São Vicente, no Andaraí, na residência do sr. Cândido Guimarães, estando presentes os Drs. Caio Monteiro de Barros e César Magalhães, sendo lavrada uma ata assinada por todos. Nela "pelo Sr. Jacinto Guimarães foi dito que, espontaneamente, sem nenhum constrangimento e não tendo em vista interesse algum, apenas obedecendo à livre determinação de sua consciência, entregava vários documentos como partes integrantes que comprovam a falsidade ou constituem o completo esclarecimento do caso das cartas falsas atribuídas ao Dr. Artur Bernardes e publicadas no *Correio da Manhã*, declarando ainda, neste ato, o sr. Jacinto Guimarães que vai fornecer todos os demais esclarecimentos, por exemplo, provas e contraprovas escritas, necessárias, porventura, à maior elucidação da verdade dos fatos e maior evidenciação da falsidade das referidas cartas".

Em 31 do mesmo mês, Oldemar Lacerda relatava em publicação feita pela imprensa e, posteriormente reunida no folheto *Desfazendo a Confusão*, toda a história da empreitada. Declarando haver deliberado esclarecer o caso das cartas, atribuídas ao Dr. Bernardes, obedecendo ao movimento de sua consciência de homem e dos sentimentos de brasileiro, pois antevia as grandes desgraças que ameaçavam a República, confessou que havia resolvido a confecção das cartas, com intuitos meramente políticos. Visava elevar à Presidência da República, o marechal Hermes, destruindo a candidatura Bernardes. As cartas dariam origem a um forte movimento das classes armadas, que seria orientado em favor da candidatura militar. Sabedor de uma pessoa, hábil calígrafo, aproveitou-se de sua habilidade para a fabricação das cartas. Os amigos e parentes mais dedicados do marechal Hermes recusaram utilizar-se de tais documentos, exigindo, para isso, que se desse a origem das mesmas. Oldemar prossegue em sua confissão: "Os elementos utilizados para serem feitas as cartas, pelo calígrafo a que me reportei, foram uma procuração do próprio punho do Dr. Bernardes existente no Tesouro Nacional e mais um

autógrafo que me foi confiado por um amigo cujo nome não revelo para não trair sua confiança. Foram esses dois, unicamente, os elementos gráficos do punho do Dr. Artur Bernardes que serviram para a feitura das cartas. A redação foi feita pelo calígrafo. O papel timbrado da carta publicada pelo *Correio da Manhã* foi obtido na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, quando visitei essas oficinas em companhia de dois amigos, sendo que esse papel foi trazido para o Rio de Janeiro por Pedro Burlamaqui, conforme as próprias declarações desse senhor, que já vieram a público."

Feitas as cartas, recusadas pelos amigos de Hermes, foi procurado o deputado Raul de Faria, em seu escritório, à Rua do Ouvidor nº 90. Posteriormente é que Oldemar procurou Irineu que fez uma investigação, encarregando o Dr. Serpa Pinto de examinar as cartas que declarou boas. A publicação da vária do *Jornal do Comércio* precipitou os acontecimentos. Oldemar deliberou entregar diretamente essas cartas ao *Correio* por intermédio de Irineu, o que fez em 8 de outubro, véspera do embarque para a Europa. Diz que impôs previa autorização sua para a publicação das cartas, ficando surpreendido com a divulgação logo no dia 9, que classifica a primeira *deslealdade*! Vai à Europa pelo *Massília*, regressando 20 dias após para se defender de fortes acusações. Oldemar insiste que sua atitude tinha fins meramente políticos. De regresso saltou no porto de Vitória, continuando a viagem por estrada de ferro até Campos, onde pernoitou, seguindo para Niterói. Conta a sua custódia por amigos de Nilo em Niterói, no Icaraí Palace Hotel, no Hotel do Saco de São Francisco e depois na fazenda do Dr. E.C. de Macedo Soares, então diretor do *Imparcial*, no município de Maricá. Foi o Dr. César Magalhães e um grupo de sargentos bernardistas, que prepararam a retirada de Oldemar de Niterói trazendo-o, em uma tarde de sábado, de lancha, para o Rio de Janeiro. A confissão de Oldemar está testemunhada por A. Ramos Caiado, Natalício Camboim, primeiro-tenente Pedro Gomes da Silva, Augusto de Lima, César Magalhães e Abel de Assunção, que declararam que a exposição mencionada foi escrita pelo próprio punho de Oldemar Lacerda.

Jacinto Guimarães fez, ainda, outra declaração reportando-se a uma prisão que sofrera em 29 de janeiro de 1919, à requisição do chefe de polícia de Minas Gerais, na cidade de Palmira. Um criminoso contumaz e perigoso, Borsati atribuiu, por falsa denúncia, a autoria de um crime a Jacinto que teve a sua vida desorganizada, a família despejada por falta de pagamento de aluguéis, gerando-se o ódio a Artur Bernardes, o que motivou a aceitação do convite de Lacerda para redigir as famosas cartas.

"A IMPRESSÃO ... É DE MEDO DA VERDADE"

CAPÍTULO IX

Não faltava mais nada. A abundância de provas provava demais. E não acabava ... No dia 2 de julho o *Correio da Manhã* publicava nova declaração de Jacinto Guimarães, longa e pormenorizada, em duas colunas dizendo: "Contrataram comigo um trabalho caligráfico os srs. Raul Faria e João Luís Alves, como consta de minhas declarações à Nação ... acedi em copiar um pequeno trecho de uma carta de Bernardes que me tinham dado para estudo ..."

Mas a arma gastara-se, desmoralizada. Embora a propagação dos malefícios já fosse inevitável. A questão ficara limitada àquele silogismo intransponível com que Rui Barbosa a definira, em seu pronunciamento magistral.

O tempo passou. O que nunca ninguém soube, porém, é que Artur Bernardes guardara, em seu arquivo, cautelosamente organizado, as armas finais e decisivas com que poderia esmagar qualquer um que tentasse, pela vida afora, reabrir a questão. Os documentos que vamos publicar permaneceram inéditos até que nos fossem franqueados. Como o Partha lendário, Bernardes guardava as setas mortais que são disparadas agora, na arrancada da morte.

O primeiro desses documentos é uma carta de João Luís Alves, em papel timbrado do gabinete do secretário das Finanças de Minas Gerais, mas datado do Rio em 3 de junho de 1922. Nela toda a articulação da defesa é apresentada, detalhadamente, evidenciando, a um só tempo, a habilidade com que João Luís defendeu a posição de Bernardes mas, de-

monstrando, insofismavelmente, que o presidente mineiro, pela revelação de seus entendimentos mais secretos, foi vítima de uma forjicação de graves conseqüências, que passou à História como um exemplo de caso de falsificação:

"Meu caro amigo.

"Faço votos pela sua preciosa saúde e da Exma. Família.

"Eu tenho estado enfermo há oito dias, mas apesar disso recebendo gente de nove da manhã até duas da madrugada. Quando aí chegar relatarei minuciosamente o que tenho observado, o que tenho ouvido e o que fiz e estou fazendo. Vim na hora oportuna: já lhe remeti cópia das declarações de Jacinto. Envio hoje cópia das do Oldemar, que o Raul Soares achou extraordinariamente boas. A *impressão* nas hostes adversas, que ainda ignoram o que há, *é de medo da verdade;* a opinião está ansiosa e muito modificada – mesmo antes da publicação.

"Resolvemos deixar a publicação para depois do reconhecimento, no dia seguinte: 1º) porque Sá e Raul ponderaram e eu de acordo, que estando o reconhecimento correndo placidamente, poderia a publicação agitar a opinião, sobretudo dos militares que não estão de boa fé, perturbando o trabalho do Congresso, onde poderia o Irineu comparecer; 2º) porque será mais significativo o pronunciamento do Congresso antes da confissão da falsidade.

"Como deve ter visto, Jacinto impôs aos que com ele trataram, que seu nome só viesse a público se por outro modo ele não pudesse demonstrar a falsidade. Tiveram de sujeitar-se, porque sem isso nada conseguiriam e devem respeitar o compromisso até vermos.

"Foi ele que conseguiu do Oldemar a confissão – como um dos elementos para não aparecer. Por outro lado, reproduziu de modo *assombroso* as duas cartas falsas e fez outras do Nilo – *admiráveis.*

"O nosso plano é publicar nos matutinos – *País, Gazeta* e *Dia* – com um comentário que eu escreverei – 1º) a carta de Rui sobre a origem das cartas; 2º) o telegrama de Epitácio, Hermes, Calógeras e Veiga Miranda sobre a falsidade; 3º) uma simpática narração sobre a falsificação testemunhada por Paulo de Lacerda e Carneiro de Mendonça, sem por logo, o nome de Jacinto; 4º) o clichê das cartas falsas refeitas; 5º) o clichê das cartas falsas de Nilo, seguido do clichê de verdadeiras; 6º) clichê do livro do Grande Hotel. Isto no primeiro dia, na primeira página, em letras que chamem atenção e fazendo larga distribuição gratuita dos três jornais.

"Em seguida, depois do ataque, a carta do Horácio Ribeiro a Raul de Faria, o depoimento do Raul, entregue ao Afonso, a crítica do método de Locard, já traduzida pelo Simões Correia, o inquérito ou justificação feito aí, etc. Estou convencido que o caso vai produzir sensação. O próprio artigo do *Correio* de hoje, já é uma revelação de medo. Está de acordo?

"O mundo político está calmo e confiante. A conferência com Epitácio, que aí narrarei, deixou-me ótima impressão.

"Espero que o parecer do Congresso seja assinado amanhã, conforme me prometeu o Azeredo que, dizem, muito firme depois das várias conferências que com ele tive. Aí narrarei. O parecer é longo e minucioso o estudo do pleito, que já li. Assinado amanhã (como espero) será lido segunda-feira, 5, e votado a 6 ou 7 – o mais tardar, de modo que a publicação a que me referi se fará a 8.

"Sei de fonte segura que o Rio Grande está modificado e que o Borges é que se tem oposto à revolução.

"Dizem que foi ele que, convencido da derrota aconselhou a retirada, para não acirrar mais a contenda. Já procurei, duas vezes, Soares dos Santos mas não o encontrei. Logo melhore – voltarei.

"– É indispensável que o Afonso me mande, logo que o caro amigo receba esta, que ele também lerá, as peças principais (justificação, depoimento do Raul etc.), para que eu prepare tudo com tempo, deixando instruções aos jornais de modo a fazer tudo com uniformidade. É o que já fiz quanto à primeira publicação.

"Devo seguir a 14: – é impossível antes, para deixar tudo feito. A 20 lhe entregarei os dados da mensagem.

"Meus respeitos à Exma. senhora. Mande suas ordens ao amigo dedicado.

"(a) João Luís

"P.S. Já há militares adversos que dizem que provada a falsidade o desagravarão. De revolução ninguém mais cogita e ninguém para ela se entenderia. Nilo absolutamente desamparado. Afirmam segue a 17 para a Europa. O mesmo.

"Acabo de ver cartas do Oldemar dirigidas ao Hermes, ao Nilo, a Fonseca Hermes e à diretoria do Clube Militar, confirmando o que disse na confissão. Mandei tirar clichê antes de serem entregues. Oldemar ameaçado de morte, segue hoje para a Europa. É pena, mas não conseguiram detê-lo. Aliás, ele aqui poderia voltar atrás: – é um criminoso paranóico. Fica o Jacinto. O mesmo."

"PEÇO A MAGNANIMIDADE DE V. EXA ..."

É um papel de carta ordinário, amarelecido pelo tempo, onde as letras mal tracejadas se estampam como fósseis de vermes. O grafólogo ou o psiquiatra fazem, facilmente, o diagnóstico de mais *um louco que influiu na história de seu país.*

Escrita por um homem que abdicou dessa condição a outro homem a quem pretendeu despojar dela, essa carta não era conhecida nem dos amigos mais íntimos de Artur Bernardes, nem de seus familiares. Foi re-

cebida, lida e guardada – como uma poção de veneno – colada em um papel da brancura dos sepulcros, perfurada e grampeada no meio da documentação do caso das Cartas Falsas. Só agora, quarenta anos depois, quando signatário e destinatário já não pertencem ao mundo dos vivos, exsurge de seu túmulo de papel e – também ela, fantasma de crime – volta à claridade nas páginas abertas deste livro:

"Rio de Janeiro, 3 de junho de 1922.

"Exmo. sr. Dr. Artur Bernardes.

"No momento de embarcar para a Europa, permita-me V. Exa. a liberdade de, embora sem autorização de V. Exa., dirigir-lhe a presente carta como retratação do meu procedimento e explicação pessoal de meus atos. Creia V. Exa. que em nenhum momento animou-me qualquer motivo de ódio, de queixa ou de desrespeito à pessoa de V. Exa. e que só a muita admiração, amizade e mesmo fanatismo pela pessoa do eminente marechal Hermes fizeram-me pensar na arma política que tão desastrosos incidentes veio desencadear posteriormente. Fracassado o aproveitamento de meu ato em favor do marechal Hermes, reconheci o erro em que caíra e vendo envolvido o país na efervescência política pelo acirramento de ódios, prestes a estalar a guerra civil, tomei a resolução de vir a público explicar os meus passos nessa aventura política. De há muito vinha sendo procurado insistentemente por verdadeiros amigos como o Dr. César Magalhães e outros que insistiam pelo meu depoimento em favor da verdade, notadamente por meu irmão Dr. João Maria de Lacerda, que me declarou só poder reatar relações comigo depois que, desligandome dos que me cercavam, viesse a público fazer francas e categóricas declarações de todo o ocorrido e livrando o nome de V. Exa. das acusações, para prejudicar a investidura de V. Exa., no alto cargo de presidente da República, resolvi em boa hora aceitar aqueles conselhos e hoje, arrependido do meu ato parto para a Europa e deixo o Brasil almejando apenas o esquecimento do meu nome.

"Peço à magnanimidade de V. Exa. para que também esqueça o meu nome, compreendendo que só a política me levou à prática dos atos de que hoje mais do que ninguém me censuro, autorizando a V. Exa. a fazer destas minhas declarações, de que ninguém é conhecedor nem me foram solicitadas, uso que melhor convier a V. Exa. e subscrevo-me,

"De V. Exa.

"Oldemar de Lacerda."

Oldemar Lacerda, como João Luís Alves adiantou em sua minuciosa exposição, escreveu a outros personagens. Vamos transcrever a carta endereçada a Nilo Peçanha:

"Exmo. Sr. senador Nilo Peçanha.

"Venho declarar que as injustiças, a ingratidão e as ameaças de que fui vítima nestes últimos tempos; a situação, a crise, o momento, a agonia do

meu país; fizeram-me compreender a necessidade de desligar-me da dissidência e me levaram a desfazer, com espontâneo impulso de consciência, o mal que com intuito político fiz ao Dr. Artur Bernardes intervindo. com auxílio de hábil calígrafo, na feitura das cartas que lhe foram injustamente atribuídas e que provocaram a indignação de grande parte das classes armadas iludidas com a perfeição caligráfica das mesmas cartas. Perante cidadãos respeitáveis fiz minuciosa narração dos fatos para constar a tempo.

"Patrício At.º

"Oldemar Lacerda

"3.6.1922"

A primeira carta está acompanhada de um envelope subscrito: "Ilm.º. Sr. Dr. Artur Bernardes, Belo Horizonte, Minas". A segunda estava dentro de um envelope maior, onde cabia a primeira sobrecarta e tem escrito: "Exm.º. sr. Presidente Dr. Artur Bernardes, Belo Horizonte, Minas, Expressa". Acha-se selada com um selo de 500 réis e outro de 200 réis, inutilizados por dois carimbos onde se lê: "Av. Rio Branco, D. Federal, 6 de junho de 1922."

Seguem-se as reproduções primorosamente feitas das duas cartas que tanta celeuma provocaram. E mais duas imitações, duas cartas em que a letra e a assinatura de Nilo Peçanha foram falsificadas. A primeira dirigida a Borges de Medeiros:

"Amigo Dr. Borges

"Saudações atenciosas

"Estou de acordo com o eminente amigo para, oportunamente, se levar à conta as despesas que forem feitas.

"O Raul Veiga esgotou o Estado do Rio com as subvenções ao Edmundo e o visconde está procedendo avaramente. Esse é verdadeiro Shylock!

"O Modesto em se tratando de dinheiro, fica surdo como uma porta de cemitério e Vivaldi está falido.

"Eis porque não poderei ressarcir esses gastos.

"Do amigo at.º e sempre às ordens."

Esta carta foi redigida ao lado da reprodução da falsificação da primeira das cartas famosas. As duas primeiras linhas estão escritas logo abaixo do final e da assinatura falsificada de Artur Bernardes.

A outra carta, imitada de Nilo, começa após o final e a assinatura da segunda carta falsa:

"Exm.º. sr. Dr. Artur Bernardes

"Saudações

"Como V. Exa. sabe, nunca duvidei da falsidade das cartas que lhe são atribuídas e preferi sempre pôr ao lado da minha causa os sentimentos

patrióticos do povo brasileiro e valer-me do recurso ignóbil de explorar melindres das classes armadas.

"Conhecendo pessoalmente o forjador das cartas publicadas pelo *Correio da Manhã*, tenho o prazer de enviar a V. Exa., nesse mesmo papel, a reprodução daquelas cartas provando assim, à evidência, sua falsidade.

"Espero que V. Exa. saiba bem avaliar e compreender a prova que lhe dou de minha nunca desmentida lealdade.

"Creia na sinceridade com que sou

"Am°. At.° Cord. Adm.

"Nilo Peçanha."

INTERVENÇÃO EM PERNAMBUCO

CAPÍTULO X

José Bezerra deixava um legado difícil de administrar, a política de Paz e Concórdia, dentro da qual acomodava as influências mais poderosas e antagônicas do Estado. Sua autoridade inconteste, servida por uma boa dose de habilidade, tinha encontrado, finalmente, o candidato que todos aceitariam: o Dr. José Henrique Carneiro da Cunha, senador federal, antigo componente do Senado Estadual (a federação permitia, nas constituições estaduais, a existência de um Senado Estadual, em alguns Estados, incluso Pernambuco), que presidira exercendo, de acordo com o dispositivo constitucional, o governo de Pernambuco, entre 18 e 24 de dezembro de 1919.

Não obstante a aceitação aparente do Dr. José Henrique, outras candidaturas aguardavam oportunidade. Bezerra pleiteava a homologação do nome do seu candidato em uma reunião de próceres no Estado. Estácio Coimbra, apoiado por Dantas Barreto e os irmãos Pessoa de Queiroz, batia-se para que a indicação partisse da bancada onde dispunha de maioria. Assim, esboça-se a batalha que mudou totalmente de aspecto, quando às 21h30 de 27 de março, faleceu José Bezerra na sua residência no Tigipió.

Passada a semana de luto, começaram as reuniões, agitando a vida pacata do Recife. Na tarde de 17 de abril de 1922 realizava-se uma delas no Palácio do Governo, quando o senador Manoel Borba foi informado, pelo próprio Severino Pinheiro, de que era também candidato ao Governo do Estado. Surpreendido com essas declarações o Sr. Manoel

Borba fulminou a pretensão. Era o deflagrar da crise. Ao mesmo tempo que o deputado José Bezerra Filho comunicava a desistência do senador José Henrique, os deputados fiéis ao Sr. Borba, reuniram-se na Assembléia votando uma moção de solidariedade proposta pelo Sr. Carlos de Lima Cavalcanti.

Enquanto isto, no Palácio das Princesas, o Sr. Estácio Coimbra tinha importante conversa com o Dr. Severino Pinheiro, em que este declarava só ter aquiescido à indicação do seu nome, na hipótese de prévia concordância do senador Manoel Borba. Sem ter sido preenchida esta condição, declarou o Sr. Severino Pinheiro ao Dr. Estácio Coimbra:

"Não sou mais candidato, não. Foi uma grande decepção na minha vida. Não devo aceitar e não aceito. Não; nunca pensei. Não sou e não devo ser candidato."

O CONCLAVE

Reúnem-se, novamente, para a escolha do sucessor de José Bezerra, os Srs. Estácio Coimbra, mal. Dantas Barreto, deputado Bezerra Filho, cel. José Pessoa de Queiroz, Dr. Severino Pinheiro, coronel João Pessoa de Queiroz, senador Arquimedes de Oliveira, deputado Souza Filho, deputado Gonçalves Maia e senador Davino Pontual.

São feitas explicações das candidaturas destinadas ao sacrifício. E, como estava preparado, foi posto em votação unanimemente o nome do Dr. Severino Pinheiro, que se havia retirado da sala. A verdade, porém, é que tinham preparado um enterro de primeira classe. A fórmula encontrada consistia na sua eleição por unanimidade, com a condição tácita de ser reconhecida a impossibilidade da sua eleição por imperativo legal. Voltando a assumir o seu lugar e informado do resultado, agradeceu para ouvir, em seguida, a leitura de uma indicação do Sr. Estácio Coimbra aprovada, também por unanimidade:

"Proponho que não sendo possível ao Dr. Severino Pinheiro transmitir o exercício do governo por divergência com qualquer dos seus substitutos legais e impossibilitada assim a sua eleição, se declare na ata que continua a bancada com a atribuição de escolher livremente, e por maioria, o candidato definitivo à sucessão, com o compromisso de apoio e a solidariedade do Dr. Severino Pinheiro."

Mas a luta estava travada. O chefe de polícia, Dr. Luiz Correia de Oliveira, exonerou-se do cargo, logo reivindicado pelos Coligados para o desembargador Belarmino Gondim, amigo e correligionário de Estácio. À demissão do Dr. Luiz Correia, seguiram-se as de outras autoridades policiais, substituídas por elementos da coligação.

Pernambuco atravessava uma fase de reação contra o governo federal, motivada pela atitude do Presidente Epitácio Pessoa, na questão da saída do açúcar pernambucano, que desgostara os usineiros. Qualquer manifestação de rebeldia ao poder central tornava-se popular.

O rompimento do senador Borba valeu-lhe, por isso mesmo, uma imediata aceitação. Um jornalista pernambucano – Mário Rodrigues – que viera para o Rio e dirigia o *Correio da Manhã*, traçou-lhe o perfil:

"Defrontâmo-lo, neste instante, como a expressão viva e intrépida da autonomia pernambucana, que se soergue contra ameaças monstruosas.

....

"De que modo lhe retrucou o pessoísmo dos outros elementos? Jurando o seu extermínio. Ele aceitou assim, e só assim, a luta. Quando se supôs que o terreno lhe fugia aos pés, o seu vulto altanou, soberbo de coragem e decisão. Podiam eliminá-lo, mas não eliminariam a honra dos pernambucanos, da qual a sua bravura objetiva o ouro de lei, a antevisão providencial.

....

"Viva o povo que não capitula, nem se vende, e que, neste país, de galinholas transidas, ainda conta com um homem!"

Armando Gayoso dirigia *A Tarde*:

"Depois de Joaquim Nabuco, José Mariano e Dantas Barreto, ninguém dominou a consciência pernambucana como ele, naquele momento."

DUAS CANDIDATURAS

Não fora possível manter a política de Paz e Concórdia de José Bezerra. Logo que foi conhecida a nota oficial da retirada da candidatura de Severino Pinheiro reuniram-se os próceres da chamada coligação. O *Jornal do Comércio*, filiado ao mesmo grupo político, noticiou a reunião do dia 23 de abril:

"Lembrado pelo Sr. senador Arquimedes de Oliveira foi aceito por unanimidade o nome do coronel Eduardo Lima Castro, atual prefeito deste Município."

A convite da Comissão Executiva compareceu o coronel Lima Castro que declarou-se lisonjeado com a alta prova de confiança que lhe davam os legítimos líderes da política pernambucana, aceitou a indicação "por partir ela dos que encaminhavam, no momento, a verdadeira paz e concórdia", e afirmou a sua absoluta solidariedade com todas as correntes ali representadas e definitivamente fundidas por uma forte organização partidária, expressão da grande maioria eleitoral do Estado.

O mês de maio transcorre agitado, com preparativos de ambos os lados no sentido de ganhar a eleição a qualquer preço. Ao mesmo tempo que os elementos da situação queixavam-se de falta de garantias e prognosticavam uma eleição fraudulenta, os partidários da candidatura Lima Castro preveniam-se, enquanto a política federal promovia concentração de forças no Recife.

CIDADE OCUPADA

A imprensa do Recife dá o brado de alarme. O *Diário de Pernambuco*,

em seu artigo de fundo da edição de 26 de maio, reclama contra a ocupação da cidade, sob o pretexto de prevenir ocorrências graves sem nenhuma plausibilidade, sem qualquer indício que as fizesse presumir. Sentindo-se-lhe claro o intuito de coação ao eleitorado para gáudio da corrente política que o sr. presidente da República vinha bafejando, com absoluto menosprezo às altas responsabilidades decorrentes da sua investidura constitucional.

O senador Rosa e Silva também alerta a Nação, denunciando fatos da maior gravidade. Não havendo sessão no Senado, recorre à imprensa para protestar contra o plano sinistro de conflagração da sua terra natal, onde se prepara um movimento subversivo sob o patrocínio e a chefia do sr. presidente da República.

Seu manifesto invectiva Epitácio, que ousa afrontar a opinião pública e o decoro nacional, utilizando as Forças Armadas em proveito dos candidatos dos seus parentes, atentando assim contra o regime federativo. São os fatos da maior gravidade que envolvem a responsabilidade direta do presidente da República. Termina responsabilizando-o pelo sangue que for derramado na conflagração que está patrocinando e chefiando em Pernambuco.

O DIA DO PLEITO

Chega, finalmente, o dia 27 de maio, escolhido para a realização das eleições. São candidatos os srs. Dr. José Henrique Carneiro da Cunha, senador federal e coronel Lima Castro, prefeito do Recife no governo José Bezerra. Os dois nomes dividem as principais correntes do Estado. Um terceiro candidato, Dr. João Ribeiro de Brito, tem o apoio de elementos independentes. O aparato militar impressiona desfavoravelmente. O decano da imprensa do Recife, o *Diário de Pernambuco*, analisa a situação com severidade. Recorda a isenção e moderação com que o *Diário* vem acompanhando a crise política, não tomando sistematicamente partido, não afrontando ninguém e, sobretudo, não deturpando os fatos. Mas é o próprio curso dos acontecimentos que leva o *Diário de Pernambuco* a apontar o erro máximo na atitude do presidente, que arrasta as Forças Armadas do país a uma função em que a obediência — base da disciplina — deixa de ser um dever para ser quase um crime:

"É, entretanto, sob essa atmosfera marroquina de aldeia invadida que se vai realizar, hoje, no Recife e quiçá em algumas localidades no interior, o ato mais importante da vida política do Estado."

"ALDEIA MARROQUINA"

Nessa atmosfera de apreensão, houve grande abstenção por parte do eleitorado, especialmente, na Capital. Pouco depois de meio-dia foram avisar ao governador do Estado que tropas federais estacionavam próximo das seções eleitorais de Santo Amaro, Encruzilhada e Tigipió. As

17h30, a redação de uum jornal, *Diário do Povo*, foi atacada a tiros partidos de um automóvel. Pouco depois, outro tiroteio se travava nas imediações do *Jornal do Comércio*, na Rua do Imperador. O telefone não funcionava. O sr. Severino Pinheiro mandou os soldados de polícia que serviam sob as suas ordens, um de cada vez, à procura do chefe de polícia, desembargador Belarmino Gondim, que não aparecia. Os soldados voltaram sob o pretexto de que o Exército não consentia na passagem de ninguém.

O relato da diligência para encontrar o chefe de polícia consta do depoimento do deputado Armando Gayoso:

"Como já o relógio marcasse 9,30 horas e o Dr. Belarmino Gondim não chegava, e os telefones não funcionavam, o Dr. Pinheiro perguntou-me se seria possível ir providenciar neste sentido. E à minha anuência, designou o tenente Alfredo D'Agostini para me acompanhar. O deputado Bezerra Filho insistiu, então, para tomar parte na comitiva e não houve razões para demovê-lo.

"Saímos, em direção à chefatura, e ali soubemos que o Dr. Belarmino Gondim pernoitara em Olinda...

"Rumamos para a vizinha cidade e, ao dobrarmos o canto da Rua da Aurora com a Rua Princesa Isabel, um soldado do Exército nos fez parar, perguntou a que íamos e, depois da explicação, deixou-nos passar. Adiante outro e, logo após, grupos de soldados que, como os primeiros, com as armas na mão, pediam esclarecimentos pela presença daquele automóvel, o único talvez que se aventurava naquelas alturas...

"E assim fomos até a Rua Luiz do Rego, por onde entramos, em direção da Estrada de Santo Amaro.

"Perto do Largo de Santo Antônio fomos intimados a parar e saltar do carro por três civis que, desgranhados e com as armas apontadas em nossa direção, assim se mantiveram até que nós vencêssemos a distância entre eles e o automóvel, cerca de 200 metros.

"Novas perguntas; e, já envolvidos por soldados do Exército, por paisanos de chapéu de couro, e elementos do tiro 666, entramos em explicações, findas as quais mandaram o automóvel se aproximar.

"Ao parar o carro revistaram-no, e um deles disse-nos:

'– Os senhores sigam, mas vão devagar porque há sentinelas em toda a estrada com ordem de fazer fogo.'

"Seguimos. Esperei a descarga que havia de nos fuzilar pelas costas, sumariamente.

"Mas, por felicidade, nada nos sucedeu e só viemos encontrar alguém na pessoa do nosso amigo Dr. Doralécio Valcácer, na ponte do Varadouro, já em Olinda, onde uma verdadeira multidão agitada aguardava os acontecimentos.

"Disseram-nos então, ao saber ao que íamos, que o Dr. Belarmino

Gondim, em companhia de outro senhor, viera havia bem pouco para o Recife, mas pelo caminho de Duarte Coelho, que é uma estrada que forma ângulo agudo com a de Santo Amaro e, por Campo Grande e Encruzilhada, estabelece comunicação com o Recife.

"Retornamos pelo caminho de Santa Teresa e, logo ao descer a ponte de Duarte Coelho, encontramos o Dr. Belarmino Gondim, em companhia de outra pessoa, a pé, junto a uma árvore ao lado de um automóvel.

"Disse-lhe então o deputado Bezerra Filho, já aborrecido com a caminhada e as emoções, adiantando o recado que o Dr. Severino Pinheiro me confiara:

'– Dr. Belarmino, o governador precisa falar-lhe.

"E o desembargador, calmo, com aquela sua calma de sempre:

'– Mas eu não posso seguir com estes tiroteios . . .

'– Mas não há tiroteios . . . a fuzilaria já acabou desde 8 horas . . .'

"E como eu insistisse para que ele tomasse o automóvel e fosse conferenciar com o governador, como era do seu dever, o desembargador Gondim afirmou que precisava falar, primeiramente, com o Dr. Estácio Coimbra . . .

"É bem de ver que ninguém iria obrigá-lo, pelo braço, a seguir para a Madalena, onde residia o Dr. Severino Pinheiro . . .

"Mas o deputado Bezerra Filho ainda confirmou com energia:

'– Parece-me que V. Exa. deve ir primeiro ao governador, mas enfim . . .'

"E o automóvel policial na frente, e o automóvel governamental em seguida, seguimos para o Recife até o Largo da Soledade, canto da Travessa do Príncipe, onde paramos e nos apeamos para imitar o chefe de polícia, que saltara do carro e, pedindo-nos para esperar um pouco, des ceu a Travessa do Príncipe, entrou para a Rua do mesmo nome, onde morava o Dr. Estácio Coimbra e, na residência deste, permaneceu durante meia hora de relógio.

"Quando voltou, porque recusássemos consentir que o chefe de polícia fosse conferenciar com o sr. comandante da Região, o desembargador Gondim tomou assento no automóvel do Estado, entre o deputado Bezerra Filho e quem escreve estas linhas, cedeu o seu automóvel a outra pessoa, e caladamente, viemos até a residência do governador.

"Não sei o que se passou na conferência que os dois tiveram, mas ao cabo de meia hora retirava-se o desembargador Gondim, e o Dr. Severino Pinheiro anunciava a sua exoneração, depois das providências que ele ia tomar.

"Só à tarde o desembargador foi, às 15 horas, ao palácio pedir demissão (?), sendo logo informado de que já o Dr. Jônatas Costa estava convidado a substituí-lo, como ainda no outro dia, 30, mandou uma carta, antedatada, solicitando exoneração (!)."

"Exmº Colega e amigo Dr. Severino Pinheiro
"Atenciosas Saudações
"Convidado por V. Exa. para o cargo de chefe de polícia, aceitei a incumbência com a inteira consciência das sérias responsabilidades que tomava aos ombros.
"Resolvera V. Exa. aceitar sua candidatura à sucessão governamental e assumira o compromisso público, se não pudesse transferir o governo a qualquer dos seus substitutos, de presidir o pleito, assegurando a liberdade de voto e todas as garantias constitucionais.
"Desistindo V.Exa. de sua candidatura, teria imediatamente me exonerado se V. Exa. me não houvesse reiterado a sua confiança para que permanecesse à frente da chefatura.
"Durante a minha gestão meu empenho foi sempre pelo apaziguamento das paixões, recomendando aos meus auxiliares tolerância e respeito pelo direito de todos.
"Infelizmente, se bem que V. Exa. haja sempre apoiado minha orientação, a verdade é que fatores estranhos de certo modo anulavam as instruções do governo, a tal ponto que, em Água Preta, enquanto o sargento-comandante do destacamento cumpria as instruções recebidas, conforme me comunicou, o delegado paisano, acompanhado de praças do destacamento local, fazia cabala, ameaçava e perseguia o eleitorado.
"Como estes fatos idênticos ocorriam em Caruaru, Bonito, Panelas. Garanhuns, Quipapá, Gravatá, Cabo, Goiana, Brejo, para só falar nos pontos mais importantes.
Simultaneamente, nas vésperas do pleito, as forças de polícia foram distribuídas em pelotões pelas freguesias da Capital, indo para Caruaru cem praças, além das que já ali destacavam, cinqüenta para Taquaretinga, estando cinqüenta há muitos dias em Garanhuns.
Tais ordens, menos quanto a Garanhuns, partiram de V. Exa. que só nos participou depois, alegando que teve necessidade de adotá-las com urgência, à noite, quando me achava na vizinha cidade de Olinda, onde resido.
"O desacato feito, em Garanhuns, a dois funcionários do fisco federal. e fatos idênticos ocorridos em Escada e Pesqueira não mereceram a repressão devida.
"Por outro lado, é notório que existem em plena Capital, em várias ruas, prédios ocupados por desordeiros assalariados, armados, municiados e dispondo, o que amplamente se afirma, de dinamite. Chefia tais agitadores, que mais uma vez tem perturbado a ordem e o sossego públicos, provocando greves (e V. Exa. há de lembrar-se dos graves acontecimentos que caracterizaram a campanha contra o orçamento estadual no ano passado), o Dr. Joaquim Pimenta que, ainda anteontem, sob temor de prisão por parte do digno inspetor da Região, recolheu-se ao Quartel de

Cavalaria, onde pernoitou, estando ali cercado de vários indivíduos que notoriamente o acompanham e toda gente sabe profissionais da agitação.

"Ouvi o Dr. Pimenta e, entre outras declarações, ele me confessou que estava ligado ao senador Manoel Borba por um pacto indissolúvel.

"Ainda cumpre-me acrescentar que o Dr. Pimenta tem nos quartéis da polícia muitos adeptos, freqüenta-os livremente, intervém na administração da Força Pública, ao mesmo tempo que sua casa é freqüentada por praças e até oficiais da polícia que o ouvem e acompanham.

"Nesta situação, a que V. Exa. está sendo arrastado a contragosto, pois que faço justiça aos seus sentimentos e propósitos, é me impossível continuar na Chefatura de Polícia, onde nenhuma esperança posso nutrir de servir a ordem, evitando, por ação prudente e moderada, conflitos que já estão iniciados e tenho certos, pelos preparativos, como são do meu conhecimento.

"Agradeço a V. Exa. as demonstrações de estima e confiança com que me distinguiu, rogando que me dê substituto e sou com a expressão da minha amizade e apreço, etc."

A carta do chefe de polícia demissionário, ou demitido, constituía um libelo contra o governador interino. Este achou-se na obrigação de responder em nota oficial de 31 de maio de 1922:

"O sr. desembargador Belarmino Gondim foi tardiamente avisado de terem partido para Caruaru 50 praças – e não 100 como diz S. Sa, porque esta força seguiu às 2 horas da madrugada do dia 26 do corrente, por estar aquela cidade ameaçada por bandoleiros. Esses cangaceiros em número superior a 200 homens, foram postos em fuga por piquetes da Força Pública, nas proximidades de Caruaru, deixando no campo munições e armamentos que estão em poder da polícia.

"As únicas forças que seguiram para o interior, diante dos reiterados pedidos do Exmº sr. presidente da República, que alegava estarem funcionários federais sem garantias, foram 25 praças para Vertentes, e 22 para Bom Jardim, com a anuência do sr. desembargador ex-chefe de polícia. Se essas medidas de segurança pública não tivessem o consentimento do sr. desembargador e um fim legal, o sr. Dr. Belarmino Gondim teria pedido exoneração imediata do cargo que, com tanta satisfação, exerceu até 29 do corrente.

"O pedido de exoneração só chegou, porém, depois dos inomináveis acontecimentos de domingo para segunda-feira.

"Até às 9h30 da manhã desse dia, o sr. desembargador não havia ido à presença do governador do Estado, motivo por que foi S.Sa. procurada na chefatura por uma comissão da parte do governador, composta dos srs. deputados Bezerra Filho, Armando Gayoso e do sr. capitão D'Agostini.

"Não estando S.Sa. na Chefatura, o automóvel do Estado rumou para

Olinda, onde reside o Sr. desembargador, tendo sido intimado a parar em Santo Amaro por paisanos armados e alguns praças do Exército. Pouco antes da comissão chegar a Olinda, o sr. desembargador havia partido pela estrada que vai de Santa Teresa a Encruzilhada. O automóvel oficial seguiu por este caminho, indo encontrar o sr. desembargador em companhia de outra pessoa, parado no Salgadinho, sob pretexto de tiroteios na cidade. Insistido pelos deputados Bezerra Filho e Armando Gayoso para conferenciar com o governador do Estado, o sr. desembargador Gondim, depois de certa relutância, disse que precisava falar ao sr. deputado Estácio Coimbra, primeiramente. O automóvel do Estado acompanhou o automóvel do sr. desembargador que esteve na residência daquele deputado federal durante trinta minutos. Ao sair, o sr. desembargador confessou precisar conferenciar com o sr. comandante da Região, ao que os srs. deputados Bezerra Filho e Armando Gayoso se opuseram, fazendo ver a delicadeza da situação, porquanto até aquele momento o sr. desembargador não tinha procurado a única autoridade a quem deveria expor os acontecimentos. Depois de relutar, o sr. desembargador resolveu ir, em companhia da comissão, à presença do sr. governador do Estado, isto às 12 horas do dia 29.

"Combinadas as medidas que o momento pedia, feito o protesto junto ao sr. presidente da República, o sr. desembargador Gondim solicitou, verbalmente, exoneração às 15 horas do dia 29.

"Só ontem (30) o sr. governador do Estado recebeu a carta do sr. desembargador Belarmino Gondim publicada hoje."

REPERCUSSÃO NO RIO DE JANEIRO

Os acontecimentos do Recife repercutiram de maneira desastrosa na capital da República. No Senado, o sr. Antônio Muniz denuncia o atentado à autonomia de Pernambuco:

'. . .os últimos acontecimentos desenrolados no Estado de Pernambuco obrigam-me a quebrar o propósito em que me achava e, como federalista sincero, a vir lavrar o meu protesto enérgico contra o atentado feito à autonomia de Pernambuco, tendo como protagonista o sr. presidente da República."

Na sessão da Câmara, o sr. Souza Filho atacou os processos da Reação Republicana, rompendo com os antigos companheiros e comunicando aos seus pares a sua adesão ao bernardismo.

O Centro Pernambucano, no Largo de São Francisco, reuniu-se, extraordinariamente, para tratar do gravíssimo caso, comparecendo mais de 150 pessoas. O conde Pereira Carneiro apresentou uma carta particular, endereçada ao presidente da República, solicitando os seus bons ofícios no sentido de voltar a normalidade à capital pernambucana. Epitácio não se dignou respondê-la, pessoalmente; encarregou o secretário Agenor de Roure, que respondeu nos seguintes termos:

"Palácio do Catete – sr. presidente da República incumbe-me dizer V. Exa., em resposta sua carta de hoje, que, não podendo confiar afirmações ditadas pela paixão partidária, que nem sequer cita nomes ou fatos concretos, e se limita a acusações vagas e imprecisas, o governo federal está procurando informar-se em fontes autorizadas a respeito acontecimentos Pernambuco e, no cumprimento estrito do seu dever e com a isenção de quem nenhum interesse tem na luta partidária que ora agita o Estado, tomará as medidas necessárias à manutenção da ordem. Com este mesmo objetivo, tem já recomendado ao comandante Região maior prudência e determinado se conserve rigorosamente nos limites suas atribuições, deixando às autoridades locais inteira liberdade ação. Saudações. – Agenor de Roure, secretário."

José Mariano Filho, também presente, disse o seguinte:

"Não sou político, provavelmente não o serei nunca. Não tenho a menor ambição de conquistar nenhum cargo público em minha querida terra. Não tenho tampouco, o medo – que a tantos apavora neste momento – de perder nenhum cargo já conquistado.

"Sou apenas pernambucano, não posso deixar de sê-lo.

"Isso quer dizer que neste angustioso momento da vida política de nossa terra, penso apenas na afronta que humilha, na injustiça que a infelicita. Pernambuco soube escolher num pleito livre o homem que deverá guiar os seus destinos.

"Acima da vontade do povo pernambucano, cuja alma indomável ainda não morreu, nenhum poder se deve sobrepor. Eu não creio, eu não posso crer que essa encenação mavórtica de forças federais esteja sendo animada pelo sr. Dr. Epitácio Pessoa, porque S. Exa. deve neste momento estar dominado do mesmo espírito de revolta que ora nos anima na defesa sagrada do solo heróico que nos foi berço.

"Lavremos o nosso protesto, e esperemos que os acontecimentos restabeleçam a verdade dos fatos deturpados pelo ódio partidário. Viva o povo pernambucano."

Todos esses acontecimentos eram notificados em duas versões antagônicas: O *Diário de Pernambuco* responsabilizava o presidente da República pelas "horas de opróbrio para a República e tristeza para o Exército, de pavor e revolta para a população pernambucana."

O *Jornal do Comércio*, de propriedade dos Pessoa de Queiroz, sobrinhos de Epitácio Pessoa, acusava os descontentes de estarem agitando o País em função da luta presidencial.

O debate não ficava nas colunas da imprensa, o que seria grave mas não subversivo. São diretamente o governador do Estado e o presidente da República, em um duelo de notas oficiais emanadas do Palácio das Princesas e do Catete, responsabilizando um ou outro pela guerra de nervos que invadia todo o País.

O PRIMEIRO CINCO DE JULHO

CAPÍTULO XI

Na residência do capitão José da Silva Barbosa, o telefone tocou: "Chamam do Quartel-General". Era uma ordem para apresentar-se incontinenti. Não sabia do que se tratava. Fardou-se e às 21 horas cumpriu o chamado. Havia uma estranha agitação no Palácio da Guerra. Acontecimentos misteriosos provocaram providências enérgicas das autoridades. O marechal Hermes desaparecera do Palace Hotel, seguindo para a Vila Militar em companhia de seu filho Mário Hermes, capitão do Exército e deputado federal. Vários oficiais, suspeitos de fazerem parte da conspiração descoberta, tinham igualmente se deslocado para a Vila. Previa-se a revolta do Forte de Copacabana. Por isso o capitão José da Silva Barbosa fora convocado e devia seguir para a fortaleza, a fim de assumir o comando, usando dos meios que fossem necessários.

Não era missão agradável. O capitão Silva Barbosa, o Cascadura como o chamavam em tom pejorativo, não gozava de gerais simpatias. Em outra oportunidade depusera contra um colega, o capitão Castro Junior. O fato não causou boa impressão. Agora, mandavam-no tomar o comando de outro oficial estimado, o capitão Euclides Hermes.

Foi entender-se com o general Mena Barreto, sobre a força de que necessitavam, para o cumprimento da ordem. Deram-lhe uma Companhia. Prometeu que, se conseguisse se apoderar do comando, "mandaria presos todos os que lá se achavam, desde o comandante até o último soldado".

O general Mena Barreto aconselhou-o a pedir a ordem de transmissão do comando, por escrito. O coronel Malan D'Angrogne, encarregado de redigi-la, demorou escrevendo. Quando ia assinar, o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, resolveu chamar Bonifácio da Costa, comandante do 1º Distrito de Artilharia de Costa, em sua residência, a fim de seguir com o capitão Barbosa e empossá-lo no comando.

O Capitão Barbosa não gostou: "Era a má sorte que o perseguia, dando-lhe uma segunda missão arriscada, junto a um general tido como suspeito". Não confiava nele. Por isso a viagem, em um automóvel de praça, transcorreu sem que os dois militares trocassem uma palavra até Copacabana.

Próximo à *Mére Louise,* no fim da Av. Atlântica, encontraram a primeira sentinela avançada. Outras postavam-se, espaçadamente, até o portão principal. Reconhecendo o general, deixaram o automóvel passar. Apearam-se no interior do Forte, quando um grupo de soldados conduzia uma carreta com uma granada de 190. O capitão não se conteve: "Olhe general, não falta mais nada". O movimento de praças era intenso. Cavavam-se trincheiras, estendiam-se cercas de arame farpado. O general indagou para onde ia aquela munição. Os soldados pararam, baixaram a cabeça e nada responderam. O capitão Barbosa avistou um sargento e sugeriu que o general o interrogasse. O sargento teve o mesmo procedimento dos praças. O general perguntou, então, onde se achava o comandante, determinando que o chamassem, no que foi obedecido.

Momentos depois, apareceu o capitão Euclides Hermes, em companhia de três outros oficiais, vindo do interior do Forte. Perguntado sobre o que se estava passando, respondeu que se preparava para repelir uma afronta, pois fora avisado de que uma força de polícia ia ocupar o Forte. O general fez-lhe ver que estava mal informado e convidou-o a subir à sala de Comando. Aí, comunicou-lhe a ordem do governo para que transmitisse o posto ao capitão José da Silva Barbosa.

O capitão Euclides Hermes sugeriu ao general que a transmissão se fizesse na manhã seguinte, pedindo-lhe que consultasse o Ministério da Guerra. Bonifácio comunicou-se com o general Fontoura, justificando o pedido de Euclides com a conveniência de ser feita a transferência do Conselho de Administração regularmente. A resposta de Fontoura foi categórica: ordenasse a Euclides que transmitisse o comando a Silva Barbosa e aproveitasse o próprio automóvel de Bonifácio para recolher-se preso ao Ministério da Guerra.

Quando Bonifácio comunicou a Euclides a determinação de Fontoura, o comandante do Fort adiantou: "General, o senhor é que está preso desde esse momento. Também está preso o capitão Silva Barbosa. Vou conduzi-los ao meu gabinete". Bonifácio replicou com altivez: "Submeto-me porque estou desarmado".

Desceram todos. O general demorou-se em um alpendre, com o capitão Silva Barbosa e Euclides dirigiu-se aos oficiais que o esperavam no terraço. Nesse momento, inopinadamente, surge pela esquerda um tenente, que depois se soube chamar-se Siqueira Campos, empunhando uma pistola e acompanhado por quatro praças armados de fuzis. Apontaram as armas contra o general e o capitão Silva Barbosa, declarando o tenente Siqueira Campos: "Do Forte não sai ninguém; estão presos. Está preso, no xadrez, um tenente que veio trazer ordens para V. Exa". O general após uma pequena pausa replicou em tom calmo: "Como um oficial preso no xadrez?", respondendo o tenente Siqueira em tom bastante enérgico: "Sim senhor". O general insistiu: "Vá já soltar o oficial", ao que o tenente respondeu: "Suas ordens não serão mais cumpridas". Deu-se a pronta intervenção do capitão Euclides, enquanto o general procurava se retirar em direção ao portão de entrada, declarando em voz alta: "Querem fuzilar, fuzilem, mas na certeza de que fuzilam um general que veio cumprir ordens do governo legal".

Presto, Euclides interpôs-se entre Bonifácio e Siqueira em cujo ombro colocou a mão, afastando-o: "Volte para o seu posto no holofote, é lá o seu lugar". Siqueira obedeceu. Já corriam outros oficiais, entre os quais Delso Mendes da Fonseca. A intervenção de Euclides evitara porventura uma tragédia. Não se estimavam Bonifácio e Siqueira Campos...

Fora no carnaval de 1922, um grupo de rapazes, jovens oficiais do Forte, entre os quais Siqueira Campos, brincavam em frente ao Hotel Avenida, meio fantasiados, com os paletós vestidos pelo avesso. Na Galeria Cruzeiro era comum postarem-se transeuntes que preferiam assistir a alegria dos outros. Um deles era o general Bonifácio da Costa, comandante do Distrito de Artilharia. Estava à paisana. Mas todos os seus comandados o conheciam. Quando o grupo se defrontou com o general, Siqueira Campos caminhou até ele e, sem-cerimoniosamente, deu-lhe uma palmada na barriga. Bonifácio não gostou. Dias depois relatava, em caráter particular, o fato ao comandante do Forte dizendo que Siqueira Campos estava embriagado. O comandante procurou tirar-lhe a impressão. Siqueira Campos não bebia. Devia estar animado pelos folguedos mas sem intenção injuriosa. O fato é que Bonifácio marcou Siqueira Campos. Tempos depois, em um exercício de tiro, deixou manifesta essa má vontade, a ponto de Siqueira Campos ter pretendido interromper a instrução. Também ele, sabedor da acusação, não perdoava Bonifácio a injúria de ter suposto que ele estava embriagado. O encontro no Forte poderia ter tido conseqüências mais graves.

Euclides conduziu Bonifácio para o seu gabinete onde mandou armar uma cama providenciando uma refeição. Designou o tenente Leopoldo Neri da Fonseca para ficar às suas ordens. Silva Barbosa teve o Forte como menagem.

Sobre a mesa de comando havia a carta cadastral da cidade, excelente trabalho de Jaguaribe de Matos. Nela, instrumentos a mão, Euclides calculava um tiro. Bonifácio aproximou-se: "Onde vai atirar?" Euclides informou: "Sobre o Imbuí, que nos está hostilizando".

Bonifácio era um velho amigo do marechal Hermes. Conhecera Euclides menino, freqüentando a sua casa. O comandante do Forte lembrara essas reminiscências, quando de sua chegada, tentando atraí-lo para a causa que reputava de desagravo da honra do Exército. Bonifácio não cedeu. Agora era a sua vez de pedir: "Deixei minha mulher no Forte do Imbuí . . ." Euclides foi generoso: "Se D. Sara está no Imbuí, vou atirar sobre o batalhão naval". Desviou a régua do alvo primitivo. Bonifácio voltou a falar: "Poderia mandar uma carta para minha mulher, aconselhando-a a que se retirasse do Forte?" A carta foi escrita e entregue aberta a Euclides que fechou a sobrecarta sem a ler. Chamou um soldado de sua confiança por nome Parras, que teve a incumbência de levar a missiva. Foi Siqueira Campos que deu o dinheiro da passagem.

A detenção do general Bonifácio é descrita, com variações, nos diversos depoimentos. O então capitão Leopoldo Neri da Fonseca, que aderiu à guarnição do Forte, a convite de seu colega Euclides, figurou no incidente, com destaque. Enquanto se desenrolavam as fases referidas do entendimento de Bonifácio e Euclides, Neri foi procurado por um sargento que lhe disse: "Capitão, o comandante está em dificuldades porque o general Bonifácio meteu os pés nos sacos de areia do portão, entrou sem que a guarda pudesse fazer nada".

Imediatamente saiu acompanhado do sargento, e, chegando perto da entrada, viu o general parado em frente à porta do prédio da administração, na qual, frente a ele, estava Hermes, havendo entre os dois uma conversa muito áspera. Afastados cerca de 50 metros, aguardavam o capitão Barbosa e o tenente Guedes.

Neri considerou que Hermes estava numa situação de não poder se mover. Tomando uma decisão mandou que o sargento chamasse Siqueira Campos que estava de guarda no holofote, no alto da colina, cujo acesso ficava bem em frente ao local em que se achava. Siqueira desceu precipitadamente indagando o que acontecera. Neri fez-lhe ver que Euclides estava ao alcance de três atiradores. Propôs-lhe ficar junto à sentinela enquanto ele resolvia a questão. Dirigindo-se aos dois oficiais, Barbosa e Guedes, com dois revólveres apontados, um para cada um, prendeu-os mandando o sargento desarmá-los e levá-los para o interior do Forte. Livre dos dois oficiais, dirigiu-se para o local onde se achavam Bonifácio e Euclides e, de surpresa, tocando com o cano do revólver nas costas de Bonifácio disse: "O general está preso, queira acompanhar-me".

A chegada de Siqueira com duas praças armadas de mosquetão *Mauser* consolidou a situação. O general foi levado para o interior do

Forte. Em dado momento, dirigiu-se a Neri: "Capitão, a minha carreira está terminada". O capitão indagou: "Por quê?" Neri externou sua opinião: "O general tem razão. Em certas circunstâncias o oficial tem que escolher entre a morte e o amparo da família".

Depois do 5 de julho, o general Bonifácio pediu reforma.

"NÃO SAIREI SENÃO MORTO"

Às 22 horas e 30 minutos o capitão Libânio da Cunha Matos recebeu ordens de preparar a sua Companhia, seguir o general Bonifácio e ocupar o Forte de Copacabana. Deslocou-se do quartel do 3º R.I. indo tomar posição em um terreno devoluto, próximo à *Mére Louise*. Deixou o comandante com o 1º tenente Álvaro Barbosa Lima dirigindo-se ao Forte para tentar contato com o general. Ia com ele o tenente Manoel Joaquim Guedes, o mesmo que estivera preso no Forte, obtendo permissão de sair sob palavra de honra, com o compromisso de voltar. Cunha Matos era amigo e camarada de Euclides, confiando que a dupla condição ensejasse um entendimento capaz de demover o chefe rebelde. Conseguiu entrar no Forte e apresentar-se ao general. Mas esse, na presença dos oficiais revoltosos, deu-lhe uma estranha ordem: "Regresse com a sua Companhia ao quartel, apresente-se ao seu comandante e diga que eu resolverei esse caso com o prestígio que aqui tenho".

Considerando as circunstâncias, Cunha Matos deliberou interpretar e cumprir a ordem com iniciativa e inteligência maior possível.

A Companhia ficara acantonada, sob o comando do tenente Álvaro Barbosa Lima. Como o comandante demorasse, resolveu ele ir, por sua vez, ao Forte saber o que se passava. Deixou o comando ao sargento Acácio e seguiu com o tenente Mário Tamarindo Carpenter, que quis acompanhá-lo. Ao se aproximarem foram aprisionados por uma patrulha, comandada pelo tenente Eduardo Gomes, e conduzidos para dentro da praça de guerra. Eduardo Gomes fez-lhes saber que o Forte estava revoltado e o fim da revolta era depor o governo. Se fossem vencidos, fariam voar o Forte com a sua guarnição dentro. Para esse fim, achava-se o terreno completamente minado. Mário Carpenter revelou sua intenção: "Barbosa, eu adiro". O companheiro, surpreso, tentou detê-lo: "Carpenter, eu não adiro, porque não posso trair meu capitão e não estou de acordo com esse movimento". Nada mais continha Carpenter. Sacou da pistola: "Vamos desarmar a Companhia e, se me prenderes, Barbosa, eu te mato".

Barbosa imaginou, rapidamente, o plano de fingir aceitar a proposta, voltar para junto da Companhia e prender Carpenter. Mas Eduardo Gomes interveio. Não consentiu que Carpenter saísse e intimou Barbosa: "O senhor não adere, mas fica preso". A chegada de um automóvel desviou a atenção da patrulha, ocupada em cercar o veículo. Barbosa Lima

aproveitou o incidente para evadir-se. Antes abraçou Carpenter. Não sabia que seria a última vez: "Eu vou fugir e, se me matares, tu mesmo és testemunha de que não aderi, lavrando o meu protesto". Correu até o muro próximo que galgou, tomando direção contrária ao local onde deixara sua Companhia. Mais adiante, constatando que não era seguido, retrocedeu e reuniu-se aos seus soldados.

Carpenter permaneceu no Forte. O Capitão Cunha Matos surpreendeu-se com a sua presença. Ele declarou-lhe não mais sair dali senão morto, pedindo-lhe que desse notícias dele a seus pais.

Conseguindo alcançar a sua tropa, o capitão Cunha Matos não regressou ao quartel como mandara o general. Afastando-se das imediações do Forte, que sabia minado pelo exterior, foi ocupar a passagem do Túnel Novo. Depois, encontrando o major Cunha Pita, da Casa Militar da Presidência da República, a ele tudo relatou. A 3ª Companhia, sob o comando do tenente Lago, já se achava na Rua Barata Ribeiro. Pouco depois, o capitão Cunha Matos recebia ordens diretas do Comando do Regimento com destino ao Túnel Velho, devendo ocupá-lo.

No Forte do Vigia, o 1º tenente Fernando Bruce, o 2º tenente-intendente Rubens de Azeredo Guimarães e o aspirante Rômulo Fabrizzi procuraram o comandante, capitão Maximiliano Fernandes da Silva a quem comunicaram a resolução que haviam tomado de solidarizar-se com a revolta. Disseram-lhe que o movimento era geral e o marechal Hermes tinha 10.000 homens à sua disposição, contando com o apoio da Marinha para depor o governo. O capitão Maximiliano não conseguiu retê-los. Saíram levando 54 homens e 2 automóveis carregados de munição. Ocuparam um bonde da *Ligth & Power*, linha do Leme, cujo motorneiro foi compelido pelo aspirante Fabrizzi a levar a tropa, com luzes apagadas e cortinas abaixadas.

A NOITE DA ESPERANÇA

O movimento estava combinado para 1 hora da madrugada. A visita inesperada do general Bonifácio, querendo substituir o comandante, precipitou a revolta. As silhuetas pontuadas dos canhões moveram-se sombrias. Por quatro vezes estremeceram as bases, vomitando granadas. A cidade despertou assustada aos tiros do Forte de Copacabana.

O primeiro disparo, dirigido para a Ilha de Cotunduba, anunciou a explosão da revolta. O segundo projétil seguiu na mesma direção. O terceiro visou a rocha da base do Forte do Vigia e o quarto foi dirigido contra o 3º R.I. Os três primeiros destinavam-se a alertar a população, para obrigá-la a afastar-se da praia, equivalendo o quarto a um protesto.

Amanheceu o dia 5. As fortalezas, alertadas pelos disparos de canhão de grosso calibre, apesar de empregarem todos os meios ao seu alcance, não tinham informações oficiais do que se passava. Só às 12 horas e 20 mi-

nutos o comandante do setor Oeste, tenente-coronel Armando de Oliveira, radiografou ao tenente-coronel Leopoldo Belém Aloys Scherer para que se dirigisse à Fortaleza de Santa Cruz, a fim de receber ordens do presidente da República. Ali, ouviu o coronel Scherer a narração do levante da Escola Militar de Realengo e do Forte de Copacabana e da tentativa de rebelião na Vila Militar. Teve ordens de preparar a força sob seu comando e as dos Fortes de São Luiz e Imbuí, 5ª e 6ª baterias isoladas para atacar o Forte. Às 13 horas veio a Santa Cruz o capitão Bentes Monteiro, comunicando que os Fortes deviam operar numa ação conjunta com os navios da Marinha e os hidroaviões.

No pátio interno do Forte os oficiais e os praças formaram ao amanhecer, cantando o *Hino da Bateria.* A alvorada deveria trazer o dia luminoso e a notícia da vitória de movimentos semelhantes nas outras praças de guerra. Os cadetes de Realengo e os oficiais da Vila Militar teriam aprisionado seus respectivos comandantes, o general Monteiro de Barros e o coronel Nestor Sezefredo dos Passos. O marechal Hermes aguardava na casa modesta do tenente de Artilharia Eugenio Augusto Terral, em Deodoro, os moços da Escola Militar e a guarnição da Vila que viriam colocar-se sob o seu comando, para a marcha vitoriosa até o Catete.

Os revoltosos ocuparam o dia melhorando "a defesa da parte externa, afastando mais as patrulhas e mantendo-as nos morros próximos de modo a conservar o mais possível o estoque de que dispunham".

"Foi somente pela leitura dos jornais, na manhã do dia 5, que tive conhecimento da revolta do Forte de Copacabana. Imediatamente tomei meu automóvel e segui para Copacabana. Em caminho encontrei o capitão Álvaro Conrado de Niemeyer, que tomou lugar no meu carro. Na boca do Túnel Novo estava uma força do 3º R.I., sob o comando do major Pedro Cavalcanti de Albuquerque; daí fomos até as proximidades do Forte, sem encontrar força alguma. Na esquina da Av. Atlântica com a rua Joaquim Nabuco encontramos a primeira sentinela avançada da guarnição revoltada. Estava no seu posto desde a véspera e não soube dizer o que se passava. Na outra esquina, com a rua de Copacabana, deparamos com três sentinelas que nos *convidaram* para ir ao Forte. Notando, porém, intenções ocultas nessas sentinelas, resolvi retroceder imediatamente e procurar as autoridades para oferecer meus serviços, como perfeito conhecedor daquele Forte, por ter sido chefe do Estado-Maior do 1º Distrito de Artilharia de Costa, desde a sua fundação até junho de 1919".

Eram 9 horas da manhã. Nomeado para o comando da força de ataque, Nepomuceno designou o capitão Niemeyer para chefe de seu Estado-Maior. Lembrou-se do Forte do Vigia, que não tendo aparelhos de pontaria poderia, com o auxílio de níveis e para o caso de um alvo fixo, atirar sobre Copacabana. Requisitou o general Albuquerque Souza,

diretor do M.B., ordem para que o paiol do Matoso entregasse 50 cargas de arrebentamento e do Corpo de Bombeiros um autocaminhão para o 3º sargento Manoel Ramos Bezerra conduzir os projéteis que estavam na base da montanha do Leme. A força comandada pelo major Pedro Cavalcanti já estava no Túnel Novo. O 1º tenente François e cerca de 20 praças da 2ª B.I.A.C. seguiram para o Vigia, a fim de guarnecer os obuses de 280mm, sob o comando do capitão Maximiliano Fernandes da Silva.

A 1ª ordem de operações foi recebida pouco depois das 15 horas:

"1º) Fica organizado um destacamento composto de 1 esquadrão de cavalaria; 1 batalhão do 3º R.I. e mais 2 companhias; 1 B.C., 1 B.M. e 1 bateria de Marinha. 2º) Comanda o destacamento o coronel João Nepomuceno da Costa. 3º) O ataque deverá se iniciar tão cedo quanto possível. Em todo o caso antes de cair a noite impreterivelmente. 4º) *Dispositivo de Ataque:* o grosso do batalhão do 3º R.I., que já se acha na região dos túneis até o morro de Cantagalo fixará o inimigo. As outras desdobrarão a resistência pelo lado de Ipanema e também pela praia de Copacabana, de maneira a cortar, se possível, as comunicações entre as tropas do Forte e o próprio forte. 5º) A artilharia será colocada nas regiões dos túneis, pronta a atirar sobre o inimigo. 6º) A cavalaria à disposição para o emprego que for necessário. 7º) Deverão ser cortadas imediatamente as comunicações telefônicas e os abastecimentos de água e luz. Assinado – general Fontoura, comandante da 1ª Divisão".

O esquadrão de cavalaria sob o comando do capitão Raimundo de Sampaio deslocou-se da Rua São Manoel para as imediações do morro de Cantagalo, mantendo a vigilância da praia do Leblon. A artilharia de montanha só chegou às 20 horas e a de obuses às 21 horas e 30 minutos e foram tomar posição, respectivamente, na Vila Rica e na garganta do Leme. Uma companhia do 3º R.I. do capitão Floriano seguiu, também, para o morro de Cantagalo. Outra companhia, do capitão Enéias Brasil, guarneceu o Forte do vigia. As outras forças ficaram no túnel. A infantaria primeiro, e, mais tarde, artilharia e cavalaria marcharam encobertas. O 1º posto do comando, estabelecido eventualmente no quartel do Vigia, foi transferido para o Túnel Novo. No morro do Vigia instalou-se o 1º posto de observação, que estabelecia as comunicações com os navios da esquadra sob a responsabilidade do 1º tenente de infantaria Antônio Tomé Rodrigues.

Em uma casa da Rua Toneleros, posição elevada, funcionava um posto de observação para os tiros de artilharia, para o qual foi encarregado o capitão Eurico Gaspar Dutra, aluno da Escola do Estado-Maior. Os capitães de cavalaria Firmo Freire do Nascimento e Artur Emílio Vilaça Guimarães ficaram, o primeiro, no Forte do Vigia, e o outro, no Túnel Novo. Foram estendidas comunicações telefônicas com o Q.G., posteriormente transferidas para o quartel do Corpo de Bombeiros da praça

da República e, depois para o quartel da mesma corporação, no Largo do Humaitá. Havia, ainda, ligações com o posto do major Castro e Silva, na Ligth e, com o Catete, onde estava o chefe da Casa Militar, o general Hastínfilo de Moura.

Disposta a F.A. o coronel Nepomuceno mandou parlamentar com os sediciosos. A primeira intimação, ainda enviada do P.C. do Vigia, foi levada pelo soldado Graça, em uma baratinha de propriedade do coronel. Atendendo à elevada patente do general Bonifácio e à sua função de comandante de artilharia de Costa, dirigiu, por intermédio dele, a intimação aos revoltosos. Sua amizade pessoal ao comandante Euclides parecia tornar mais fácil o atendimento. Estava assim redigida:

"P.C. do Destacamento das Forças de Ataque – Rio, 5 de julho de 1922 – Exmº Sr. General Bonifácio da Costa. Saudações.

Comunico-vos que a Escola Militar e o 15º Regimento de Cavalaria que se tinham revoltado, já se renderam. O Forte de Copacabana é a única unidade que falta se entregar. Espero que a 1ª bateria se renda imediatamente, para evitar maiores males pelo intenso ataque que serei forçado a levar. Peço levar o conteúdo deste ao conhecimento dos oficiais da bateria. (a)*coronel Nepomuceno da Costa* – comandante das Forças de Ataque."

Em conseqüência desta intimação, compareceu ao P.C. já transferido para o Túnel Novo, o capitão Renato Pinto Aleixo pleiteando um armistício, ao tempo que o Forte hasteava a bandeira branca. O coronel Nepomuceno ouviu dele que "só obedeceriam ao marechal Hermes, que era desse chefe a orientação que seguiam e só no caso extremo de não chegar um comunicado é que prosseguiriam, por deliberação própria". Propôs-lhe esse parlamentar as seguintes condições: 1º) O Forte não atiraria mais sobre a cidade; 2º) As forças legais não passariam da praça Serzedelo Correia. O entendimento, todavia, não foi aprovado pelo governo.

O IMPACTO SOBRE O QUARTEL-GENERAL

O Ministério da Guerra tinha ciência das possibilidades de tiro de copacabana. O general Tasso Fragoso conhecia, de modo especial, os cálculos dos artilheiros da 1ª Bateria Isolada. O governo não receava o bombardeio da cidade.

Haviam se enganado, porém, os responsáveis pela informação. Nos preparativos para o movimento, Siqueira Campos, João Carlos Barreto, Delso Mendes da Fonseca, Silvino Elvídio Bezerra Cavalcanti, Tales Vilas Boas, Fernando Bruce e outros tinham conseguido estabelecer novas tabelas, reduzindo a carga, modificando os ângulos de tiro pela redução da carga de projeção.

Silvino consultou o professor de Balística da Escola, Xavier de Oliveira, o Formiguinha, sem dizer, evidentemente, o objetivo dos novos cálculos.

Xavier de Oliveira examinou o trabalho e, tão entusiasmado ficou que, em aula, fez referência aos seus antigos alunos interessados em estudo de balística. Uma prancheta organizada sobre a planta da cidade, com o cálculo dos disparos a fazer, possibilitou o imprevisto, levando a morte e a surpresa ao Q.G.

O tenente Delso Mendes da Fonseca tomava conta da cúpula do 190. Foi ele quem fez o primeiro disparo. A emoção do jovem artilheiro de 23 anos foi tamanha que esqueceu de fechar o alçapão da torre. Com a deflagração, seu gorro voou para fora. Nunca mais o encontrou. Os preparativos e a vigília haviam cansado o jovem combatente. Foi repousar um pouco. Seus companheiros, Silvino Elvídio e Euclides aprestaram o canhão. Euclides fez os cálculos, cuidadosamente. Pretendia atingir o Q.G. exatamente na ala esquerda, para que o projétil caísse na sala e inutilizasse a mesa onde fora escrita a prisão do marechal. Tudo pronto, o soldado devia *frenar* a arma, enquanto o comandante pressionava o detonador elétrico. O tiro partiu. Alcançou porém, os fundos da Ligth. Deve ter sido aquele que vitimou, na casa número 216, da Rua Barão de São Felix, Maria da Graça Monteiro, de 24 anos, seu filho Manoel, de 2 anos e o empregado daquela Companhia, Alberto Alvares Gomes, soterrado sobre os escombros.

O telefone chamou. Era o próprio Calógeras que protestava contra o bombardeio. E dava, sem notar, a indicação precisa do ponto alcançado. Euclides constatou o desvio. O canhão não fora freado, deslizara, dando o engano. Foi feita a retificação. Desta vez, firme em seu freio, disparou a bala que abateu parte da ala esquerda do Palácio da Guerra. Mais dois impactos, seguidamente, levaram ao pânico, caindo no pátio e na extremidade oposta. O pavilhão do D.P. teve seus mortos: o 1º sargento Pedro Cirilo dos Santos e os soldados Francisco de Assis e João Irineu. Ficou ferido o 1º sargento, auxiliar de escrita, José Gonçalves Pinheiro Filho.

A precisão, os estragos causados e o número de vítimas, alarmaram as autoridades, abaladas em sua confiança. O Q.G. foi mudado às pressas para o quartel do Corpo de Bombeiros, na outra face do Campo de Santana. Ainda aí não se sentiram em segurança. Transferiram-se para outro quartel de bombeiros, no Largo de Humaitá. Conseguindo atirar por cima das montanhas, os artilheiros de Copacabana tinham a cidade à sua mercê.

A artilharia legalista aprestava-se com uma lentidão digna de reparo. As partes de combate registram os detalhes técnicos e as ocorrências outras do duelo das fortalezas. A 1ª bateria, comandada pelo capitão Aristides Paes de Sousa, atirou com um "único canhão que podia ser utilizado". A 2ª bateria bombardeou o Forte com o canhão C Krupp 150 e C 40 TR nº 154. A 5ª bateria, sediada no Forte de São Luís, sob as ordens do capitão Zeno Estilac Leal, não assinala nenhum disparo; registra a pri-

são de 2 oficiais revolucionários: "às 18:10 horas foi-lhe determinado que efetuasse a prisão do capitão Euclides Loretti Ferreira, que tinha a missão de se apoderar dos Fortes de São Luís e Imbuí. Às 2:10 horas, quando se dirigiam para o ponto visado, à frente de um grupo de civis, o capitão Loretti e o tenente Lobo foram presos e recolhidos à fortaleza de Santa Cruz. O comandante do Forte de Imbuí, capitão Manoel Augusto dos Santos, informou que 'a caldeira necessitava de três a quatro horas para fornecer uma pressão capaz de fazer funcionar os aparelhos hidráulicos que movimentam aqueles canhões' e somente às 18:30 horas poderia iniciar o fogo com eles, quando a ordem era tomar parte no ataque às 15:35 horas.

Às 16 horas foi dado o sinal de *fogo*, aberto incontinenti pelas fortalezas legalistas e respondido por Copacabana. Quando a noite desceu, outra vez, sobre o mar e as fortalezas, não dispondo de holofotes, foi dado o sinal de *cessar fogo*. Copacabana também silenciou.

"ORDENO A RENDIÇÃO!"

Ainda no dia 5, depois da partida do capitão Renato Pinto Aleixo, o coronel Nepomuceno Costa intimou, novamente, os revoltosos. A segunda intimação foi levada pelo soldado Pedro, seu motorista, que ficou detido por algumas horas no Forte. Aberta e lida, foi devolvida horas depois, por um civil, que trouxe um cartão, assinado pelo tenente Rubens, para o tenente Adalberto. Estava assim redigida:

"P.C. do Destacamento das Forças de Ataque. Rio de Janeiro, 5-7-1922 – às 19 horas – sr. capitão Euclides Hermes da Fonseca.

"Comunico-vos de ordem do governo da República que não é possível conceder aos elementos do Exército Nacional que se encontram revoltados no Forte de Copacabana, e sob vosso comando, o armistício que foi solicitado por intermédio do capitão Renato Aleixo. Deveis por conseqüência ordenar a rendição deste Forte, sob pena de ser o mesmo atacado por terra e mar, os seus defensores sujeitos às severas penas da Lei.

"Fica por essa comunicação sem efeito a combinação anteriormente feita. (a) *Coronel Nepomuceno da Costa*, comandante das Forças de que."

Os defensores preveniram-se. Havia necessidade de funcionamento do holofote, nessa noite, em que estava sob a ameaça do bombardeio também da divisão naval, com o *São Paulo*, o *Minas* e o *Paraná*. Siqueira Campos dirigiu-se ao alto da colina, em que se encontrava instalado aquele dispositivo luminoso, acompanhado dos tenentes Eduardo Gomes e Newton Prado e alguns praças, todos resolvidos a fazer funcionar o engenho, o que foi conseguido, com algum trabalho. Não foi usado, porém, para o exterior, visto não haver recebido ordem nesse sentido.

O anel de ferro e fogo ia se fechando... Às 11 horas da noite, mar-

chando com as devidas cautelas pela Rua Barata Ribeiro, a tropa legalista avançou até à Rua Hilário de Gouveia e Rua Barroso, alcançando a Praça Serzedelo Correia e estabelecendo uma patrulha de flanqueamento pela praia. O P.C. deslocou-se para o 30º distrito policial, à Rua Hilário de Gouveia.

O dispositivo de ataque determinava que o grosso do batalhão do 3º R.I. avançasse até o morro do Cantagalo, fixando o inimigo, enquanto as outras forças desdobrariam a resistência pelo lado de Ipanema e, também, pela praia de Copacabana a cortar, se possível, as comunicações entre as tropas do Forte e o próprio Forte. A artilharia, colocada na região dos túneis, estava pronta a atirar. A ordem era de serem cortadas, imediatamente, as comunicações telefônicas e os abastecimentos de água e luz. Estas instruções eram assinadas pelo chefe do E.M., major Araripe e pelo comandante da 1ª Divisão, general Fontoura e datadas do Q.G. do Corpo de Bombeiros.

SOB O FOGO DA MARINHA

Na manhã do dia 6, o capitão Eurico Gaspar Dutra assinalou uma divisão naval, composta pelos couraçados *São Paulo e Minas* e o destróier *Paraná*. Viu quando o *São Paulo,* depois de algumas manobras, rompeu fogo contra o Forte, abrindo brechas na couraça. A parte de combate registra o bombardeio pela Armada:

"Transpôs a barra uma divisão naval, composta pelos couraçados *São Paulo e Minas* e o destróier *Paraná;* aquele, depois de algumas manobras, rompeu fogo contra o Forte sublevado, enquanto o *Minas* regressava para o interior da baía. Pouco depois foi observado o primeiro sinal no Vigia, letra *P* do Código Internacional, sinal convencionado do *cessar fogo.*

"Regozijávamo-nos já com o termo da sedição quando de novo volta ao mastro convencionado, e pela primeira vez, a bandeira encarnada (letra *b)* sinal de *fogo!*

"A postos e em *ação* voltaram rapidamente as nossas guarnições na expectativa de prosseguimento do combate.

"Cerca de 15 horas entraram os dois couraçados sendo que o *Minas* também havia, tempo antes, saído novamente, parmanecendo ainda no mastro semafórico do Vigia a bandeira encarnada. Foi nessa ocasião que expedi a V. Exa. um radiograma comunicando que os navios de guerra entravam para o Forte.

"Nesse mesmo despacho solicitei ordens que aguardei até as 17:15 horas quando recebi comunicação de V. Exa. de que o Forte de Copacabana se havia rendido."

A parte de combate não pode narrar o que se passava no Forte. Quando o *São Paulo* se deslocou, seu comandante cometeu grave impru-

dência. Fundeou o navio, perto da ilha de Cotunduba, oferecendo alvo fixo à fortaleza. Euclides mandou que Siqueira o alvejasse. Era seu melhor artilheiro e dono de notável pontaria. Ninguém o excedia no tiro ao alvo. Comumente, Euclides apresentava um alvo reduzido, uma tampa de lata pequena, que Siqueira perfurava sem hesitação. No combate com o *São Paulo* ele deu um único tiro, deixando de lado os paióis, que poderiam explodir, para visar o convés e a torre de comando. Euclides viajara longamente no seu irmão gêmeo, o *Minas*, e conhecia bem as instalações do vaso de guerra. Siqueira precisou o tiro e fez o *São Paulo* largar as amarras e rumar para o fundo da baía. Mais tarde, no inquérito, o depoimento dos revoltosos causaria o afastamento do comandante, transferido para uma base naval em Santa Catarina.

Continua Euclides Hermes no seu depoimento:

"A situação não comportava considerações melancólicas. Cerrei os portões de aço do quartel de combate. Reuni-me com os tenentes Siqueira Campos, Mário Carpenter, Newton Prado e Eduardo Gomes, e, com os mesmos assentei os novos rumos. Reservei a cúpula dos canhões de 305mm, que seria facilmente manejada com o auxílio da pressão hidráulica, necessitando apenas de poucos homens; o tenente Siqueira Campos na cúpula de 190mm com os tenentes Carpenter e Newton Prado e 16 praças, e o tenente Eduardo Gomes, na torre dos canhões de 75mm, dominando o acesso ao quartel. Iniciara o meu trabalho dispondo uma alça para os lados da Vila Militar, tendo voltado naquele rumo a cúpula, quando o tenente Siqueira Campos me cientificou da presença da Esquadra, que transpunha a barra. Eram os couraçados *São Paulo e Minas Gerais* e um destróier, com a flâmula de contra-almirante, que rumavam para sul, com posição de combate. O *São Paulo*, deixando dois terços de frente, postou-se próximo à Cotunduba, tendo a seu bombordo o *Minas Gerais*. O aparecimento das unidades navais e sua colocação exigiam imediato desvio da minha primeira posição. Cuidei de agir. Estando os canhões com o máximo de elevação, 20º, visando a distância de 23.300 metros, tive de baixá-los a 0º. A manobra das peças ia revelar, contudo, fatos extraordinários. A pressão hidráulica assinalava defeito. O motor *Diesel* falhava; e, nessa altura, sem lubrificante, estavam com o seus copos arrancados e inutilizados. – "Quem fez isto?" perguntei. – "Não sei, senhor comandante!" respondeu pálido o eletricista. Alguém na confusão da retirada, inutilizara o motor, deixando-nos sem pressão hidráulica, sem luz e sem ventilação nos paióis.

"Desse modo – continua o comandante do Forte de Copacabana – reduzidos a dois canhões de 190mm e um 75, recebemos, inertes, como simples espectadores, as violentas bordadas das peças de 305 do *São Paulo*, cujos movimentos acompanhávamos, como a um belo espetáculo militar. Precedendo as observações cabíveis no caso, constatei que o *São*

Paulo estava além das alças de 6.500 a 7.000 metros. Ora, todo aquele que conhece o material de artilharia do Forte, sabe que os canhões de 305 atiram um projétil igual a 445kg, com a velocidade inicial de 817 metros, carga de projeção de 140kg, que imprime a esse projétil energia bastante, capaz de, a 4.550 metros, atravessar uma chapa de aço-níquel Krupp de 525mm. O couraçado *São Paulo,* que na sua maior espessura (305mm), seria perfurado em impacto à distância de 14.000 metros foi posto a apenas 7.000 dos meus canhões."

"A SITUAÇÃO ERA QUASE DE PÂNICO"

"Na manhã de seis, o depoente recebeu um chamado telefônico para ir ao forte couraçado, transmitido pelo tenente Newton que tinha descido durante a noite, deixando o depoente só com o tenente Eduardo Gomes. O depoente retirou-se com os que estavam sob suas ordens deixando apenas três sentinelas que só poderiam mais tarde recolher-se ao Forte caso fossem atacados por terra, passando por dentro d'água. A situação que o depoente encontrou no Forte era quase de pânico, pois ante a certeza que o Forte de Copacabana estava isolado, só no movimento, como garantira, com a sua palavra, o Sr. ministro da Guerra e, ante a garantia de vida que se prometia aos revoltosos (tudo por meio do telefone), os camaradas estavam resolvidos a abandonar o Forte. O depoente tentou dissuadi-los desse propósito; com alguns não pôde falar porque já se haviam retirado. O depoente nada conseguiu. Por volta de sete horas só se encontravam no Forte o comandante Euclides Hermes, o depoente, os tenentes Eduardo Gomes e Newton Prado e Mário Carpenter, dois sargentos-eletricistas, um cabo-artilheiro, algumas praças e quatro civis, perfazendo um total de 28 pessoas. Todas elas estavam resolvidas a não se entregar em hipótese nenhuma. A essa hora começou o bombardeio do Forte, tendo o depoente com os tenentes Newton e Carpenter e uns 5 praças ido guarnecer a cúpula do 190mm. Atiraram com ela contra o QG, contra a ilha das Cobras, contra a 2ª bateria e contra o Palácio do Catete. Os dirigidos ao Palácio do Catete encristaram, conforme observou o depoente; o erro proveio de não ter o depoente consigo, na ocasião, a tabela para carga reduzida, que o depoente havia calculado. Preparava-se para atirar contra Santa Cruz, quando recebeu um chamado do capitão Hermes que procurava sozinho fazer funcionar a cúpula de 305mm. O capitão perguntou-lhe se estava atirando contra a cidade, ao que ele respondeu que só o estava fazendo contra pontos determinados. O capitão insistiu para que a cidade fosse poupada. Nessa hora o capitão Hermes foi chamado ao telefone pelo ministro da Guerra, que pedia cessassem o fogo porque o Forte estava só e, assim sendo, deviam eles desistir daquele sacrifício inútil. Então combinaram com o ministro parar o fogo sob condição que mais tarde assentariam com o major Egi-

dio de Castro Silva, oficial que o ministro prometera mandar ao Forte para esse fim levando em sua companhia o tenente Pacheco Chaves. Em vista disso o comandante determinou cessasse todo o movimento do Forte, inclusive as usinas. O depoente saiu para o exterior a fim de ver o que havia; estava fora quando um hidroavião atirou uma bomba que caiu a cinco metros da muralha dentro d'água. Retirou-se para o Forte, tendo ficado aguardando, perto do portão, o parlamentar do ministro, o tenente Newton Prado. Algum tempo depois avizinhou-se outro avião(*Briguet* de bombardeio) e lançou outra bomba que tocou em terra atrás do forte couraçado e do lado do mar. Poucos momentos depois, chegou correndo o tenente Newton ,e contou que vinha com o parlamentar do ministro para dentro do Corpo da Guarda quando, ao defrontar o Cassino dos Oficiais, caiu a segunda bomba. Referiu o tenente Prado que vendo a queda da bomba, ato contrário ao combinado, disse ao major Castro e Silva: "como vê só nos resta agora atirar até o fim". Avançou então o tenente Chaves e depois de lutar algum tempo com o tenente Newton Prado, lançou-o dentro d'água sobre as pedras. Nessa altura os oficiais se reuniram e decidiram continuar no primitivo propósito mas lembrando-se que, dos oficiais presentes era o comandante o único que tinha família, resolveram induzi-lo a ir parlamentar com o governo, levando condições que eles sabiam de antemão serem inaceitáveis. Esse ato dos oficiais restantes para com o capitão Euclides Hermes era ditado por um sentimento de gratidão para com o chefe que sempre lhes dera as maiores provas de amizade e que naquela hora demonstrava rara coragem. O comandante partiu tendo antes entregado o comando do Forte ao depoente".

O depoimento de Siqueira Campos, sucinto e preciso, não revela, contudo, certos acontecimentos. Porque não foi igual a reação de todos os combatentes à comunicação de Calógeras, recebida por Euclides, de que o Forte ficara sozinho. Houve uma reunião de oficiais para deliberar. Um grupo, liderado por Siqueira e Eduardo votou pela resistência e outro, dava por encerrada a sua missão na fortaleza isolada. Euclides aconselhou-os a partirem, podendo alcançar a Barra da Tijuca e mesmo a Vila Militar: "Quem for arrimo de família que saia." Um grupo numeroso aprestou-se para sair. Havia, ainda conveniência em reduzir a guarnição, dispensando inclusive elementos de outras unidades que haviam aderido, para prolongar a manutenção. O Forte teria provisões para resistir uma semana. Euclides, pessoalmente, os conduziu até fora do Forte. Mesmo alguns que tinham votado pela permanência retiraram-se então. No diário de um deles, o historiador encontraria, mais tarde, ao pesquisar documentos, estas linhas amargas:

"A resolução que deu em resultado *Os 18 do Forte* foi tomada muito mais tarde.

....

"Dos que se retiraram fui eu o último que transpus o portão do Forte, e só o fiz convencido de que lá tudo estava terminado e na esperança de poder conseguir alguma coisa em São Paulo.

....

"Na cidade tive notícias vagas da resistência do Forte e do sublime epílogo daquele punhado de bravos que lá deixei. Foi então que senti, com violência, o remorso de ter-me retirado de lá. Havia de parecer aos outros que eu fugira à luta."

*

Dei a palavra ao próprio comandante do Forte, o então capitão Euclides Hermes da Fonseca:

"Às 4 horas da manhã de 6, chamou-me ao telefone o Pandiá Calógeras, ministro da Guerra. Não pretendia ouvi-lo naquela conjuntura, quando afrontava, a ferro e a fogo, a sua autoridade. Assim pensando, fiz que tomasse o meu lugar o capitão João Carlos Barreto. Depois dessa entrevista ficamos inteirados do nosso isolamento. Não havia mais qualquer possibilidade de auxílio externo, de vez que se rendera a Escola Militar, falhara a Vila Militar, onde apenas se rebelara a 7ª Companhia do 1º Regimento de Infantaria, sob o comando do tenente Buiz. A Fortaleza de Santa Cruz, com quem contávamos, desde o início nos enviaram, nas suas balas, a certeza do equívoco. Diante de tão evidentes provas da nossa grave colocação, entendi prudente e digno da camaradagem reinante entre todos nós, expor claramente aos oficiais a situação. Reuni-os e declarei que, em vista da precária situação e considerando não me assistir o direito de sacrificar os meus companheiros, facultava-lhes a cada um, individualmente, a livre opção pela resistência ou pela retirada. O tenente Tasso perguntou-me se iria eu também. Respondi-lhe que sim, mas que seria o último. Fez-se aí, de acordo com o critério de liberdade, o fracionamento da guarnição. Foram postos em liberdade, nessa altura, os oficiais prisioneiros: general Bonifácio da Costa e capitães José Barbosa e Manuel Joaquim Guedes, este ajudante-de-ordens do general Mena Barreto. E, calma e tristemente, foram saindo os oficiais do Forte, conseguindo atingir a Tijuca, felizmente sem o menor incidente.

No momento em que dispúnhamos sobre a saída dos oficais, o tenente Siqueira Campos, que até então estivera fora do quartel, na sua missão de defesa externa, procurou-me e alvitrou a idéia de ser permitida, igualmente, a retirada aos soldados. Porque era justo, aquiesci. Desse modo, dos trezentos homens aproximadamente que se achavam sob meu comando, restaram apenas vinte e oito – cinco oficiais e vinte e três praças."

A LUTA DE NEWTON PRADO COM PACHECO CHAVES

Quando o major Castro e Silva e o tenente Pacheco Chaves, enviados pelo ministro da Guerra, parlamentavam com o tenente Newton Prado, um hidroavião lançou uma bomba que pôs um fim violento às negociações de paz. Newton Prado protestou em termos vivazes ao que replicou Pacheco Chaves, originando-se um atrito no qual este, em posição mais favorável, empurrou Newton, fazendo-o rolar do paredão até embaixo, nas pedras do enrocamento. O episódio é mencionado em diversos depoimentos. Narrando para *A Noite*, um ano depois, os acontecimentos de Copacabana, Siqueira Campos faz uma acusação: "...a bomba não só interrompeu a missão do major Castro e Silva e tenente Pacheco Chaves, como também motivou uma ligeira luta entre este oficial e o tenente Newton Prado, vindo este a felecer mais tarde, no HCE, em conseqüência do violento choque recebido da muralha do Forte."

Também J.M.P., na descrição a que aludimos mais uma vez, menciona a luta.

O tenente Pacheco Chaves defendeu-se da acusação. Em carta dirigida ao *Correio da Manhã*, historiando a missão desempenhada, dá o seu próprio testemunho:

"O major Castro e Silva e eu, não fomos ao Forte para *negociar coisa alguma*, mas, simplesmente, para lhes *dar garantia de vida* e *trazer prisioneiros* os últimos revoltados, que *concordavam em se entregar incondicionalmente*, desde que o governo lhes garantisse, de acordo com as nossas leis. que não seriam fuzilados. As negociações *parlamentares* que precederam o 'armistício', combinado nessa base, foram feitas por mim, pelo telefone com Siqueira Campos e Euclides Hermes, na presença do ministro da Guerra, do chefe do Estado-Maior do Exército e de mais uns 30 ou 40 oficiais, no posto de comando do ministro, na estação de Bombeiros de Humaitá.

"De acordo com o que ficou assentado, a revolta devia acabar, assim que chegássemos ao Forte, pela rendição consentida por todos. Infelizmente, quando caminhávamos para lá, em companhia de Newton Prado, um avião que, naturalmente, não podia ter recebido a ordem de cessar fogo, deixou cair uma bomba, que explodiu na nossa proximidade. Estávamos em frente ao centro do quartel.

"Nesse momento, Newton Prado, desorientado pelo estouro e aos gritos de traição, apossou-se de fúria contra mim que procurava explicar o engano e acalmá-lo, e, na iminência de fazer fogo, agarrou o revólver que levava a descoberto na cintura. Se ele tivesse tido tempo, ter-me-ia dado um tiro à queima-roupa. Mas, graças a Deus, não o deixei. Segurei-o com toda a força pelos pulsos e, depois de tentar, inutilmente, desarmá-lo, empurrei-o até atirá-lo, com revólver e tudo, pela muralha abaixo.

"Depois dessa agressão, de que eu ia sendo vítima, estava rompido o armistício. Até prova do contrário por parte deles, estávamos novamente em pé de guerra e era de esperar que eles fizessem fogo contra nós. Ora, a nossa missão não era dar combate, nem podia ser, por não termos levado uma escolta sequer. Sendo outras as nossas ordens, uma vez que não era mais possível executá-las, devíamos retirar-nos, imediatamente, pois não podíamos, o major Castro e Silva, e eu, ficar ali para servir de alvo fácil para os 28 homens que não víamos e que estavam preparados para atirar."

O DEPOIMENTO DE SIQUEIRA CAMPOS

CAPÍTULO XII

Siqueira Campos é a grande figura na revolta do Forte. Foi ele o animador da resistência e só a ele obedeciam os soldados que tomaram parte na marcha até o choque com a tropa legalista, acampada na Praça Serzedelo Correia e que travou combate no quarteirão entre a Rua Barroso, hoje Siqueira Campos, e Rua Hilário de Gouvêa. Os demais oficiais eram Newton Prado que, embora pertencendo à guarnição do Forte, era oficial intendente; e Ivan Carpenter e Eduardo Gomes que não pertenciam ao Forte.

Em seu depoimento, Siqueira Campos deixou o relato fiel da caminhada para a morte: "Marcharam pela praia de Copacabana mais de um quilômetro, sem encontrar tropa. Em caminho explicavam aos moradores os motivos por que haviam abandonado o Forte. Foram assim até à altura do Hotel Inglês, onde beberam água. Já haviam encontrado oficiais e praças do 3º Regimento que lhes gritavam de longe que se rendessem ao que eles respondiam que fizessem fogo contra eles. Continuaram pela praia até à rua que passa em frente à igreja sita na Praça Serzedelo Correia: aí receberam tiros e começou o tiroteio. A princípio ficaram em pé na Av. Atlântica e depois passaram à praia. Pouco tempo antes um civil se havia aproximado do grupo e, mostrando-se indignado com a situação, pediu uma arma; como o tenente Newton tinha um fuzil e um revólver, passou-lhe o fuzil; o depoente entregou-lhe também o fragmento da bandeira destinado ao capitão Euclides. O tiroteio continuou forte da parte dos atacantes e pouco intenso do lado dos que acompanhavam o

depoente, que recomendava economizassem munição a fim de não caírem prisioneiros por falta dela. Começaram a cair os feridos; o primeiro foi o tenente Eduardo Gomes, seguindo-se-lhe depois o tenente Newton, que se queixou da perna quebrada; depois o depoente com uma bala na região abdominal escutando, apesar de ferido, que o tiroteio continuava já reforçado por metralhadoras. No meio da ação notou que alguns dos seus companheiros queriam cessar o fogo; disse então ao tenente Carpenter que dirigisse esses tais, desarmados, no rumo da igreja e que ele, Carpenter, com os mais que ficassem, não atirassem nessa direção. Sabe que alguns saíram; não pôde verificar, porque estava ferido e deitado na areia. Momentos depois o tiroteio cresceu de intensidade, enquanto do lado do depoente só um ou outro respondia. Afinal, o depoente ouviu gritos, escutou estas palavras: 'levantem, levantem', viu o tenente Newton, mesmo deitado, usar do seu revólver, gesto que o depoente não pôde imitar por falta de forças. As tropas do governo aproximaram-se e transportaram a braço o depoente."

O MITO DOS 18

CAPÍTULO XIII

Reportagem da *Gazeta de Notícias* publicou, no dia imediato, uma longa reportagem em que fala de três oficiais e quinze praças empreendendo a sortida da morte. É a origem do mito dos *18 do Forte.* Porque esse número de combatentes nunca existiu.

Quando ficou deliberada a resistência até à morte, muitos se retiraram ficando, apenas, os 28 mencionados por Siqueira Campos e aos quais foi distribuída a bandeira, retalhada em 28 pedaços. Um era Euclides Hermes. Restavam 27. Seus nomes figuram na lista do inquérito procedido na antiga 1ª Vara Federal. São eles, oficiais: primeiro-tenente-intendente Newton Prado; primeiro-mecânico-eletricista José Pinto de Oliveira; auxiliar de mecânico Artur Pereira da Silva; cabo Raimundo de Lima Cruz; soldados: Manuel Antônio dos Reis; Benedito José do Nascimento; Antônio Camilo de Freitas; José Rodrigues da Silva; José Joaquim da Costa; José Olímpio de Oliveira; Manuel Ananias dos Santos; Heitor Ventura da Silva, Pedro Ferreira de Melo; Marcelo Miranda; José Rodrigues Marmeleiros; Hildebrando da Silva Nunes; Francisco Ribeiro de Freitas; Rosendo Cardoso; Alberto Alves da Cunha Machado; Sandoval Alexandre Vicente; civis: João Antônio Falcão de Melo; Antônio Luciano da Silva; Joaquim M. Pereira Júnior.

Vamos acompanhá-los na trajetória que começa no Forte e vai acabar na areia que se tingirá de sangue. São quatro oficiais: o tenente Antônio Siqueira Campos, ferido e preso; o tenente Eduardo Gomes, ferido e preso; o tenente Newton Prado, ferido, preso, morre no HCE; o tenente

Mário Tamarindo Carpenter, ferido, morre. O primeiro-mecânico-eletricista, José Pinto de Oliveira, que ajudou a cortar a bandeira, ferido, morre; o cabo Raimundo de Lima Cruz permaneceu na fortaleza; o soldado Manuel Antônio dos Reis, corneteiro, ferido, preso: o soldado Benedito José do Nascimento, preso; o soldado José Joaquim da Costa permaneceu na fortaleza onde foi preso; o soldado Heitor Ventura da Silva fez a marcha, foi preso; o soldado Hildebrando da Silva Nunes figura na lista dos praças feridos, baixados ao HCE; o auxiliar de mecânico Artur Pereira da Silva, os soldados Antônio Camilo de Freitas, José Rodrigues da Silva, José Olímpio de Oliveira, Manuel Ananias dos Santos, Pedro Ferreira de Melo, Marcelo Miranda, José Rodrigues Marmeleiros, Rosendo Cardoso, Alberto Alves da Cunha Machado e Sandoval Alexandre Vicente não constam nas relações de mortos, feridos ou presos. Igualmente nelas não figuram os civis João Antônio Falcão de Melo, Antônio Luciano da Silva, Manuel Felipe da Costa e Joaquim M. Pereira Júnior, todos integrantes da relação dos 28. Lourival Moreira da Silva está entre os cinco civis incluídos nos 28. Tomou parte na marcha, que abandonou, largando o fuzil e sendo preso.

O relatório do general A. Ferreira do Amaral, diretor do HCE, contendo a lista dos feridos baixados àquele estabelecimento, menciona os revoltosos seguintes: primeiro-tenente Eduardo Gomes, segundo-tenente Newton Prado, soldados Hildebrando Silva Nunes e Manuel Antônio dos Reis e eletricista José Pinto de Oliveira.

Em sua parte sobre as ocorrências o Dr. Getúlio Florentino dos Santos, major-médico diretor da Policlínica Militar, especifica os ferimentos dos atendidos no dia 6: primeiro-tenente Antônio Siqueira Campos, 1ª Bateria Isolada, ferimento no ventre, penetrante; primeiro-tenente Eduardo Gomes, da Escola de Aviação Militar, fratura exposta da coxa; segundo-tenente Mário Tamarindo Carpenter, 3º Regimento de Infantaria, ferimento penetrante no tórax; segundo-tenente Newton Prado, 1ª Bateria Isolada, ferimento penetrante na cavidade abdominal com duplo orifício; soldado José Pinto de Oliveira, eletricista do Forte, ferimento no pescoço com duplo orifício – lateral direita e nuca; Manuel Antônio dos Reis, corneteiro da 1ª Bateria Isolada, ferimento contuso no braço esquerdo; soldado não identificado (não podia falar), 1ª Bateria Isolada, fratura cominutiva e exposta, maxilar superior e inferior.

Na relação dos cadáveres volta a aparecer o segundo-tenente Mário Carpenter que faleceu durante a intervenção a que foi submetido.

Finalmente o civil Otávio Correia, ferido no peito e transportado para o posto de emergência, instalado no Hospital São João Batista da Lagoa, onde faleceu quando o Dr. Pedro Paulo de Carvalho, auxiliado pelo acadêmico Luís Feijó, tentava retirar um fragmento de bala incrustado no coração. É mencionado, sem identificação no relatório do Dr. Sebastião

de Alencastro Guimarães, capitão-médico, encarregado do posto de socorro do Túnel Novo e já com o seu nome no relatório do Dr. João Siqueira Bezerra de Menezes, capitão-médico, encarregado do posto de socorro e evacuação do Túnel Velho.

Só 28 ficaram no Forte, depois da decisão final de resistir. Alguns deles permaneceram, sendo presos à chegada dos legalistas. Outros saíram, empreendendo a marcha. Mas nem todos seguiram até o combate, que se travou entre a Rua Barroso (hoje Siqueira Campos) e Rua Hilário de Gouveia. Porque os que marcharam até ali e lutaram, morreram ou foram recolhidos feridos e presos.

No combate final registraram-se as seguintes baixas: o civil Otávio Correia, removido para o Hospital São João Batista da Lagoa, onde morreu ao ser socorrido; os tenentes Mário Tamarindo Carpenter e Newton Prado, feridos, transportados para o HCE, falecendo o primeiro na mesa de operação e o segundo dias depois; o mecânico-eletricista José Pinto de Oliveira, ferido e levado para o HCE, onde faleceu.

A epopéia do Forte teve dois soldados desconhecidos, ambos da 1ª BI: um preto e outro branco.

Os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes e os soldados Manuel Antônio dos Reis e Hildebrando Silva Nunes foram recolhidos, feridos, ao HCE. São nove militares e um civil combatentes.

Os soldados Benedito José do Nascimento e Heitor Ventura da Silva, presos no local, sem ferimentos, declararam em inquérito que tomaram parte na marcha coagidos, mas não combateram. O soldado Francisco Ribeiro de Freitas e o civil Lourival Moreira, presos diante do local do combate, depuseram dizendo que tomaram parte na marcha, sob coação, e debandaram antes do encontro.

Manuel Antônio dos Reis e Hildebrando Silva Nunes tiveram alta do hospital, foram processados e presos, mas não resistiram por muito tempo. Siqueira prosseguiu conspirando até o desastre de aviação nas costas do Uruguai, em que pereceu em 1930.

Otávio Correia está sepultado em Porto Alegre. Newton Prado e Siqueira Campos repousam em São Paulo. Mário Tamarindo Carpenter foi inumado no cemitério de São Francisco Xavier – quadra 35, sepultura nº 6.775. José Pinto de Oliveira está na mesma necrópole, quadra 61, sepultura nº 357.

Mãos piedosas ergueram um túmulo, na quadra 31, nº 6.231, onde descansam Manuel Antônio dos Reis, Hildebrando da Silva Nunes e os dois soldados cujas identidades não foram reconhecidas. Sobreviveu Eduardo Gomes que assistiu às cerimônias do cinqüentenário do Primeiro 5 de Julho.

NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO

CAPÍTULO XIV

Na noite de 4 para 5, reuniram-se na casa do coronel João Maria Xavier de Brito vários oficiais comprometidos com a conspiração. Entre eles figuravam os tenentes Odílio Denys, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Vítor César da Cunha Cruz, Roberto Carneiro de Mendonça, Ilídio Rômulo Colônia, Aristides de Sousa Dantas, Eugênio Ewerton Pinto. Comandou um pelotão da Cavalaria, de alunos da escola, Henrique Ricardo Hall, Stênio Caio de Albuquerque Lima, Brasiliano Americana Freire, Juarez Távora, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Hugo Bezerra e Arlindo Mauriti da Cunha Meneses.

O coronel Xavier de Brito deveria comandar a Escola Militar do Realengo. Para tanto, prenderam seu comandante efetivo, o general Eduardo Monteiro de Barros, quando este tentou restabelecer a ordem.

Na escola já estavam a postos e equipados 638 alunos. Convidados para o movimento, inicialmente, apenas um cadete do 3º ano declarou-se contrário – Luís Carneiro de Castro e Silva. Não o coagiram. Foi recolhido preso. Depois, mais oito recusaram-se a marchar: Giuseppi Amado, também do 3º ano; Nilton O'Reillu de Sousa e José Gomes Ribeiro da Costa, do 2º ano; Mauro Moutinho da Costa, João de Deus Mena Barreto, Djalma Leite de Resende, Almir Franco de Sá e Valdemar Mena Barreto, do 1º ano. Alguns oficiais declararam-se infensos ao movimento, sendo recolhidos ao Estado-Maior.

Competia à Escola Militar descer pela estrada São Pedro de Alcântara com destino à Vila Militar. O esquadrão de Cavalaria, sob o comando de

Aristides de Sousa Dantas, Roberto Carneiro de Mendonça, Eugênio Ewerton Pinto e Americano Freire, dirigiu-se para a ponte de Piraquara, pela Estrada Real de Santa Cruz, para impedir um possível desenvolvimento de tropas legalistas.

A coluna revolucionária era composta das três Armas, cada uma delas dirigida pelo seu respectivo auxiliar de instrutor, sob a chefia do coronel Xavier de Brito. Na Vila Militar contavam receber a adesão das forças ali aquarteladas. Em Deodoro, o marechal Hermes assumiria a direção das tropas para a marcha contra o Palácio do Catete.

Mas um dos pelotões da vanguarda, ao chegar à Parada da Engenharia, junto ao quartel da mesma arma, teve uma recepção diferente daquela que esperava. Era o desastre.

NA VILA MILITAR

CAPÍTULO XV

A conspiração estendera-se à Vila Militar, onde estavam aquarteladas várias unidades, de todas as Armas, pertencentes à 1ª Divisão de Infantaria, sendo uma delas o 1º Regimento de Infantaria, do qual era comandante o coronel Sezefredo dos Passos. Cerca de 22 horas recebeu esse oficial ordens de mandar prender, na estação da Vila Militar, diversos oficiais que haviam embarcado na Estação Central, às 22 horas e 10 minutos, e tidos como suspeitos, incumbindo dessa providência o tenente-coronel Álvaro Guilherme Mariante, fiscal do regimento, à disposição de quem colocou uma companhia comandada pelo capitão Pargas.

Quando desembarcavam na Vila foram presos os tenentes Leônidas Hermes da Fonseca e Aníbal Duarte, o capitão Agenor Leite de Aguiar e mais três outros que o coronel Mariante levou presos para o quartel do 1º RI, onde os apresentou ao comandante, depois de terem sido recolhidos à sala do pavilhão da frente.

Esta providência determinou o malogro do levante na Vila Militar. O de que se tratava era, com apoio no 1º RI, na Escola Militar, em algumas outras unidades que se revoltassem com a ajuda dos oficiais comprometidos, forçar os demais corpos da 1ª Divisão de Infantaria a se integrarem no movimento.

Havia um grande alojamento da Escola de Aperfeiçoamento dos Oficiais, conhecido como "Baiúca", onde permaneciam os oficiais quando não tinham exercício. Na tarde de 4 um estranho e excessivo mo-

vimento confirmou as suspeitas do comando. Também aí foram detidos elementos comprometidos com a revolução. Assim, os que pretendiam ajudar o movimento dos vários corpos de tropa da Vila Militar foram presos nos carros do trem que para aí os transportavam, ou nos alojamentos da "Baiúca", por patrulhas vigilantes do coronel Mariante. Escaparam os tenentes Denys, Colônia e outros. Juarez era oficial de dia e estava na escola.

A prontidão e os acontecimentos mantinham despertos os oficiais, reunidos em grupos no cassino. Entre eles achava-se o segundo-tenente Frederido Cristiano Buiz. Pouco antes de uma hora, deixando os seus colegas, Buiz dirigiu-se à sua companhia, e, auxiliado pelos sargentos Valdomiro Pessoa Barbosa e Galdino Hardman, acordou os praças, fê-los entrar em forma, armados e municiados, organizando dois pelotões: um comandado pelo sargento Pessoa, com ordem de guarnecer a frente do quartel; e outro sob a direção do próprio tenente Buiz, que voltou ao cassino. Preparava-se para sair quando encontrou, em compartimento da 9ª Companhia, o tenente Aurélio Ferreira, a quem prendeu, deixando-o com o sargento Alvaro Fonseca. No trajeto encontrou o tenente Augusto César Vilaboim, que também prendeu, entregando-o ao anspeçada Severino Francisco de Souza.

O cassino foi cercado. Buiz, irrompendo pela porta principal, surpreendeu os oficiais: "Estourou a revolução! Estou com a revolução!"

Sua atitude, pistola na mão, cercado por soldados de armas embaladas, causou espanto. O capitão José Barbosa Monteiro reagiu tentando dominar os soldados: "Minha companhia!"

A resposta foi uma saraivada de balas. Barbosa tombou, mortalmente ferido, atingido na face, no crânio e no tórax. O coronel Sezefredo dos Passos atracou-se com o tenente Buiz.

O golpe de supresa transformara-se na realidade da derrota. Os tenentes César Gonçalves, Artur da Costa e Silva, Edgar Buxbaum e os sargentos Galdino, Pessoa, Álvaro Fonseca e o anspeçada Severino Francisco de Souza, que haviam acompanhado Buiz, ficaram detidos, os praças amotinados foram desarmados e presos.

O plano previa o levante do 1º RI que levaria o 2º RI à revolução. A Escola de Sargentos de Infantaria, que deveria levantar-se sob o comando do tenente Telmo Borba, também não pôde cumprir o compromisso. O capitão Luís Gonzaga Borges Fortes tentou revoltar a Companhia de Pontoneiros do 1º Batalhão de Engenharia, procurando danificar a estação radiotelegráfica de campanha que servia à unidade, sendo dominado e preso. A 1ª Companhia Ferroviária, sediada em Deodoro, tinha compromisso com a revolução, mas não compareceu. O capitão que deveria fazer o movimento chamava-se Luís Carlos Prestes. Havia contraído tifo a 13 de junho. Tentou levantar-se, vestir-se para seguir para o

seu posto. A fraqueza da convalescença prostrou-o, com uma síncope.
Os cadetes empreenderam a marcha. Começaram os elementos da Infantaria da Vila a se movimentar para entrar em contato com a escola. Primeiro veio um pelotão de cerca de cem homens. Foi visto do observatório de comando do coronel Xavier de Brito marchando completamente desabrigado. Poderia ter sido francamente hostilizado, quer pela bateria, quer pelos fuzis-metralhadoras da Infantaria da escola. Foi, entretanto, poupado, porque aquele comando tinha em vista não empenhar os alunos num combate, não atirá-los contra as forças da Vila, mas constatar se essas forças estavam divididas, como seria de se esperar, o que justificaria todo e qualquer sacrifício por parte da escola, ou unidas, o que seria uma ignomínia que não mereceria o mesmo sacrifício. Aquele pelotão continuou a avançar, chegando muito próximo à linha dos alunos, a tal ponto que o comando resolveu detê-lo, para que não ameaçasse a segurança das unidades rebeladas. É feita, então, uma descarga para o ar de fuzis-metralhadoras, colocados no posto de comando. A esse sinal, as unidades de Infantaria, na fralda do morro e quase em contato com o inimigo, fazem fogo contra ele. Este logo se dividiu: uma parte tratou de se entrincheirar, não mais avançando, e a outra debandou em cômica e vertiginosa carreira. O comando não se enganara. Os que se entrincheiraram, logo depois, hastearam a bandeira branca e cessava o fogo da Infantaria da escola. Mais um ato de felonia teriam de sofrer os alunos.
A tropa da Vila aproveita o armistício que havia solicitado e tão generosamente lhe fora concedido não para capitular ou se confraternizar com seus jovens e inexperientes companheiros de armas, mas para mais uma vez os atraiçoar miseravelmente! Encontra o caminho desimpedido e avança. Quando em boa posição, deitou-se e, imeditamente, retirando a bandeira branca abriu fogo contra a escola. Ainda assim, foi com vantagem repelida. Houve feridos e mortos de parte a parte. Entre os últimos, o aluno de nome Flordoval Elizeu Xavier Leal, que foi baleado quando, por imprudência, se erguia de sua trincheira para ver o efeito de um disparo de artilharia da escola. Depois foi escasseando o tiroteio.
A luta, conforme referência do coronel Xavier de Brito em seu depoimento, se tinha mantido encarniçada durante quatro horas. Depois das dez horas da manhã, novo elemento de infantaria da Vila foi visto em direção à escola, procurando contorná-la pelo flanco esquerdo, elemento que, igualmente, poderia ser hostilizado e dizimado e, entretanto, como o anterior, não o foi.
Não poderia haver mais dúvidas. Estava positiva, inteira e completamente esclarecida a situação. As tropas da Vila, em conjunto por esse ou aquele motivo, combatiam a escola. Urgia que o comando desta não mais contemporizasse. Se a escola prosseguisse na luta de honra em que se

empenhara, seria não para vencer, não para dominar o furor do legalismo, não para despertar do seu torpor de inconsciência, mas para morrer, para servir de mortalha a essa mesma inconsciência.

A artilharia da Vila do fogo indireto passaria ao direto, ao fogo de barragem, e com esse fogo é que a receberia. Por outro lado, quando essa hipótese não se verificasse, quando a escola pudesse vencer essa primeira etapa, quando tivesse a fortuna de escapar à ferocidade sanguinária da traição e do comodismo criminoso das tropas da Vila, não o conseguiria sem enormes e consideráveis perdas e, depois, teria de enfrentar ainda — e não teria com certeza força para tanto — outra coluna legalista em Cascadura, constituída de contingente de Cavalaria e da Infantaria, do Exército e da Polícia, reforçado pelo grupo de Artilharia do Campinho.

O coronel Xavier de Brito era responsável por cerca de seiscentas vidas. Não poderia trucidá-las, comprometê-las inutilmente. Havia cumprido seu dever de bom soldado e bom patriota, e tão grande quanto esse era o de defender todas aquelas vidas. E o coronel Xavier de Brito não mais relutou: reuniu seu Estado-Maior e resolveu voltar com a flor do Exército e da nacionalidade para o edifício da escola. Era necessário que não sobrevivessem só os outros.

Na volta à escola o tenente Juarez Távora assumiu novamente as funções de oficial de dia; os alunos foram refrescar o corpo, banhando-se e mudando de roupa, para depois almoçar. O almoço lhes foi servido como se nada de anormal houvesse ocorrido: com toda regularidade, tendo-se sentado às cabeceiras das mesas os respectivos instrutores.

De instante a instante, ouviam-se, porém, vivas à escola, à revolução, ao coronel Xavier de Brito e a cada um dos bravos instrutores.

Após o almoço conversavam os oficiais e alunos em grupo no pátio quando o coronel Xavier de Brito, que tinha ido à sua casa acalmar a família, voltava para ficar junto a uns e outros. Os alunos abriram ala à sua passagem e o ovacionaram em delírio.

Nesse meio tempo foram postos em liberdade os oficiais e alunos presos no Estado-Maior da escola. Entre aqueles se viam o capitão Oton e o capitão Pompeu Horácio da Costa.

Só depois das duas horas da tarde — e, coisa estranha, não havia ainda cessado o troar dos canhões da artilharia da Vila —, foi que começaram a aparecer, no Realengo, os primeiros elementos da Cavalaria Legalista, os quais só se aproximaram da escola a medo e a chamado dos próprios alunos, que para esse fim lhes acenavam com as mãos e os lenços.

Essas patrulhas, que eram do 1º de Cavalaria, voltaram a comunicar o ocorrido ao comandante do seu esquadrão, o capitão Figueiredo.

Uma vez que não havia mais perigo, este veio "esmagar as feras do seu antro".

Encontrou o coronel Xavier de Brito cercado de oficiais e alunos da

escola. Muito delicadamente, convidou-o a, em obediência à ordem do governo, recolher-se, juntamente com os oficiais que o acompanhavam, ao Estado-Maior da escola. Depois, voltando-se para os alunos aconselhou-os a que tivessem calma e prudência, acrescentando: "Já fui instrutor da escola. Tenham confiança em mim."

Nesse ínterim, chegava o general Monteiro de Barros à escola. Depois era esta ocupada por um batalhão da Vila e, mais tarde, esse batalhão para ali conduzia, bem como o coronel Xavier de Brito, os instrutores e demais oficiais presos. Foram todos a pé. O general Monteiro de Barros os seguiu de carro.

Na Vila, os oficiais foram recolhidos ao 1º de Infantaria e, logo depois, transportados para a cidade.

Os alunos tiveram de voltar; foram reconduzidos à escola, onde permaneceram, durante cerca de vinte dias, respondendo a inquérito e aguardando ordens.

FINAL MELANCÓLICO

CAPÍTULO XVI

Fora planejada uma ação rápida e fulminante de três unidades sobre as demais. Certa adesão da Escola Militar, do 2º Regimento de Artilharia, de Santa Cruz, do 15º Regimento de Cavalaria, o marechal assumiria o comando das Forças em Cascadura. Previa-se um possível choque da coluna revolucionária com as tropas da Marinha, da Polícia Militar, do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária e 3ª Companhia de Metralhadoras Pesadas, fiéis ao governo, a vanguarda revolucionária suportaria o choque, enquanto a retaguarda se deslocaria para Copacabana, pela Estrada do Pica-Pau, buscando apoio nos canhões do Forte e na tropa do 1º Regimento de Infantaria, também contado para a revolta.

O marechal Hermes, porém, fez comunicar ao comandante do 15º Regimento de Cavalaria, pelo seu oficial de ligação, o major Torres Cruz, que iria para mais perto da Vila Militar, mandando o seu esquadrão esperá-lo na localidade que tem o seu nome.

Na madrugada de 5, três automóveis levaram os revolucionários. No primeiro iam Mário Hermes e o tenente Mauro Mauriti, no segundo o próprio marechal Hermes e o general Joaquim Inácio, no terceiro, os tenentes Alkindar Pires Ferreira, Achiles de Morais Coutinho e Arnaldo Bittencourt.

Na estação do Engenho de Dentro, quando pretendiam atravessar a cancela da via férrea, foram interceptados todos por um esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária. Os dois primeiros automóveis ainda rom-

peram a linha, o último, porém, embolado pelo esquadrão, teve de desviar seu rumo, fugindo para a Tijuca, sempre perseguido pelos cavalarianos. Abandonaram o carro na estrada, embrenharam-se na mata, corridos à bala. Muito tempo depois, alcançaram o sítio do deputado Mário Hermes, perto da Estação de Marechal Hermes. Esses oficiais destinavam-se, exatamente, à ligação entre o marechal e os comandantes das unidades rebeldes. Nenhum chegou a tomar contato com os demais revolucionários, sendo presos quando tentavam cumprir a missão.

Foi às 4 horas e 30 minutos da madrugada que chegou o tenente Morais Coutinho com a notícia da rendição de Xavier de Brito e sua Escola Militar. O piquete do 15º Regimento de Cavalaria não viera para escoltar o marechal. A claridade do dia nascente mostrava, através da garoa úmida e frigidíssima, os vultos de uma força de cavalaria, dois esquadrões, e uma companhia de infantaria, comandada pelo capitão Pacheco de Assis, que cerrava o cerco.

Hermes abrigou-se a um caramanchão do jardim fronteiro à residência, fumando, silenciosamente, o seu cigarrinho de palha. O general Joaquim Inácio blasfemava contra a má sorte.

Às seis horas da manhã o general Ribeiro da Costa apresentou-se, saudando-o com a continência militar. Viera inteiramente só, deixando os seus ajudantes-de-ordens e piquetes distantes, embaixo, na estrada.

Joaquim Inácio perguntou, nervosamente, a Ribeiro da Costa se ele havia chegado naquele instante. E ele respondeu, amavelmente: "Estou aqui perto, desde às 5h30 da manhã".

O marechal Hermes indagou: "General, quais são as suas ordens?" Ribeiro da Costa respondeu: "Minhas ordens, não, marechal, ordens do governo . . . Queira V. Exa. acompanhar-me."

Achava-se à espera um automóvel da Presidência da República onde embarcaram o marechal Hermes, o general Ribeiro da Costa e um oficial, ajudante-de-ordens do comandante da Vila Militar. Mais adiante, foram aparecendo outros automóveis, formando movimentado cortejo. No Ministério da Guerra, saltou o general Ribeiro da Costa, que não voltou. Em seu lugar, veio o general Neiva de Figueiredo, rumando o carro para o Arsenal de Marinha, onde chegou às nove horas. Hermes embarcou em uma lancha seguido de Neiva de Figueiredo e do capitão-de fragata Virginius Delamare, subchefe do Gabinete do Ministro da Marinha, sendo levado para bordo do encouraçado "Floriano". O comandante, capitão-de-mar-e-guerra Álvaro Nunes de Carvalho, e toda a guarnição formada no tombadilho do navio apresentaram continência.

O BRASEIRO

O movimento tinha ramificações no meio civil. Em Niterói, na noite de 4 para 5, o deputado federal José Eduardo de Macedo Soares, o coronel

Vivaldi Leite Ribeiro, o dr. Sílvio Rangel, o dr. Laurindo Lemgrubert Filho e o coronel reformado Carlos Eiras, com o apoio do comandante da polícia estadual, coronel César Sampaio Leite, e do seu ajudante-de-ordens, Paulo Ornelas do Couto, fizeram a ocupação militar da Companhia Telefônica, impedindo durante toda a noite qualquer comunicação com o Rio de Janeiro.

Em Mato Grosso, o general Joaquim Inácio havia preparado um levante. O governo, sabedor de seus planos, transferiu-o. Mas ficou em seu lugar o general Clodoaldo da Fonseca, primo de Hermes. Assumindo o comando, no dia 5, reuniu a oficialidade, na sede da 1ª Circunscrição Militar, em Campo Grande, descreveu-lhe o plano revolucionário, referiu o descontentamento do Exército pelos últimos atos de Epitácio e revelou que contavam com idênticos movimentos no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. Foi mobilizada a tropa, constituindo uma divisão, denominada "Provisória Libertadora", que marchou para Três Lagoas, na divisão com São Paulo.

Em 11 de julho, o comandante revolucionário recebeu um comunicado do general Alberto Cardoso de Aguiar, emissário do governo, convidando-o para uma conferência em Três Lagoas, para onde Clodoaldo se dirigiu com seu Estado-Maior. O encontro realizou-se no dia 13 quando Clodoaldo soube da rendição incondicional dos rebeldes do Rio de Janeiro. Firmou com o representante do governo um pacto, depondo as armas. O general Cardoso de Aguiar assumiu o comando da circunscrição, ordenando a marcha de regresso a sua sede.

Depondo perante o general Abílio de Noronha, comandante da região, em 16, declarou Clodoaldo que a intenção era de, "sem interromper a ordem civil, obrigar os próceres da política a concordarem em declarar nula a eleição presidencial".

No Estado-Maior de Clodoaldo estava o capitão Joaquim do Nascimento Távora, que seria o principal organizador do segundo 5 de julho.

A BATALHA JUDICIÁRIA

À dominação da revolta segui-se a punição dos revoltosos. Presos, feridos, foragidos e rebeldes do Forte e os amontinados da escola sofreram e afrontaram, com igual coragem, a perseguição implácavel. Abriram-se investigações, efetuaram-se detenções, inquiriram-se indiciados e testemunhas, enquanto o processo engordava como uma jibóia. Isso começaria no descambar do governo Epitácio e se estenderia por todo o quatriênio Bernardes. Aos revolucionários não restava outra alternativa senão a institucionalização de seu protesto. A palavra anistia fora banida dos dicionários oficiais. O sentimento do perdão não penetrava nos espíritos empedernidos de amor à legalidade.

Os bravos do Forte e os valorosos cadetes do Realengo, iam enfrentar

uma nova batalha – a judiciária. Essa só terminaria com o movimento revolucionário de outubro de 1930. Então, os vencidos passariam a vencedores; os réprobos seriam festejados como heróis; os nomes que figuravam nas listas de caçadas de cabeças seriam elevados às placas das ruas, aos monumentos, aos navios de guerra, numa glorificação a quem nem faltariam, na ironia incoercível do destino, a presença e a solidariedade dos dois ex-presidentes que haviam determinado as providências punitivas.

A batalha judiciária trouxe para a vanguarda da revolução outros combatentes, civis, intelectuais, juristas. À frente deles assomou Nilo Peçanha, derrotado na fraude presidencial; despojado da liderança de sua Província do Rio de Janeiro; velho e alquebrado; travando o último combate de sua vida de propagandista de uma República que não chegou a ver praticada e vivida. Os grandes nomes do foro: Justo Mendes de Morais, Tarjino Ribeiro, Evaristo de Morais, Mário Tibúrcio Gomes Carneiro. Os novos defensores do direito: Temístocles Brandão Cavalcanti, Heitor Lima, Mário Gameiro, Moreira Lima. Este último o que se tornaria legionário e cronista da Coluna Prestes, em 1924. Comparecem às audiências, assinam as peças de defesa, reagem aos artifícios dos promotores querendo enquadrar os réus nos artigos mais graves dos códigos.

São quase três dezenas de volumes que compõem o processo do primeiro 5 de julho. Encobertos no arquivo da antiga Primeira Vara Federal, foram descobertas e revelados, pela primeira vez, em um dos volumes do *Ciclo de Vargas,* o que tem por rótulo: *1922 – Sangue na areia de Copacabana.* Depois, foram recolhidos ao Museu da Justiça, no Palácio da Justiça do extinto Estado da Guanabara.

Remetido à auditoria da Guerra, o processo teve moroso andamento. Em 14 de novembro, em um de seus últimos despachos, Calógeras ordenou, em nome do presidente, que o dr. Garcia Pires, primeiro auditor e chefe da auditoria, restituísse todos os papéis referentes ao primeiro 5 de julho, mandando um automóvel, com escolta, para a remoção. Era uma intimação sem precedentes. O processo estava aforado na Justiça Militar e o Conselho da Justiça Militar era o orgão competente. O auditor não obedeceu.

O promotor militar, Dr. Augusto de Lima Júnior, ofereceu denúncia em 27 de novembro, qualificando os movimentos do Rio de Janeiro e de Matro Grosso no art. 93, parág. 2 do Código Penal da Armada. Deixava de incluir, sem contudo pedir o arquivamento, os inferiores e praças. "Porque agiram por ignorância do objetivo da ação militar em que se empenharam, outros por obediência obtida sob ameaças e pelo terror implantado pelos indiciados". Nomeado, nessa ocasião, auditor da Capital Federal, a título de reintegração, foi aquele promotor substituído pelo adjunto Dr. Otávio Murgel de Resende, que, em 9 de dezembro, aditou a

denúncia cumulando na ação, por crime de revolta, o delito de conspiração do art. 87 do mesmo código.

O senador Irineu Machado, valendo-se da premência que tinha o governo na aprovação do orçamento, barganhou seu apoio à condição de que se votasse a anistia para os 588 cadetes da Escola Militar. Isto foi obtido pela lei nº 4.632, de 6 de janeiro.

Vaticinou-se que o processo não seria julgado no quatriênio Bernardes. De fato, só em 1929, às vésperas do novo pleito presidencial, foi que se ultimou o processo, em setença julgando prescrita a ação penal. Ainda foram interpostas apelações. Finalmente, em 20 de dezembro de 1930, o juiz Sá e Albuquerque mandou cumprir o acordo, arquivando o processo.

Os acontecimentos tinham caminhado mais depressa. Em 24 de outubro era a revolução que fazia as leis.

BALANÇO DE UMA PRESIDÊNCIA

CAPÍTULO XVII

Eleito para completar um mandato presidencial, do qual o titular morrera sem assumir o posto, Epitácio tinha, como vice-presidente, aquele que fora escolhido antes dele e a ele transmitira o poder em 28 de julho de 1919, Delfim Moreira, que não cumpre o seu mandato. Doente, faleceu a 1º de julho de 1920, sendo eleito, para substituí-lo, em 5 de setembro, Francisco Álvaro Bueno de Paiva. Epitácio não teve participação nessa escolha.

Político de um Estado pequeno, em território e expressão eleitoral, Epitácio não queria intervir na escolha de seu sucessor. Sua filha e biógrafa, no confronto que faz entre ele e Campos Sales escreve:

"Se o compararmos a Campos Sales – o estadista brasileiro que ele mais admirou, aliás –, perceberemos bem essa diferença característica. Campos Sales foi um presidente político, na melhor acepção da palavra. Compreendia a magistratura suprema como implicando uma ação do presidente sobre as forças políticas do País, ação coordenadora e congraçadora que levaria a República, ainda recente, a uma melhor consciência de si mesma. Fora um dos propagandistas do regime, votava-lhe interesse, por assim, dizer, paterno. À testa da Nação, assumiu com toda a naturalidade – e com a elevação de vistas que lhe era própria – a direção da política nacional, como se viu da sua atuação junto aos governadores, por ocasião da famosa reforma do regulamento da Câmara e ao tratar-se da sucessão presidencial.

"Epitácio Pessoa, ao contrário, via na Presidência da República ape-

nas o exercício de uma judicatura. O presidente é o defensor natural da Constituição. O presidente não faz ação política, senão na medida em que a política interessa diretamente à Justiça e ao bem comum. No mais, a sua atitude é de abstenção. 'Fora e acima dos partidos' era o seu lema – fora e acima dos partidos, não só no sentido de não demonstrar preferências facciosas, mas no de deixar aos políticos o que lhes pertence – a solução dos problemas locais, a orientação partidária geral e a escolha do futuro presidente da República.

"Como conseqüência desses pontos de partida diversos, vemos que sendo ambos homens de autoridade, foi Campos Sales um estadista do tipo antes aristocrático; Epitácio de feitio monárquico. Campos Sales sonhava a democracia feita por um escol. Considerava os grandes chefes da política, líderes e governadores, os indispensáveis colaboradores do governo central. Pode-se dizer que via o povo através dos diretórios políticos. Epitácio, ao contrário, sonhava a democracia como um sistema de leis, a ser aplicado para o bem do povo e em colaboração com ele, por uma autoridade consciente e responsável, a do chefe do Executivo, em colaboração com o Congresso na sua função legislativa. Sem desconhecer nem subestimar as atribuições dos chefes políticos, antes definindo-as nitidamente – como fez por ocasião da escolha de seu sucessor – acreditava mais na eficácia do direito que na arte política. Via antes de tudo o povo e, em face dele, a autoridade do presidente da República, representante supremo da soberania popular.

"Campos Sales propagandista e, apesar da sua independência pessoal, homem de partido, foi um doutrinador, um ideólogo do regime. Epitácio, franco-atirador em política e jurista de profissão, foi um constitucionalista-republicano mais do que, simplesmente, um republicano. Por isso, as normas de governo daquele foram mais objetivas e psicológicas; as deste mais objetivas e impessoais. Campos Sales procurou desenvolver, na República, a idéia federativa, o que aliás, era necessário em sua época, para que depois do unitarismo monárquico e da confusão revolucionária, viéssemos a tomar consciência de um dos aspectos mais significativos da nossa democracia. Epitácio acentuou de preferência a idéia da unidade nacional pelo fortalecimento da autoridade central, já então abalada pelo empuxo das forças centrífugas da politicagem e da demagogia.

"É incontestável que a vocação de juiz prejudicou alguma vez em Epitácio, tão bem-dotado para o comando, a atuação do condutor de homens. Era fatal! Toda vocação muito definida limita-nos por outro lado. O ascetismo político que fez a sua força, fez também as suas deficiências como governante. Em primeiro lugar, porque não deixou de isolá-lo no poder. Os políticos que o haviam escolhido *malgré eux* não o assimilaram, nem se deixaram assimilar por ele. Continuaram a ver nele um adventício,

uma espécie de estrangeiro, pertencente ao tipo mental, que jamais falaria ou entenderia a sua linguagem. Essa incomunicabilidade, é certo, não chegou a gerar uma oposição completa. Felizmente para a fecundidade da administração, Epitácio sempre contou com a maioria do Congresso – mas é certo também que nem sempre encontrou ali a perfeita e proveitosa unidade de vistas com as suas idéias, o calor da colaboração que poderia desejar. Vimos que no final do mandato os políticos que então mais abertamente o apoiavam – os do grupo bernardista – não souberam ou não quiseram prestar-lhe o concurso eficaz de que a sua autoridade precisava para a manutenção da ordem. Assim também como não lhe compreenderam a linha de conduta, na crise que se expressou pela reunião do Catete.

"O fato de ser essencialmente magistrado constituiu em verdade a grandeza peculiar de Epitácio Pessoa como presidente da República. No exercício do poder, o que fez prevalecer não foi o seu próprio arbítrio, nem a vontade dos políticos, por graduados que fossem, nem as conveniências do momento, mas o imperativo da lei. A lei da solução dos maiores como dos menores problemas, na escolha do futuro chefe da Nação como na promoção de um simples amanuense de secretaria."

Em sua defesa Epitácio relata o início das negociações em torno da sua sucessão: "Em março de 1921 recebi em Petrópolis a visita do deputado Carlos Campos, líder da bancada paulista. Vinha da parte do Dr. Washington Luiz. Mandava dizer-me este: Que o Dr. Raul Soares o procurara e solicitara os seus esforços em favor da candidatura do Dr. Artur Bernardes à Presidência da República; que olhava com simpatia esta candidatura, mas nenhum compromisso tomara, pois queria antes conhecer as vistas do presidente, com quem desejava estar de acordo em assunto de tamanha importância e gravidade.

"Respondi ao emissário do presidente de S. Paulo que, de conformidade com os propósitos reiteradamente manifestados desde o início do governo, eu de modo algum me envolveria na escolha do meu sucessor; era tarefa que competia às correntes políticas da Nação; formava elevado conceito do Dr. Artur Bernardes pelo que ouvia dizer da sua administração de Minas, mas estava resolvido a não ter candidato e conservar-me dentro do que me parecia ser o meu papel constitucional, isto é, manter a ordem e assegurar, quanto a mim coubesse, a liberdade da eleição a todos que a disputassem; a mim se afigurara sempre um desvirtuamento do sistema o intervir o presidente da República, com todo o peso da sua imensa autoridade, na indicação ou na escolha de um candidato à sucessão.

"Pediu-me então o Dr. Carlos Campos que sugerisse um nome para a vice-presidência, visto que, na conferência havida entre os Drs. Raul Soares e Washington Luiz, depois de discutidas, sem resultado, várias

candidaturas, ficara assentado deixar-se a indicação ao meu critério. Esquivei-me também a esse encargo, alegando, além das razões já expostas que o vice-presidente ficaria diminuído se a sua escolha emanasse exclusivamente do Poder Executivo, enquanto a do seu companheiro de chapa tivesse origem na livre manifestação dos diretores da política. Apenas lembrava a conveniência de ser o vice-presidente tirado dentre os políticos do Norte, desde que o presidente ia ser do Sul, a fim de evitar rivalidades regionalistas, tão nocivas à unidade nacional.

"Dias depois tive ocasião de expor as mesmas idéias ao Dr. Melo Franco, líder da bancada mineira, o qual, de viagem para o seu Estado, desejara antes conhecer o meu pensamento acerca da futura eleição presidencial.

"E foi sempre esta a minha linguagem, constante e invariável para todos que me ouviram sobre o delicado assunto."

Nega tenha candidato. Confirma, porém sua determinação quanto à oportunidade de ser ventilada a questão: "Resolvida por acordo geral a apresentação do Dr. Artur Bernardes, ficou combinado que esta apresentação se faria no momento que eu julgasse oportuno. No começo, fui de parecer que se demorasse a reunião da Convenção; receava que a escolha prematura do candidato enfraquecesse muito cedo a minha autoridade, de que sempre fui cioso. Mais tarde, porém, sentindo esta autoridade bastante forte, e prevendo que a indicação do meu sucessor me aliviaria de certos encargos, propriamente políticos e me deixaria mais livre a ação administrativa, mudei de aviso e aconselhei que se levasse por diante o trabalho iniciado.

"Vejamos o que ocorreu em seguida.

"Aceita a candidatura Bernardes por todos os Estados, com exceção apenas do Rio Grande do Sul, surgiu séria dissenção quanto à vice-presidência, disputada pelo Estado da Bahia para o Dr. J.J. Seabra e pelo de Pernambuco para o Dr. José Bezerra, respectivamente governadores dos dois Estados.

"Acirrando-se cada vez mais este dissídio, que ameaçava estender-se à Presidência, fui instado por políticos influentes para resolvê-lo. manifestando-me em favor de um dos candidatos. Fiel à minha orientação, recusei-me a fazê-lo. Como, porém, corressem os dias e não se chegasse a nenhuma solução, visto que ninguém queria assumir a responsabilidade de aconselhar a Convenção a decidir-se por um dos pretendentes, resolvi dirigir a estes o seguinte telegrama:

'Rio de Janeiro, 4 de junho de 1921. Como sabe o ilustre amigo, as bancadas respectivas levantaram as candidaturas do Dr. José Bezerra (do Dr. Seabra) e a sua à vice-presidência da República. Tratando-se de dois Estados igualmente importantes e de dois amigos igualmente dignos e prezados, os representantes dos demais Estados, salvo as raras exceções

que já se manifestaram, sentem-se constrangidos, segundo estou informado, para se pronunciarem por um ou por outro. Esta indecisão em matéria tão grave está produzindo grande agitação nos espíritos e enchendo de apreensões as correntes mais prestigiosas da política, as quais receiam venha a competição a degenerar em luta renhida e apaixonada entre os dois candidatos e os seus amigos, gerar mágoas e ressentimentos recíprocos e perturbar profundamente a tranqüilidade que tão necessária é à Nação nos duros momentos que atravessamos. A mim não cabe decerto ter iniciativa na escolha do vice-presidente, o qual, como já aconteceu com o candidato à Presidência, deve surgir da combinação entre as forças políticas. Mas, empenhado, como cidadão e como depositário do mandato que exerço, em manter, no interesse da Nação e do meu governo, a cordialidade até aqui reinante entre essas forças e entre amigos que muito me merecem e de quem tenho recebido iguais provas de apoio, animo-me a fazer ao seu patriotismo e abnegação o mesmo apelo que vou dirigir ao Doutor José Bezerra (ao Dr. Seabra), e pedir-lhe que queira desistir da sua candidatura e concordar em colaborar com os demais Estados na escolha de um terceiro candidato, que possa ser aceito sem violência e tão respeitáveis sentimentos. A apresentação quase simultânea das duas candidaturas criou realmente para a maioria dos Estados uma situação muito embaraçosa. Não é generoso exigir deles que se decidam forçosamente por um dos contendores e se exponham assim aos ressentimentos naturais do outro. Fio do seu conhecido desprendimento que não será surdo a este apelo. Está entendido que a sua aquiescência só valerá se o Doutor José Bezerra (o Dr. Seabra) tiver igual procedimento. Sei que não foi o amigo mesmo quem levantou a sua candidatura; mas sei também que, a uma palavra sua, a bancada baiana (pernambucana), mudará de propósito e facilitará a combinação que ora sugiro sem outro objetivo que não seja o da paz entre os Estados e amigos, cuja colaboração harmônica tem sido e é tão proveitosa à vida da República. Saudações cordiais.'

"O Dr. Seabra respondeu-me nestes termos:

'Bahia, 4 de junho. — Respondendo ao telegrama do preclaro presidente e amigo, começo agradecendo os conceitos altamente honrosos com que me penhora e protestando que de modo nenhum desejo ser motivo de discórdia entre as forças políticas empenhadas na solução da questão da candidatura à vice-presidência, nem tão pouco de intranqüilidade para a Nação. É exato que a indicação do meu nome foi feita à minha revelia, mas, por isto mesmo, mormente depois que por ela se manifestou a oposição deste Estado representada no Congresso Federal, não me julgo com o direito de embargar uma iniciativa que todas as correntes políticas entendem consubstanciar uma reivindicação justa da Bahia, acidentalmente movida em torno do meu humilde nome. Esta iniciativa, é

público, já é apoiada por vários Estados, que se pronunciaram de acordo com a bancada baiana. É possível que outros sintam constrangimento em pronunciar-se; mas já está publicado o acordo entre as duas bancadas contendoras para entre si dirimirem a questão. Creio assim facilitado aos demais Estados seu pronunciamento e conjurado qualquer apaixonamento, salvo uma salutar competição, própria da essência do regime. O meu procedimento nesta questão não envolve capricho nem teimosia, e afirmo que prontamente acudiria ao apelo do eminente amigo, justamente inspirado no interesse da maior cordialidade entre os políticos, se me fosse lícito contrariar o propósito de não influir na deliberação dos amigos e dos adversários, hoje unificados em nome, não do meu mérito pessoal, que é nulo, mas dos direitos que entendem até agora postergados, da Bahia, a quem hoje pertence exclusivamente esta causa.

'Sinto sinceramente não poder ser outra a minha resposta ao honroso apelo de V. Exa., a quem protesto, como já fiz aos líderes de Minas e de S. Paulo em resposta a apelo idêntico, que me conformarei absolutamente com o que for afinal deliberado pela bancada baiana em sua totalidade.

'Antes de terminar, permita que reitere ao amigo e honrado presidente da República as minhas afirmações, e também daqueles que me ouvem, do apoio sincero ao seu benemérito governo.

'Digne-se aceitar as minhas saudações as mais afetuosas.'

"Eis a resposta do Dr. José Bezerra:

'Pernambuco, 4 de junho de 1921. – Desde 14 de maio, quando deliberei a minha partida para a Europa, confiei à bancada a solução definitiva do caso da vice-presidência, depois de opinar caber a V. Exa. liberdade de escolha e de terminantemente opor-me à indicação do meu nome. Os amigos da bancada, usando a ampla autorização, que merecidamente lhes dei, e desprezando o meu ponto de vista pessoal, dominados por elevados propósitos, levantaram a minha candidatura, sem hostilidade de quem quer que fosse. Surgindo logo depois, em franca hostilidade, a candidatura Seabra, sentiram-se eles feridos em seus brios e avisaram-me de que manteriam firme a minha candidatura sem preocupação do meu nome, mas na defesa da dignidade do Estado. A mim somente restava o elementar dever de deplorar a situação que surgira e, reafirmando-lhes ilimitados poderes para solucionarem o caso sem a mínima preocupação de minha pessoa, assegurar-lhes a minha inteira solidariedade, fossem quais fossem as conseqüências. Isto feito, as consultas que me fazem, recuso-me terminantemente responder. Ultimamente eles deliberaram publicar, juntamente com a Bahia, uma nota assegurando jamais consentiriam um terceiro candidato. O meu eminente amigo, que penso bem conhecer a minha despreocupação por tão elevado cargo, certamente me relevará continuar alheio a este assunto, mantendo os meus compromis-

sos junto à bancada e ao deputado Estácio Coimbra, que, com poderes ilimitados, dará a V. Exa. a solução definitiva. Conduta diversa seria uma traição e a completa desmoralização dos meus aludidos companheiros e amigos. Conto com a justiça do meu eminente amigo para justificativa de minha recusa em ir ao encontro dos meus louváveis desejos. Abraços.'

"Continuou assim sem solução o caso da vice-presidencia. Os dias passavam-se; extremava-se cada vez mais a luta entre os dois Estados. Ouvido novamente pelos Drs. Raul Soares, Arnolpho Azevedo e outros, declarei-lhes ainda uma vez que cabia aos políticos resolver a crise, e eu acataria a decisão, qualquer que ela fosse: mas parecia-me que a melhor solução seria a escolha de um terceiro candidato, a fim de não haver propriamente um vencedor e um vencido: a preferência por qualquer dos litigantes encheria o outro de ressentimentos e o precipitaria sem dúvida na oposição (os fatos provaram que esta previsão não era fundada). Desta conferência surgiu o nome do Dr. Urbano dos Santos, então governador do Maranhão, o qual já exercera a vice-presidência da República com tato, distinção e proficiência.

"Reunida a Convenção e proclamados os candidatos Artur Bernardes e Urbano Santos, produziu-se imediatamente a cisão com os nomes dos srs. Nilo Peçanha e J. J. Seabra."

ÍNDICE

Epitácio Pessoa

11º Presidente do Brasil 1919-1922

ISBN 85-7368-750-9